UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO

THIAGO RODRIGUES DA SILVA

QUANDO DISSIDENTES SAEM ÀS RUAS: MEMÓRIA, ATIVISMO E PRESENÇA LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO – PR
2026

THIAGO RODRIGUES DA SILVA

QUANDO DISSIDENTES SAEM ÀS RUAS: MEMÓRIA, ATIVISMO E PRESENÇA LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes e Linguagens
Área de Concentração: História Pública
Orientador(a): Dr. Márcio José Pereira

CAMPO MOURÃO – PR
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rodrigues da Silva, Thiago
QUANDO DISSIDENTES SAEM ÀS RUAS: MEMÓRIA, ATIVISMO E PRESENÇA LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO / Thiago Rodrigues da Silva. -- Campo Mourão-PR,2026.
152 f.: il.

Orientador: Márcio José Pereira.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História) -- Universidade Estadual do Paraná, 2026.

1. História pública. 2. História oral. 3. Movimento LGBTQIA+. 4. Campo Mourão. I - José Pereira, Márcio (orient). II - Título.

THIAGO RODRIGUES DA SILVA

QUANDO DISSIDENTES SAEM ÀS RUAS: MEMÓRIA, ATIVISMO E PRESENÇA LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO

BANCA EXAMINADORA

Dr. Márcio José Pereira – Unespar, Campo Mourão

Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – UNIFAL, Alfenas/MG

Dr. Tony Willian Boita – UNESPAR, Curitiba/PR

Dra. Claudia Regina Nichnig – UNESPAR , Campo Mourão/PR (Suplente)

Data de Aprovação

24/08/2026

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Acredito verdadeiramente que o conhecimento é construído coletivamente, não apenas o científico, mas os saberes da vida e a troca de experiências que vão muito além de um fluxo de informações. Dito isso, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me deram o privilégio da companhia, do apoio, da colaboração e da amizade durante a construção dessa pesquisa. Primeiramente, à Jessy, ao Lucas, à Marla e ao Evaldo, por me permitirem adentrar em suas vidas e compartilharem fragmentos tão importantes das suas trajetórias.

Agradeço ao meu orientador, Márcio José Pereira, que mais do que um profissional capacitado, ético e comprometido com a defesa dos Direitos Humanos, se mostrou um companheiro fiel nessa longa jornada.

Sou extremamente grato pelas contribuições da professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai e do professor Tony Willian Boita, ambos já me ajudavam muito antes de assumirem a banca dessa dissertação, tanto como pesquisadores de incontestável relevância, como pessoas engajadas em um compromisso sério com a democracia.

Gostaria de agradecer ao Grupo Dignidade, fazendo uma menção especial à colega e amiga Izabela de Paula Gomes e aos demais colegas historiadores pelas valiosas trocas, conselhos e opiniões neste processo.

Agradeço aos meus familiares e aos amigos pelo apoio e suporte durante a construção e execução da pesquisa, com um agradecimento especial às amigas que o PPGHP me deu, Camila Baquin, Camila Danuta, Rita Gabriele, Janete Alves e demais colegas, jamais esquecerei nossos momentos de alegrias, angústias e afetos.

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz
Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóis sumir, aí

AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior) (part. Pabllo Vittar e Majur)
Emicida

RESUMO

SILVA, Thiago Rodrigues da. **Quando dissidentes saem às ruas**: memória, ativismo e presença LGBTQIA+ no espaço público de Campo Mourão. 152 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2026.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como as experiências, memórias e formas de organização de pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão têm sido produzidas e (re)significadas no espaço público da cidade, analisando de que modo as trajetórias de vida e o ativismo político desses indivíduos disputam apagamentos e contribuem para a construção e a publicização do direito à memória dessa comunidade. A pesquisa adota a história oral e a história pública como referenciais teórico-metodológicos, propondo-se a analisar os sentidos atribuídos às experiências individuais e coletivas, evidenciando possíveis divergências, convergências e contradições que exemplifiquem a complexidade das vivências LGBTQIA+. Busca-se refletir sobre como as pessoas participantes da pesquisa rememoram as próprias vidas enquanto sujeitos politicamente ativos e discutir de que maneira a História, em uma perspectiva pública, pode avançar no debate acerca dos direitos dessas populações. O estudo é desenvolvido em um contexto no qual a LGBTQIAfobia permanece evidente, o que torna ainda mais necessário o avanço nos debates sobre os direitos das pessoas LGBTQIA+. O trabalho objetivou ser conduzido de forma colaborativa desde o início, em diálogo com a militância LGBTQIA+ da cidade, problematizando o papel do historiador público enquanto possível agente politicamente ativo, acolhendo as demandas dos movimentos sociais e evitando limitar-se a uma simples pesquisa de coleta de dados. Ao articular memória, identidade e engajamento político, pretende-se contribuir para o fortalecimento dos debates acadêmicos e sociais sobre os direitos da população LGBTQIA+, ampliando a visibilidade histórica dessas trajetórias.

Palavras-chave: História pública. História Oral. Memória. Movimento LGBTQIA+. Campo Mourão.

ABSTRACT

SILVA, Thiago Rodrigues da. **When dissidents come out into the streets**: LGBTQIA+ memory, activism, and presence in the public space of Campo Mourão. 152 leaves. Dissertation. Graduate Program in History – PPGHP – Master's degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2026.

This research aims to investigate how the experiences, memories, and forms of organization of LGBTQIA+ people in Campo Mourão have been produced and (re)signified within the city's public sphere, analyzing how their life trajectories and political activism challenge processes of erasure and contribute to the construction and public recognition of this community's right to memory. The study adopts oral history and public history as its theoretical and methodological frameworks, seeking to analyze the meanings attributed to individual and collective experiences while highlighting possible convergences, divergences, and contradictions that illustrate the complexity of LGBTQIA+ lives. It also examines how research participants remember and narrate their own lives as politically active subjects and discusses how History, from a public history perspective, can advance debates concerning the rights of these populations. The research is conducted in a context in which LGBTIphobia remains pervasive, making it all the more necessary to expand discussions on the rights of LGBTQIA+ people. From its inception, the project has been conceived as a collaborative endeavor, developed in dialogue with local LGBTQIA+ activists, while critically reflecting on the role of the public historian as a potentially politically engaged actor who responds to the demands of social movements rather than limiting the research to the mere collection of data. By articulating memory, identity, and political engagement, the study seeks to contribute to strengthening both academic and public debates on the rights of the LGBTQIA+ population, while enhancing the historical visibility of these trajectories.

Keywords: Public History. Oral History. Memory. LGBTQIA+ Movement. Campo Mourão.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 – Apuração das Eleições Municipais de Campo Mourão/2024.....p. 72

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Arraiá do Orgulho. Fonte: acervo do autor. 33
Figura 2 – 1º Piquenique do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão: “Ser LBTQIAPN+ em Campo Mourão”. Fonte: acervo do autor. 33
Figura 3 – Oficina Um Breve Histórico do Movimento LGBTQIAPN+ e as Esquerdas no Brasil. Fonte: acervo do autor..... 34
Figura 4 – I Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão. Fonte: acervo do autor. 34
Figura 5 – Café e Prosa: Roda de Conversa sobre a Resolução 2.427/2025 do CFM e o ataque às pessoas trans e travestis! Fonte: acervo do autor. 35
Figura 6 – Roda de Conversa: Políticas Afirmativas para Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior. Fonte: acervo do autor. 35
Figura 7 – Painel exposto no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira sobre a presença LGBTQIA+ em Campo Mourão. Fonte: acervo do autor. 39
Figura 8 – Cerimônia de abertura da I Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão. Fonte: acervo do autor. 102

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDH – Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar.

CEDOC LGBTI+ – Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott do Grupo Dignidade de Curitiba, Paraná.

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

LGBTQIA+ – Sigla oficial adotada pelo governo brasileiro em 2023: L (lésbicas), G (gays), B (bissexuais), T (transexuais, transgêneros e travestis), Q (queer), I (intersexo), A (arromânticos e assexuais), + (símbolo que deixa a sigla em aberto, sinalizando a existência de outras formas de identidade de gênero e sexualidades).

LGBTQIAPN+ – Variação da sigla utilizada pelo Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão, que acrescente P (pansexuais) e N (não binários), aparece no texto como nome próprio da organização, portanto, reproduzido na íntegra.

NERG – Núcleo de Estudos para Relações de Gênero e Sexualidade do Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar.

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCD – Pessoa com deficiência.

PPGHP – Programa de pós-graduação em História.

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA PÚBLICA: POSSIBILIDADES DE TRABALHO COLABORATIVO COM O MOVIMENTO LGBTQIA+ 21
1.1 A história LGBTQIA+ já nasce pública? 21
1.2 História pública, história oral e possibilidades de trabalho colaborativo com os movimentos sociais 27
1.3 Museus, História Pública e Memória LGBTQIA+ 36
CAPÍTULO 2: DIÁLOGOS LGBTQIA+ EM CAMPO MOURÃO 44
2.1 Conversa com Jessy Nicole 44
2.2 Conversa com Marla Dias Rocha. 63
2.3 Conversa com Lucas Alexandre. 77
2.4 Conversa com Evaldo Bertoldi. 94
CAPÍTULO 3: PUBLICIZANDO TRAJETÓRIAS DE VIDAS LGBTQIA+ 100
3.1 Memória e identidade LGBTQIA+ 100
3.2 (Sobre)vivências LGBTQIA+ 105
CAPÍTULO 4: ATIVISMOS LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO 123
4.1 Do Movimento Homossexual ao LGBTQIA+ 124
4.2 Conservadorismo na região de Campo Mourão 127
4.3 Ativismo político e espaços públicos 131
CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
REFERÊNCIAS 146

INTRODUÇÃO

"Corro o risco de sofrer alguma situação? Sim, porque a partir do momento que a gente sai de casa, a gente tá sujeita a qualquer coisa"
Jessy Nicole

"Então naquele dia eu compreendi que o medo da minha avó não era pelas roupas que eu usava. O medo da minha vó era com a violência que eu poderia sofrer na rua"
Lucas Alexandre

"Vamos esperar outro LGBT morrer? Ser espancado? Será que é isso que a gente precisa esperar? Uma Marla sendo espancada na rua? Um Thiago sendo violentado também?"
Marla Dias

"Aqui ainda tem o povo que confunde e fala que a gente é gay por opção. Bom, se fosse assim, a gente escolher não ser para não ser apontado na rua, não ser ameaçado, não morrer, porque ainda vivemos no país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo"
Evaldo Bertoldi

Começo esta dissertação abordando a violência diante da urgência imposta pelo atual — embora não recente — contexto de ataques às populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexo, entre outras identidades (LGBTQIA+)[1]. Reivindico a identidade de homem gay desde os dezesseis anos (apesar de ter sido taxado de "viado" desde muito antes), e existo em um mundo violento com pessoas que não seguem as normas tradicionais de gênero e sexualidade, experiência que tenho em comum com as pessoas participantes dessa pesquisa, Jessy, Marla, Lucas e Evaldo, as quais me falaram as frases registradas acima durante as entrevistas que realizamos.

Em 2025, no Brasil, 257 mortes violentas foram documentadas, das quais 237 foram homicídios e 20 suicídios, o que significa que houve uma morte violenta de uma pessoa

[1] Utilizo a sigla LGBTQIA+, a mesma usada para as políticas públicas no Brasil, para me referir à comunidade/movimento social e os termos LGBTQIAfobia/LGBTQIAfóbico para falar sobre as formas de violências específicas sofridas por essas populações. A escolha pela sigla se dá reconhecendo a disputa política em torno das demandas de determinados grupos.

LGBTQIA+ a cada 34 horas[2]. Desses números 80 eram pessoas trans e travestis[3]. A LGBTIAfobia é visível no dia a dia dos sujeitos de sexualidades e identidades de gênero dissidentes, principalmente para quem se reconhece como parte desse grupo tão diverso. Longe de objetivar resumir uma parcela tão grande da população à apenas estatísticas de crimes de ódio, trago essas informações logo no início dessa pesquisa como forma de realizar uma denúncia da falta de segurança, apoio, e dignidade para com pessoas LGBTQIA+, principalmente trans e travestis.

Mas, assim como Emicida, Pablo Vittar e Majur cantam no trecho de Amarelo apresentado na epígrafe deste trabalho: "Me resumir a sobrevivência, é roubar o pouco de bom que vivi", não irei reduzir as longas e belas trajetórias das pessoas participantes dessa pesquisa às barbáries que sofreram. Mas, dar espaço para que denunciem as violências e tragam também suas vitórias, conquistas e alegrias da vida. Suas graduações no ensino superior, a criação de laços com família e amigos, seus primeiros empregos, seus amores e afetos, são só alguns dos momentos que, assim como os ruins, não definem as pessoas LGBTQIA+, mas marcam profundamente suas histórias, que tive o prazer de ouvir, mesmo que em versão reduzida, e recebi permissão de transmitir às outras pessoas através deste texto.

Antes de continuar, gostaria de me apresentar: sou Thiago, um homem cis branco, nascido em Campo Mourão no último mês do milênio passado, em dezembro de 2000. Cresci em uma cidade vizinha, Farol, que possui cerca três mil habitantes, uma das cidades do interior na qual todos se conhecem. Tive uma criação cristã, órfão de pai desde os quatro anos de idade, crescendo sem acesso a muita informação sobre pessoas LGBTQIA+, sem educação sexual e em um contexto conservador.

Ao ingressar no curso de História na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) de Campo Mourão, no ano de 2018, aos dezessete anos passei por uma etapa um tanto comum na trajetória de pessoas LGBTQIA+: o deslocamento de uma cidade pequena, conservadora, para uma cidade maior, com outras possibilidades de existência. Na universidade, construí um senso histórico que, no meu caso, dificilmente teria se desenvolvido fora de um curso de licenciatura. Ao vivenciar a eleição de Jair Bolsonaro logo no meu primeiro ano como universitário, pude ver com meus próprios olhos que a sociedade em que vivia era hostil às

[2] Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil. 2025, p. 02. Grupo Gay da Bahia. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/. Acesso em: 29 jan. 2026.
[3] BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2026, p. 49. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 29 jan. 2026.

pessoas como eu, além de outros sujeitos que não se encaixavam na norma ocidental, cristã, europeia, branca e heteronormativa, ou seja, não erámos vistos como “cidadãos de bem”.

A pandemia da Covid-19 em 2020 foi outro elemento politizante na minha trajetória pessoal, que posteriormente se refletiu em minha vida acadêmica. Acompanhar com pânico a morte de milhares de pessoas diariamente não era fácil, principalmente ao ver os recortes dos grupos mais afetados, como por exemplo, as travestis e pessoas trans que não conseguiam abandonar seus empregos para ficar em isolamento social.

Ao me formar em 2022, trabalhei em uma farmácia, em escala de seis dias de trabalho, e um de folga, tendo que renunciar a feriados e momentos de lazer, em prol de uma atividade que não fazia sentido com a minha formação, mas pagava as minhas contas. Dentro de toda essa situação, me aprofundei ainda mais em estudos e formação política, tendo um grande foco na comunidade LGBTQIA+, me aproximando de pessoas que atuavam na militância política em Campo Mourão, participando de eventos e encontros. Assim, comecei a assumir posições públicas de defesa desse grupo, ao ponto de ser reconhecido como um ativista.

A construção do projeto da pesquisa que desenvolvo aqui teve com origem em 2023, com uma situação com o Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, de Campo Mourão, atual Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira, na qual eu fui convidado a colaborar com a construção de um painel sobre a memória e a história LGBTQIA+ na cidade, o que resultou em uma série de reações negativas de moradores e políticos.

Concomitantemente, eu estava cursando algumas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHP) da Unespar como aluno especial, com o objetivo de conhecer o mestrado me preparar para os processos seletivos de ingresso. Assim, partindo de um contexto LGBTIfóbico e das leituras realizadas nas disciplinas, elaborei o projeto de pesquisa com a qual ingressei no PPGHP, me propondo desde o início a não dar voz, mas dar ouvidos as pessoas LGBTQIA+ da cidade de Campo Mourão, para que contassem as suas próprias histórias e não fossem submetidos aos limites de uma memória oficial.

Foi nesse contexto em que construí o meu projeto de pesquisa, com o qual adentrei no PPGHP, na turma de 2024, com orientação do recém-chegado, mas já conhecido da casa, Dr. Márcio José Pereira, que me acolheu e à minha pesquisa, reconhecendo a relevância do assunto e a potência que meu projeto tinha.

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como as experiências, memórias e formas de organização de pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão têm sido produzidas e (re)significadas no espaço público da cidade, analisando de que modo a trajetória de vida e o

ativismo político desses indivíduos disputam esses apagamentos e contribui para a construção e publicização do direito à memória dessa comunidade. Desejando refletir sobre como esses sujeitos rememoram as próprias vidas enquanto sujeitas e sujeitos politicamente ativos, analisando as trajetórias de vida, experiências de militância e formas de organização de pessoas LGBTQIA+. É de suma importância compreender como o ativismo político de pessoas LGBTQIA+ (em coletivos, conferências, conselhos, eventos públicos e redes sociais) produz, ressignifica e disputa memórias no espaço público, tensionando esses apagamentos. Além de discutir como a História em uma perspectiva pública pode avançar no debate acerca dos direitos dessas populações. Nesse sentido, escolhi trabalhar com a História Oral, pois, vai além de uma metodologia, é uma possibilidade de criar laços através de uma escuta sensível. Tenho como base alguns questionamentos trazidos pela historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2023), que reflete ao trabalhar com mulheridades no sul de Minas Gerais:

> O compromisso com suas falas, portadoras de outras histórias e denunciadoras de problemas sociais, evidenciava o desafio posto por nossas diferenças e intencionalidades individuais e públicas: afinal, quais seriam os efeitos daqueles encontros e da narrativa alargada em outros espaços? Quais seriam as afinidades e os sonhos que nos permitiram negociar e nos aproximar? Nesse sentido, as entrevistas me fizeram ponderar sobre o caminho que a pesquisa poderia tomar, na dimensão da escuta, da afetação, da escrita e de um conjunto de ações elaboradas com elas e não apenas sobre elas, porque fazer história oral era também falar sobre mim e sobre a sociedade cisheteronormativa e branca, marcas trazidas pelo meu corpo e por meu lugar social/identitário de fala (Rovai, 2023, p. 51).

Por fim, pretendo discutir o direito à memória das populações LGBTQIA+ de Campo Mourão como dimensão dos Direitos Humanos e das políticas de reconhecimento, articulando debates teóricos sobre memória, identidade e História Pública. Não me proponho a reproduzir o discurso de neutralidade e objetividade na produção em História, pois me reconheço como sujeito integrante do recorte social qual trabalho nesta pesquisa, além de ser ativo politicamente, buscando unir a vida de pesquisador com a de militante, entretanto, sem renunciar aos critérios dos métodos científicos necessários a todo historiador. A pensadora Grada Kilomba (2019), mulher negra que entrevistou outras mulheres negras na sua obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, defende que:

> Por conseguinte, não concordo com o ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa, melhor que o envolvimento mais pessoal. Ser uma pessoa "de dentro" produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos (Kilomba, 2019, p. 83).

Assim como a autora, acredito que o fato de eu ser alguém “de dentro” não produz demérito para a minha pesquisa, e sim, uma potência, que abre possibilidades para alcançar lugares com o meu trabalho que muito provavelmente alguém “de fora” não alcançaria. A minha identificação com a comunidade é importante e enriquecedora para a pesquisa, pois, como diz os pesquisadores Tony Boita e Jean Baptista, “[...] uma pesquisa de história oral em comunidades LGBTQIA+ muito dificilmente trará resultados significativos se não for executada por pessoas que se reconheçam como tal” (Boita; Baptista, 2023, p. 63). Além de trabalhar com a comunidade LGBTQIA+, vou buscar estabelecer um constante contato com o movimento social. Nem todo pessoa LGBTQIA+ faz parte de alguma organização ou se considera um militante, apesar dos grupos organizados serem partes constituintes da comunidade.

Uma das formas em que o movimento social voltado às sexualidades e identidades dissidentes se organiza na cidade é através do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão. Esse grupo surge com o objetivo de organizar, acolher e reunir as pessoas da comunidade. O surgimento desses grupos organizados é reflexo da atuação política de sujeitos que veem em coletivos a possibilidade de construir um movimento sério, tornando possível assim, a criação de laços de afetividade e de organização das demandas em comum, ou pelo menos em teoria, visto que, nas trajetórias dos coletivos em geral, podemos observar uma série de contradições e discordâncias.

Apesar de não se tratar da única organização de Campo Mourão, nem ser mais ou menos relevante que as outras, minha proximidade com o Coletivo LGBTQIAPN+ já vem desde 2018, através dos eventos realizados pelo grupo. No ano de 2023, resolvi fazer parte da comissão organizadora, na qual apesar de poucos membros, pensamos em várias ações voltadas à comunidade LGBTQIA+, como encontros e discussões sobre o cenário político.

Foi através do Coletivo LGBTQIAPN+ que conheci algumas das pessoas participantes da pesquisa, como também nos espaços da Unespar, que além de ter um grande número de alunos (e alguns professores) LGBTQIA+, também realiza diversos eventos com temas de nosso interesse. O espaço da universidade muitas vezes diverge da realidade local das cidades ao redor de Campo Mourão, que podem ser menos seguros e acolhedores para alguns grupos socialmente minorizados. Logo, por ser um espaço longe da tutela dos pais e/ou responsáveis, e de pessoas que passar aos estudantes a sensação de julgamento, a universidade se torna uma possibilidade de experimentar as primeiras experiências sociais e afetivas para pessoas LGBTQIA+. Esse movimento pendular entre a ida à cidade grande/média para trabalho e

estudos e depois o retorno para a cidade menor é comum na região, refletindo na formação da sociabilidade LGBTQIA+, mas não se restringe somente a esses grupos.

Os critérios para escolha dos entrevistados se deu levando em conta alguns pontos, o primeiro deles é a sua identificação como uma pessoa LGBTQIA+ e/ou de sexualidade fora da norma. Depois, me atentei de modo interseccional a selecionar indivíduos que pertencem a outras minorias sociais, como mulheres, pessoas negras e indivíduos de classe baixa, buscando trazer para o trabalho outros temas tão importantes e urgentes como a LGBTQIAfobia, como a violência de gênero, racismo e a desigualdade social.

As primeiras pessoas convidadas foram Jessy Nicole, mulher negra de 28 anos, e Lucas Alexandre, bicha preta de 27 anos, pois, eu já os conhecia, admirava seus trabalhos, e reconhecia sua relevância no cenário público de Campo Mourão. Jessy era minha colega no Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão, e Lucas havia sido meu colega de graduação no curso de História da Unespar e no Centro de Educação e Direitos Humanos (CEDH) da Unespar, logo, já havia participado de inúmeros eventos, atos políticos e atividades voltadas aos movimentos sociais (principalmente relacionadas ao Movimento LGBTQIA+ e ao Movimento Negro) com ambos. Ambos aceitaram prontamente, e se colocaram à disposição para colaborar com a pesquisa, sugerindo temas que acreditavam serem pertinentes, ressaltando a importância de uma dissertação de mestrado sobre o assunto, além de agradecer o reconhecimento, parte essa que era essencial entre os meus objetivos: fazer com que as pessoas entrevistadas se vissem enquanto sujeitos históricos de relevância na militância LGBTQIA+ da cidade.

Em seguida conheci Marla Dias Rocha, 50, que já era conhecida por ser a primeira travesti a se graduar na Unespar campus de Campo Mourão, e também fiz o convite. Marla também fazia parte do Núcleo de Estudos para Relações de Gênero e Sexualidade (NERG) da Unespar, além de já ser próxima de Lucas há vários anos, o que facilitou minha aproximação. Via com extrema urgência a participação e colaboração de uma travesti no meu trabalho, principalmente devido ao contexto de ataques à essa população, tão invisibilizada até mesmo entre pessoas LGBTQIA+.

Após já realizadas as entrevistas com Jessy, Lucas e Marla, optei por ouvir o conselho da banca de qualificação de focar na qualidade não na quantidade de entrevistas e estender o meu convite a somente mais uma pessoa, que foi Evaldo Bertoldi, 57, um homem gay branco, pessoa com deficiência (PCD), quem eu já conhecia por sua trajetória política de candidato à deputado, e que, assim como a Marla, já faz parte de uma geração de pessoas LGBTQIA+ que

está conseguindo envelhecer, contrário às estatísticas. Evaldo também se dispôs a participar das entrevistas, e, assim como as outras pessoas entrevistadas, se abriu para narrar a própria história.

As entrevistas não tiveram um roteiro fechado, mas possuíam questões norteadoras para focar o diálogo nas trajetórias de vidas, no ativismo político e na cidade de Campo Mourão e seus espaços. Com isso, objetivei respeitar a liberdade de fala de cada pessoa entrevistada, permitindo que se expressasse livremente, o que gerou momentos de emoção ao rememorar determinados acontecimentos do passado. Concomitantemente, ao formular alguns tópicos previamente, pude guiar a conversa para os temas que acreditava serem pertinentes à pesquisa.

A minha pesquisa se encontra dentro das discussões da História Pública, uma área de interesse recente e crescente no Brasil. Somente há cerca de uma década o debate sobre o assunto se tornou mais presente nos congressos, seminários, e variados tipos de encontros entre historiadores. Apesar de que, no início dos seus debates nos Estados Unidos, o foco da chamada *public history* era a empregabilidade e a necessidade dos recém-formados ocuparem espaços fora das universidades, das escolas, ou seja, das áreas de licenciatura. A proposta da história pública ganhou o mundo e como afirma Thomas Cauvin: "o movimento da História Pública nos Estados Unidos afirmou haver criado novos historiadores, que iriam quebrar a torre de marfim desde a qual trabalhavam os historiadores acadêmicos" (Cauvin, 2019, p.10). Ao falar sobre a história pública e a questão queer, o historiador estadunidense Marc Stein afirma que: "When historical professionals fail to do justice to people whose lives are not deemed worthy of recognition and remembrance, public audiences develop alternative and oppositional narratives that can transform our understanding of the past" (Stein, 2022, p. 02)[4]. Assim, podemos afirmar que os mais diversos públicos (no caso, o público LGBTQIA+) buscam produzir conhecimento histórico, principalmente quando são ignorados ou silenciados pelos produtores formais de história, tendo em vista que a história não é domínio apenas dos historiadores.

No Brasil os historiadores públicos têm se proposto a refletirem sobre a História feita fora da academia, suas relações com os públicos, divulgação histórica, entre outros temas. Como afirma Ricardo Santhiago, a História Pública é:

[4] "Quando profissionais da História falham em fazer justiça às pessoas cujas vidas não são consideradas dignas de reconhecimento e lembrança, os públicos desenvolvem narrativas alternativas e de oposição que podem transformar nossa compreensão do passado" (Stein, 2022, p. 02, tradução nossa).

> [...] uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamentos: a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de "autoridade compartilhada" é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história *e* público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) (Santhiago, 2016, p.28).

Quando atrelada ao debate dos Direitos Humanos ela é potencializada:

> Acreditamos na história pública como um movimento que busca democratizar o acesso e a produção de narrativas históricas, com o potencial de articular diferentes vozes e ampliar o debate sobre o passado e os seus impactos no presente. Quando relacionada aos Direitos Humanos, essa abordagem possibilita questionar a invisibilidade e a marginalização de determinados grupos e, ainda, a perpetuação de violências estruturais. Nesse sentido, o papel da história pública no processo de reparação histórica torna-se uma questão central na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (Pereira, 2025, p. 160)

Assim, compreendo a História Pública como a possibilidade de produzir conhecimento histórico em contato direto com o grupo social a qual pertenço, utilizando do espaço acadêmico para pautar algumas das demandas trazidas diretamente por essas pessoas, ao mesmo tempo em que contribuo para a construção de espaços universitários mais diversos e inclusivos.

No decorrer do meu tempo no programa de mestrado, me aproximei do movimento LGBTQIA+ de Campo Mourão, principalmente através do Coletivo LGBTQIAPN+, do NERG e do CEDH da Unespar e do Comitê Local do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Não participei desses encontros apenas por interesse de pesquisador, mas como ativista da causa e sujeito diretamente afetado por essa temática. Organizar eventos, trabalhar, por a "mão na massa" com os interlocutores da minha pesquisa, me fez criar um laço político-afetivo com os entrevistados que por muitas vezes é ignorado pelos membros da academia. Por isso, defendo uma perspectiva da história pública, muito vinculada à história oral, que se propõe a criar contato e laços com as pessoas participantes da pesquisa e não encastelar-se na pretensão da neutralidade.

Uma das formas em que a LGBTQIAfobia se manifesta historicamente é através da negação de direitos à população LGBTQIA+, com destaque para a dificuldade na construção de uma memória coletiva, que reúna nos sujeitos uma trajetória de luta em comum. Uma forma de lutar contra a tentativa de apagamento da história combativa do movimento é através da produção, acadêmica ou não, de conhecimento histórico, principalmente através da

formação de uma memória, mesmo que esta não seja homogênea e universal. Ao tratar especificamente com a comunidade LGBTQIA+ tomo alguns cuidados, pois, enquanto pesquisadores, devemos nos atentar ao risco de reproduzirmos preconceitos, estereótipos e sermos violentos com os sujeitos de nossa pesquisa, mesmo tendo proximidade com o recorte social.

Seguindo essa linha, não me proponho a narrar às histórias de vidas desses sujeitos de maneira linear e expositiva, como se fôssemos grandes heróis ou grandes mártires. Mas sim, construir um trabalho que abrace essas pessoas e seja um lugar seguro para compartilharem suas vivências. A memória pode ser um meio importante para pensar os usos do passado, não por ser mais ou menos verossímil do que outras fontes, mas por nos permitir refletir sobre como os indivíduos lembram e esquecem determinadas experiências no decorrer de suas trajetórias de vida.

Outra preocupação teórico-metodológica ao entrevistar uma multiplicidade de sujeitos com experiências distintas é quanto à suas especificidades de gênero, raça e classe. Assim, ao realizar entrevistas com mulheres negras (Jessy se identifica enquanto negra e Marla como parda) minha pesquisa também tem como proposta trabalhar com o arcabouço teórico-metodológico da interseccionalidade, pois, como afirma Kimberlé Crenshaw (1989):

> Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated (Crenshaw, 1989, p. 140). [5]

Assim, acredito que os instrumentos tradicionais de análise de trajetória de vida não são suficientes para a construção de reflexões sobre as mulheridades negras. Não é possível refletir sobre um grupo tão heterogêneo, como é o caso da comunidade LGBTQIA+, sem abordar questões de raça, classe e gênero. Isso se reflete nas minhas escolhas das pessoas participantes da pesquisa, quando busquei uma variedade de formas de ser. Como firma Carla Akotirene (2019):

> A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 29).

[5] "Porque a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em consideração a interseccionalidade não consegue abordar adequadamente a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas" (Crenshaw, 1989, p. 140, tradução nossa).

Logo, ao trabalhar com a realização de entrevistas com pessoas negras, opto por utilizar dessa perspectiva, enxergando que esse é o foco principal da interseccionalidade, um instrumento de luta por uma sociedade menos racista, machista e LGBTIfóbica, aspecto que será melhor debatido no decorrer do texto. Durante as falas das pessoas participantes da pesquisa é possível perceber os diversos atravessamentos entre gênero, raça e classe, que são os pilares dessas discussões, podendo ser atravessados por outras avenidas, como território, sexualidade e política, chamados por Lélia Gonzales (2020) de dimensões organizadoras das desigualdades sociais.

Destino o primeiro capítulo dessa pesquisa, intitulado *História Oral e História Pública: possibilidades de trabalho colaborativo com o Movimento LGBTQIA+* para realizar uma breve discussão da bibliografia que aborda as aproximações possibilidades de contribuições entre a história oral e a história pública para com a comunidade LGBTQIA+. Além de discutir a importância de se trabalhar com memória desse grupo social, não de modo a manter a relação de pesquisador e objeto, mas sim, produzindo conhecimento histórico através da colaboração, na qual eu parto do aporte teórico da história pública e da história oral. No mesmo texto, reflito sobre a potência de pesquisas sobre história LGBTQIA+ sendo feitas não só *com* pessoas da comunidade, mas *por* elas.

No segundo capítulo intitulado *Diálogos LGBTQIA+ em Campo Mourão* eu trago a textualização das conversas realizadas com as pessoas participantes da pesquisa. Seguindo a perspectiva de não designar o espaço de apêndice às pessoas que são tão importantes para o trabalho, e sim, colocá-las no próprio corpo do texto. Optei por manter as minhas intervenções para destacar a minha participação em cada diálogo, já que as pessoas participantes não falaram sozinhas, mas sim, diretamente a mim.

O terceiro capítulo com o nome de *Histórias de vida de pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão* apresenta a trajetória de vida pessoas das pessoas participantes da pesquisa, tendo como fonte as entrevistas realizadas, momento em que fui convidado a conhecer mais da pessoalidade de cada indivíduo através de suas memórias. Contextualizo como eu conheci cada um dos entrevistados, e os laços que construímos, principalmente através da militância. Os pontos das mais ressaltados são aqueles que, na minha tentativa de interpretar e ouvir sensivelmente, acredito serem de grande impacto na trajetória dessas pessoas.

Ao decorrer do capítulo trago alguns autores para estabelecer diálogos com as falas das pessoas participantes da pesquisa, visto que muitos dos problemas, desafios e vivencias dos meus entrevistados, também são comuns a outras pessoas e já se encontram presentes em

uma vasta bibliografia, como experiências com o racismo, machismo e principalmente LGBTQIAfobia. Por se tratar de um texto para a qualificação, trago as entrevistas com três pessoas: Jessy, Marla e Lucas, todas realizadas em diversos espaços da Unespar, em 2025 e com Evaldo, realizada em sua casa, em 2026.

No quarto capítulo dessa pesquisa, chamado *Trajetórias políticas de pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão*, discuto os aspectos das narrativas dos sujeitos da pesquisa, focado no tema da ação política no espaço público de Campo Mourão, em suas perspectivas de militância e em suas memórias com movimentos sociais, trazendo reflexões que podem contribuir com a construção de uma memória e identidade da comunidade LGBTQIA+ na cidade.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA PÚBLICA: POSSIBILIDADES DE TRABALHO COLABORATIVO COM O MOVIMENTO LGBTQIA+

Neste capítulo, realizo uma discussão bibliográfica sobre as aproximações e as possibilidades de contribuição entre a História Oral e a história pública no contexto da comunidade LGBTQIA+. O objetivo é analisar a importância de se trabalhar com a memória desse grupo social não como um objeto de estudo, mas como um processo de produção de conhecimento histórico fundamentado na colaboração e no engajamento político. A articulação entre essas duas perspectivas metodológicas busca democratizar a produção de narrativas históricas, permitindo questionar a invisibilidade e a marginalização enfrentadas por populações dissidentes. Nesse sentido, o trabalho do historiador é compreendido como uma ferramenta de reparação histórica e justiça social, capaz de tensionar silenciamentos institucionais e fortalecer identidades coletivas.

1.1 A história LGBTQIA+ já nasce pública?

Quem pode fazer história? Embora esse questionamento tenha provocado intensos debates desde o início da institucionalização da disciplina, hoje há um relativo consenso historiográfico de que a produção de narrativas sobre o passado não é um monopólio dos historiadores profissionais. Portanto, mais do que perguntar quem pode fazer história, interessa compreender como diferentes sujeitos e grupos sociais produzem, disputam e publicizam narrativas sobre o passado. A história pública não propõe uma equivalência simplista entre todas as formas de enunciação, nem nega a especificidade e o rigor do trabalho historiográfico acadêmico; seu objetivo é problematizar o monopólio da autoridade histórica e abrir espaço para a plurivocalidade. Assim, reconhecer que movimentos sociais, comunidades e variados públicos, incluindo jornalistas, anciões e ativistas, produzem memória não significa abandonar critérios metodológicos, a crítica documental, a contextualização ou a responsabilidade ética que caracterizam o ofício. Ao produzirem e publicizarem suas próprias trajetórias, esses grupos buscam legitimar suas identidades e reivindicações, utilizando a história como ferramenta de resistência e justiça social contra silenciamentos institucionais.

Ricardo Santhiago (2016) no texto *Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil* relata que quando o termo *história pública* começa a ser utilizado pelos historiadores, alguns questionavam se esse não seria um termo

novo, para uma práticas já realizadas a muito tempo, afirmando que mesmo antes do surgimento da história pública enquanto movimento, já se produziam conhecimentos históricos em colaboração com outros públicos, dentro e fora da academia. Mas, ressalta o autor, a história pública surge com o objetivo de ir além do trabalho colaborativo e da ampliação das audiências, mas, constituir um campo próprio para discutir essas questões.

Ao abordar a popularização da história pública no Brasil a partir da segunda década do século XXI, a historiadora Cyntia Simioni França (2024) afirma que o movimento possui algumas características:

> Para além da ideia de formação técnica do historiador, as inquietações são: a primeira, com os modos de produção de conhecimento histórico que nos convida a outras epistemologias, especialmente quando nos colocamos a fazer história com o público, de modo colaborativo e interativo, sem desconsiderar o nosso compromisso ético-político-responsivo como historiador; a segunda, a publicização da história, por conta do *boom* de vídeos, *sites*, *blogs*, revistas e livros sem a devida reflexão crítica do conhecimento produzido e disseminado. Daí a importância de pensar que a História Pública passa pelo processo de produção, circulação e divulgação do conhecimento. É um tripé que se sustenta, já que não é possível pensar na divulgação sem considerar os processos da produção do conhecimento histórico (França, 2024, p. 9).

Nesse sentido, Benito Bisso Schmidt (2023) traz uma reflexão ao afirmar na introdução do livro *História pública e queer* que, o que ele chama de *história queer*, já teria nascido pública. O autor não busca com essa afirmação, dizer que todo trabalho feito com pessoas LGBTQIA+ se encaixa nas definições de história pública amplamente aceitos que temos hoje, seria até mesmo um anacronismo. Mas, ele defende que desde os primeiros trabalhos de sujeitos de sexualidade e gênero dissidentes, sobre a própria comunidade, já levavam em conta a colaboração, a ampliação de audiências e o que tem sido produzido por não historiadores, ou seja, pelos movimentos sociais.

Partindo do cenário da *public history* nos Estados Unidos, o historiador Marc Stein afirma:

> Queer historians — defined here as those who study nonnormative genders and sexualities in the past — have been distinctly active in the public sphere. Their work has influenced popular understandings of affection, intimacy, and eroticism; collective conversations about freedom, equality, and democracy; and global conceptions of political change, social justice, and cultural transformation. Prominent recent examples include the historians' briefs cited by the US Supreme Court when it invalidated state sodomy laws, bans on same-sex marriage, and restrictions on the use of antidiscrimination statutes. LGBT historical research also has influenced mass media and

> popular culture, most notably in film, literature, television, and theater. Excluded and marginalized by academia in the past and present, LGBT historians—based at first in queer communities and only later in colleges and universities—have succeeded in reaching large public audiences (Stein, 2022, p. 2).

Logo, há uma grande produção memorialística e historiográfica feito por pessoas LGBTQIA+, chamadas pelo autor de *queer historians*, por muito tempo fora dos espaços acadêmicos (cenário que tem se alterado graças ao acesso desses públicos às universidades e maior liberdade para produzir conhecimento sobre esses temas), influenciando até mesmo produções midiáticas.

Nesse mesmo sentido, também podemos observar a seguinte reflexão feita pelo historiador francês Pierre Nora (1993).

> A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens (Nora, 1993, p. 17).

A afirmação do autor se aproxima com as ideias de Schimidt (2023) que afirma que os trabalhos com memórias de pessoas LGBTQIA+ eram feitos em grande parte por ativistas que tinham como objetivo, de certo modo, "'resgatar' a memória das violências sofridas por esse grupo, dos e das personagens que o compunham e dos combates por ele promovidos, de modo a conscientizar seus 'herdeiros' no presente e estimular suas lutas por igualdade, dignidade e cidadania" (Schmidt, 2023, p. 11). Ao fazer essa afirmação o autor nos convida a pensar nas diversas formas de produzir história da comunidade LGBTQIA+ fora da academia, justamente devido à expulsão de pessoas dissidentes dos espaços formais de pesquisa.

Por muito tempo as pesquisas em história feitas nos espaços acadêmicos delegavam um espaço pequeno para as questões de sexualidade, tanto por questões morais como também por desafios metodológicos. Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre sexualidades vêm de pensadoras feministas, que ganham força com o processo de aproximação dos movimentos sociais com os espaços formais de produção de conhecimento, porém, essa institucionalização não foi de toda positiva, principalmente no Sul Global, como afirma a pensadora lésbica latino-americana Norma Mogrovejo (2020):

> Ainda que algumas correntes do ativismo feminista, no início, tenham sido críticas aos processos de institucionalização, defendendo a autonomia como estratégia de transformação do sistema patriarcal e suas instituições, partindo de processos de criatividade e do exercício da liberdade, algumas acadêmicas feministas defendiam seus próprios espaços, que as permitiam seguir com a produção de propostas teóricas sem a obrigação de justificar cada um de seus conceitos. Assim, rapidamente os interesses econômicos dos Estados-nação promoveram processos de institucionalização nos meios universitários, sem deixar muito espaço para ação (Mogrovejo, 2020, p. 31).

Essas discussões foram feitas de maneiras ainda mais escassas sobre os temas das lésbicas, principalmente sobre as negras, indígenas e daquelas fora dos grandes centros urbanos. Essa problematização é feita na tese de doutorado de Michele Pires Lima (2025) intitulada *Sob o espelho de Oxum: afetos, maternagem e ações sociopolíticas de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus/AM (1992–2020),* na qual a historiadora afirma:

> Entretanto, a emergência de mulheres lésbicas negras nos trabalhos historiográficos aparece de forma pontual, pois, como podemos constatar, as discussões inerentes aos documentos produzidos por esse segmento da população LGBTQIA+, estava, em grande medida, preocupada com as questões de gênero e sexualidade, sobretudo numa perspectiva cisheterossexual. Além disso, as dimensões de localidade como aspecto importante da pesquisa em História, foram pouca debatidas ou evidenciadas (Lima, 2025, p. 51).

O fato de que por muito tempo não houve grandes obras do cânone historiográfico dedicadas a narrar as histórias desses sujeitos não significa que não fazia história LGBTQIA+ ou que não existiam outros modos de se armazenar e transmitir as memórias dessas populações. Os textos que compõe o livro já citado *História pública e queer* (2023) vão nesse sentido, e têm como principal objetivo relatar experiências de trabalhos colaborativos ou fazem uma reflexão do que tem sido produzido por não historiadores. Destaco aqui os textos *Memória-lego: uma experiência de resgate da memória do segmento LGBTQIA+ e Belo Horizonte*, de Luiz Morando (2023), e *Blog, redes e ruas: catorze anos exercendo a história pública e promovendo a cidadania cultural do povo Bajubá*, de Rita de Cassia Colaço Rodrigues (2023). Os dois artigos exemplificam como a comunidade LGBTQIA+ é um público que tanto produz como consome história, e que suas memórias podem inspirar trabalhos que estabeleçam o diálogo entre academia e movimento social.

Publicado em 2021, com organização de Elias Ferreira Veras e também dos já citados Benito Bisso Schmidt e Rita de Cassia Colaço Rodrigues, o livro *Clio sai do armário:*

historiografia LGBTQIA+ é uma obra de suma relevância, na qual os pesquisadores trazem os resultados de discussões feitas no Simpósio Nacional de História da Anpuh Brasil (Associação Nacional de História) de 2019, no qual foi realizado o Simpósio Temático: *Clio sai do armário: Homossexualidades e escrita da História*. Apesar de não debaterem história pública na obra, os autores apresentam diversas pesquisas que foram construídas através de trabalhos colaborativos, também se preocupando com as recepções dos públicos LGBTQIA+.

Além dessas produções, podemos enxergar história pública em outras formas de produção de conhecimento. Como a exemplo dos espaços museológicos, podemos ressaltar o Museu da Diversidade Sexual, o Museu Bajubá, o Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri, o CLOSE: Centro de Referência da História LGBTQIA+, além do Museu Movimento LGBTQIA+ (MUMO), e do Acervo LGBT Cintura Fina.

Várias das ações desenvolvidas por museus para os públicos LGBTQIA+ foram realizadas durante a 17ª Primavera dos Museus, que teve como tema: *Memórias e democracia: pessoas LGBT+, indígenas e quilombolas*. Realizada entre os dias 18 e 24 de setembro de 2023, teve como objetivo "refletir sobre o papel dos museus na promoção da inclusão social e da diversidade, fundamentais à democracia". O tema teve como proposta reconhecer que "a democracia se faz a muitas mãos, inclusive com a participação de agentes ainda invisibilizados ou marginalizados, e reflete sobre a representatividade desses agentes dentro dos museus". A programação foi feita a nível nacional e incluiu "atividades presenciais e online como exposições, visitas guiadas, palestras, seminários, mesas redondas, rodas de conversa, lançamentos, oficinas, saraus, performances e apresentações musicais e teatrais, entre outras"[6].

Há também o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+) vinculado ao Grupo Dignidade de Curitiba, o qual tive o prazer de conhecer pessoalmente durante o II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+ ocorrido na capital paranaense, que reuniu inúmeros pesquisadores, ativistas e personalidades da história LGBTQIA+ do Brasil. O acervo do CEDOC LGBTI+ conta com uma vasta quantidade de fontes primárias e secundárias da história do movimento, como por exemplo, todas as edições do jornal Lampião da Esquina, que inclusive foi digitalizado, com o objetivo de facilitar o acesso de pesquisadores e militantes ao material.

[6] BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Começa a 17ª Primavera dos Museus. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/comeca-a-17o-primavera-dos-museus. Acesso em: 27 mar. 2026.

Esses são alguns exemplos de textos que abordam a história e a memória LGBTQIA+ a partir de uma relação com o público, seja através da ampliação das audiências ou do trabalho colaborativo.

Nesse sentido, os públicos dessa pesquisa aparecem de diversos modos, primeiro, os públicos acadêmicos, tanto das áreas de gênero, que se interessam em maneiras de incluir os movimentos sociais em seus trabalhos, quanto aqueles que trabalham com história pública e se propõem a pensar em formas de democratizar esse campo. Mas estes não são os únicos públicos para quem escrevo, pois trago as reflexões de Fernando Nicolazzi (2019):

> Os demais leitores, esses destinatários desprovidos daquelas credenciais de autoridade, ocupariam apenas o lugar do suporte financeiro e moral da obra? Seriam tão somente consumidores em um mercado editorial motivado por certo fetichismo em relação ao passado ou meros incentivadores dessa forma de saber por considerá-la fundamental para a sociedade, sempre afeita a aprender com seu próprio passado?

Os públicos LGBTQIA+, também são públicos dessa pesquisa, não só enquanto consumidores passivos, mas enquanto participantes da construção da pesquisa, pois veem necessidade de terem suas histórias (mesmo que uma pequena parte delas) contadas e sabem da urgência em ocupar espaços formais de produção de conhecimento, tendo em vista a série da ataques que sofrem, e veem nas instituições democráticas maneiras de legitimar suas demandas por direitos, principalmente quando possuem acesso limitado a esses espaços.

E os públicos não-academicos e não-LGBTQIA+, mas que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, que se interessam por produções de conhecimentos visto como dissidentes das normas tradicionais, e que veem em produções como este trabalho, uma forma de disputar os discursos públicos sobre direitos humanos. Logo, podemos afirmar que apesar dos públicos destacados acima este trabalho não foi feito pensando apenas em um único grupo, mas, com a proposta de se colocar no debate público, tanto em sua versão final, como no próprio decorrer de sua construção, assim como continua Nicolazzi (2019):

> Ou seja, mais do que um monopólio de enunciação que de resto jamais existiu, o que se considera fundamental hoje em dia é a plurivocalidade dos enunciados a respeito do passado, as múltiplas vozes que ora entram em tensão e disputa, ora criam formas compartilhadas de legitimidade. De todo modo, são vozes que apenas podem se manifestar em um espaço público democratizado e aberto (Nicolazzi, 2019, p. 217).

Compreender os diferentes públicos desta pesquisa não significa apenas identificar possíveis leitores, mas reconhecer sujeitos que também produzem sentidos sobre o passado, disputam narrativas e participam ativamente da construção das memórias coletivas. Assim, este trabalho busca se inserir em uma perspectiva de História Pública comprometida não apenas com a ampliação de audiências, mas com a construção de diálogos entre universidade, movimentos sociais e sociedade, entendendo a produção do conhecimento histórico como um processo plural, compartilhado e atravessado por disputas políticas, sociais e memorialísticas.

1.2 História pública, história oral e possibilidades de trabalho colaborativo com os movimentos sociais

"Vai sumir depois de fazer a entrevista também?". Esse foi um questionamento que recebi ao convidar Marla, uma das pessoas participantes da pesquisa para realizar as conversas gravadas, quando ainda estava nas primeiras etapas. Expliquei para ela que não pretendia "usar" da sua narrativa enquanto um objeto, mas que pretendia (e assim espero ter cumprido) estabelecer um longo trabalho de colaboração, no qual ela e suas demandas seriam ouvidas atentamente. Trago o seu questionamento para refletir o que muitas vezes caracterizou os trabalhos nos quais sujeitos de determinados grupos e movimentos sociais são convidados a contribuírem com suas histórias, projetos esses que às vezes resumem as pessoas participantes da pesquisa a simples fontes úteis ao historiador, que pouco se importa em realmente ouvir e acolher essas memórias. Não falo de acolhimento tal qual um psicólogo profissional realiza, com seus métodos próprios e adequados para esse procedimento, mas sim na realização de uma escuta sensível, que deixa claro suas intenções e de se pôr em posição de diálogo.

Produções da história LGBTQIA+, sejam acadêmicas ou não, têm um grande vínculo com os públicos, principalmente através das demandas dos movimentos sociais, que estão sempre buscando espaço para que as memórias desses sujeitos, muitas vezes ignorados, ocupem lugares dignos dentro dos debates. Mais do que uma reinvindicação vazia, é a necessidade por políticas públicas e reparação histórica que motiva os diversos pesquisadores e ativistas que se propõe a trabalhar com narrativas de pessoas LGBTQIA+. Entre outros desafios estava a dificuldade em se encontrar fontes sobre o tema, Magali Engel (1997) escreveu que:

> A perspectiva de análise dos comportamentos sexuais e das vivências afetivas conduz, no entanto, a alguns problemas relacionados à metodologia e às fontes. Problemas, aliás, comuns a outros objetos da história, tais como, por exemplo, a cultura popular, as vivências dos segmentos "marginais" das populações urbanas e rurais etc. A ausência ou escassez de documentos diretamente produzidos pelos camponeses, pelos artesãos, pelos operários, pelas mulheres, pelos homossexuais, enfim, pelos setores dominados ou marginalizados nas diferentes sociedades, coloca-se como um primeiro obstáculo ao historiador. Assim, a maioria das fontes de que dispomos para estudar esses personagens históricos são indiretas, na medida em que constituem discursos formulados pelos segmentos dominantes e/ou dirigentes (Engel, 1997, p. 443).

A falta de fontes é um desafio real ainda hoje, pois quando temos o objetivo de vasculhar vestígios tão íntimos sobre a sexualidade humana não é simples de encontrarmos, podendo encontrar barreiras causadas tanto pelo conservadorismo da época em questão como dos dias de hoje, por exemplo, ao querer divulgamos informações pessoais de LGBTQIA+ já falecidos há sempre a possibilidade da família se posicionar contrário, ao ponto de impedir a publicizacão de determinadas histórias. Também não podemos ignorar a falta de interesse de historiadores em procurar fontes em lugares guetificados, mais um motivo que explica por que grande parte da história do movimento LGBTQIA+ foi feita por pessoas do próprio movimento, sendo profissionais ou não.

É justamente nesse sentido que a história oral mais tem contribuído, pois é um método que cria suas próprias fontes, como afirma Jorge Lazano (2006):

> A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos 'outros' (Lazano, 2006, p.17).

Com a minha entrada no PPGHP busquei ampliar a minha participação com as populações LGBTQIA+ de Campo Mourão enquanto movimento social. Seguindo o conselho que Alessandro Portelli (2019) traz em sua obra *A História Oral como a Arte da Escuta*, decidi por me tentar tomar uma posição próxima ao que o autor chama de "historiador/ativista", pois:

> A contribuição do historiador/ativista para essas "comunidades" está, na verdade, não apenas na coleta de histórias e canções. Nem no mero retorno de conhecimento à comunidade (que, por definição, já o possui, uma vez que

> é precisamente de onde ele provém). A contribuição do historiador/ativista está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação desse conhecimento para além de sua fronteira (Portelli, 2019, p. 23).

O relacionamento entre a história oral e a história pública ganha seu destaque ao disseminar os conhecimentos históricos produzidos, ampliar as audiências, potencializando o trabalho colaborativo já feito por muitos profissionais que trabalham com narrativas de caráter oral. Em uma das obras pioneiras da história pública no Brasil chamada *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*, Juniele Rabêlo de Almeida (2016) amplia essa discussão trazendo como o trabalho de história oral associado à história pública podem contribuir para os movimentos sociais. A autora afirma:

> O trabalho de história oral como uma prática de história pública sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Nesse sentido, as entrevistas orais contribuem para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dos movimentos sociais. As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública – integrando os membros do movimento e pesquisadores acadêmicos em colaboração (Almeida, 2016, p. 52).

Logo, no caso das populações LGBTQIA+, a união desses movimentos/métodos nos possibilita a contribuir para a construção políticas públicas, fortalecimento da união do movimento e do sentimento de comunidade entre um grupo que historicamente é renegado a esses direitos. Assim, Almeida (2016) continua:

> O trabalho de memória dos movimentos sociais amplia as percepções identitárias e cria condições de legitimidade para a atuação dos seus integrantes no espaço público. O fortalecimento das trajetórias dos sujeitos coletivos aquece o horizonte de defesa dos interesses dos diferentes movimentos sociais (Almeida, 2016, p. 53).

As discussões da história pública me atraem por pensarem nos públicos fora das paredes da universidade, e, além disso, nas possibilidades e nos desafios de se trabalhar *com* esses públicos. Ao utilizar das entrevistas em história oral como metodologia me proponho a trazer os próprios sujeitos para a pesquisa, construindo com eles um texto que não os apresente de maneira distante, como objetos, mas um texto que os ouça, e dialogue com esses sujeitos, detentores de suas próprias narrativas e memórias. Como afirma Almeida: “As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública – integrando os membros do movimento e pesquisadores acadêmicos em colaboração” (Almeida, 2016, p. 52).

Optei por realizar os trabalhos de transcrição e textualização das entrevistas, tendo como base e inspiração os trabalhos da já citada Michele Pires de Lima (2025) e de Lauri Miranda Silva (2023). Lima (2025) traz uma grande diversidade de mulheridades para colaborar na construção de uma pesquisa através da história oral, em diálogo com a história pública, afirma:

> As memórias pessoais narradas, então, me guiam para conhecer os núcleos que compõe a substância das memórias das colaboradoras desta tese: as memórias das sexualidades, dos significados do gênero e da raça; as memórias dos afetos; as memórias da maternidade; as memórias do ativismo e do movimento social (Lima, 2025, p. 31).

Nesse mesmo sentido, Lauri Miranda Silva (2023) em sua tese *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re)existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022),* também busca publicizar as histórias de pessoas LGBTQIA+ através da história oral, e diz:

> Creio que o desenvolvimento da história oral permitiu, junto a outras transformações teóricas e metodológicas, uma mudança de enfoque nas pesquisas históricas, quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, e, com isso, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a classe, a raça e a sexualidade, entre outros marcadores sociais (Silva, 2023, p. 65).

Alguns cuidados precisam ser levados em conta quando se trabalha com a memória da comunidade LGBTQIA+, o que a pensadora Chimamanda Ngozi Adichie (2019) chama de perigo de uma história única, ou seja, há um grande risco do pesquisador desenvolver uma versão da história LGBTQIA+ embranquecida, higienizada e elitista, apagando personagens negros, mulheres, trans e travestis, e demais dissidentes que lutam por espaço e reconhecimento dentro da própria comunidade. Assim, acredito que o engajamento político, a convivência com o público e o trabalho de ativismo, podem contribuir para a elaboração de projetos que sejam mais democráticos. Nesse sentido, Boita e Baptista afirmam que:

> Por fim, interessa apontar que a pesquisa de história oral em comunidades LGBT+ necessita do engajamento de pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos. É preciso dimensionar estas comunidades no campo científico, abandonando a prática de se considerar somente homossexuais de elite, brancos, profissionais liberais e estudados, como comumente tende-se a produzir ciência no Brasil. Também é necessário abandonar a fetichização das pessoas LGBTQIA+ em estudos de memória ou exposições museológicas, onde se costuma focar na glamorização ou no humor da vida LGBTQIA+, detraindo-se a realidade que existe por de trás de cada peruca,

> glitter, bate-cabelo ou luzes dos palcos. De fato, a memória LGBTQIA+ não pode ser construída apenas a partir de heróis, grandes vultos, artísticos ou intelectuais, ou de nossas festas e clubes, embora muitos destes personagens e espaços ainda mereçam ser retirados dos armários que os museus, arquivos ou instituições de memórias ainda insistem em mantê-los (Boita; Baptista, 2023, p. 64).

Outros autores da História Oral já discutiam sobre as possibilidades de diálogos entre os historiadores orais e os movimentos sociais, como Alessandro Portelli (2019), que afirma:

> O que há de mais importante sobre a natureza dialógica do trabalho de história oral é que ele não termina com a entrevista, ou mesmo com a publicação: ele precisa encontrar maneiras de ser útil aos indivíduos e às comunidades envolvidas. Este é o processo conhecido pelos rótulos de "restituição" e "disseminação" (Portelli, 2019, p. 21).

Sempre objetivei cumprir com a dimensão colaborativa das entrevistas, na qual o contato anterior e posterior é parte essencial do processo. E quais seriam os benefícios de utilizar da história oral de modo tão político? Meihy e Seawright (2024) defendem que a escolha desse caminho metodológico, além de ser um posicionamento ético e função social do historiador para com os grupos socialmente minoritários, também possibilita a elaboração de políticas públicas. Afirmam os autores:

> Isto é, o oralista preza por propostas de políticas públicas ao encontro de grupos vulneráveis ou que se identificam com os variados reclamos sociais. Mais do que para serem guardadas em arquivos primorosos ou prospectadas, as entrevistas ganham destinação social - incomodam grupos estabelecidos (Meihy, Seawright, 2024, p.37).

Esse posicionamento é mais do que uma escolha teórico-metodológica, mas uma ação do historiador em frente a uma realidade social que privilegia aqueles que produzem academicamente, isolados das necessidades dos movimentos sociais. Como afirma Meihy (2005):

> Com uma alternativa ampla e plausível, destacada do exclusivismo acadêmico, a história oral se apoia exatamente na adesão de pessoas dedicadas a pensar a vida social em sentido público e por meios não estritamente convencionais. Sem se isolar do contingente acadêmico, é para o exercício da democracia e do conhecimento que ela se faz (Meyhe, 2005, p.25).

Nesse mesmo sentido, Marta Rovai (2022) reafirma alguns dos objetivos da história oral pensada com a história pública:

> A história oral se converte em história pública, em movimento, em posicionamento político, produzida de forma plural e compartilhada com públicos diversos para informar, tocar, sensibilizar, transformar perspectivas históricas e subjetividades marcadas pela desigualdade de gênero, classe e raça (Rovai, 2022, p. 33).

Parte essencial da minha pesquisa foi a busca pela quebra das minhas próprias expectativas, pois, mesmo sendo um homem gay pobre, sou cis, branco, e represento uma parte privilegiada da comunidade LGBTQIA+, tendo em vista que não precisei enfrentar muitas das barreiras pelas quais as pessoas participantes dessa pesquisa tiveram que passar, como o racismo, a transfobia, a misoginia, entre outras formas de violência que atingem determinadas pessoas LGBTQIA+. Reconhecendo que o direito de existir muitas vezes é um privilégio, utilizei do meu espaço na universidade, tão excludente ainda nos dias de hoje, para abordar as demandas de quem não possuiu as mesmas oportunidades. Todas as pessoas participantes dessa pesquisa tiveram acesso ao ensino superior, e representam um recorte quando se trata de pessoas trans, travestis e pessoas negras, que, mesmo com a ampliação do acesso às universidades, ainda são impedidos, e muitas vezes evadidos dos espaços de produção de conhecimento formal.

Ao me propor trabalhar colaborativamente com as populações LGBTQIA+ em Campo Mourão, assumi a tarefa de desenvolver ações em conjunto com a comunidade local, ocorridas entre 2024 e 2025. Entre os objetivos dessas atividades, além de debater os temas específicos de cada pauta, era a criação de um espaço seguro de escuta, que servia tanto para a tentativa de construção de laços de comunidade entre as pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão, mas também me aproximar das suas demandas. Algumas pessoas entrevistadas nessa pesquisa não conseguiram participar desses eventos, porém, foram oportunidades de ouvir outros sujeitos, experiências essas que gerariam outra dissertação por si só. As atividades foram: Arraiá do Orgulho (28 de junho de 2024); 1º Piquenique do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão: “Ser LBTQIAPN+ em Campo Mourão” (17 de agosto de 2024); Oficina Um Breve Histórico do Movimento LGBTQIAPN+ e as Esquerdas no Brasil (12 de abril de 2025); I Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão (13 e 14 de junho de 2025); Café e Prosa: Roda de Conversa sobre a Resolução 2.427/2025 do CFM e o ataque às pessoas trans e travestis! (27 de junho de 2025); e a Roda de Conversa: Políticas Afirmativas para Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior (24 de setembro de 2025).



Figura 1 – Arraiá do Orgulho. Fonte: acervo do autor.



Figura 2 – 1º Piquenique do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão: "Ser LBTQIAPN+ em Campo Mourão". Fonte: acervo do autor.



Figura 3 – Oficina Um Breve Histórico do Movimento LGBTQIAPN+ e as Esquerdas no Brasil.

Fonte: acervo do autor.



Figura 4 – I Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão.

Fonte: acervo do autor.



Figura 5 – Café e Prosa: Roda de Conversa sobre a Resolução 2.427/2025 do CFM e o ataque às pessoas trans e travestis! Fonte: acervo do autor.



Figura 6 – Roda de Conversa: Políticas Afirmativas para Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior. Fonte: acervo do autor.

Essas atividades desenvolvidas tiveram propostas variadas, mas alguns objetivos em comum, que acredito terem sido atingidos de algum modo, mas não como o que eu esperava,

como a tentativa de criar um senso de comunidade, uma rede de apoio e fazer trabalho de base com a comunidade LGBTQIA+ de Campo Mourão, que infelizmente é um objetivo difícil de alcançar, não por falta de empenho dos participantes, mas pelo contexto individualizante e limitando em que vivemos. A maior parte dos eventos tiveram apoio do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão, e participação de diversos militantes, membros da comunidade, aliados, estudantes e professores da Unespar. Entre os desafios, destaco aqui a falta de um lugar próprio para realizar essas atividades, mesmo com o contato e o apoio de instituições como os sindicatos e a universidade. Pessoalmente, a baixa adesão e frequência de pessoas nesses atos, me gerou certa frustração, apesar de compreender que as duras jornadas de trabalho e a exaustiva vida acadêmica são alguns dos motivos para a ausência de uma grande quantidade das pessoas LGBTQIA+. Mesmo em poucas pessoas, a qualidade das conversas e das discussões geradas foi de grande relevância, e digo com orgulho que pude fazer parte da organização desses eventos.

Podemos entender então que esta pesquisa não se resume a discussão teórica e análise das entrevistas, mas, também busquei realizar a defesa da função social do historiador, principalmente daqueles que utilizam da história oral, como afirma Rovai (2023):

> E a história oral em sua dimensão pública pode contribuir, dentro e fora da Academia, para a mediação de falas e para reafirmar existências, uma vez posicionada e preocupada em produzir comunidades de escutadores/ as, configurando-se como prática reflexiva que conjuga ciência e engajamento público (Rovai, 2023, p. 52).

Mesmo quando o tema do evento não era próximo ao da minha pesquisa, eu pude contribuir e, principalmente, aprender com os demais colegas de movimento social, o que possibilitou que eu estivesse sempre em contato com as demandas e pautas da comunidade e pudesse levar esses debates para dentro dos espaços acadêmicos da universidade.

1.3 Museus, História Pública e Memória LGBTQIA+

Por que falar de museus? Qual a relação do tema com as pessoas entrevistadas? Como forma de exemplificar a enriquecer o debate que estou me propondo a fazer, trago a questão da Museologia Comunitária LGBTQIA+ que tem como a história oral um dos métodos para realizar trabalho colaborativo com os sujeitos dos movimentos sociais. Em de julho de 2023, o responsável pelo Museu Municipal de Deolindo Mendes Pereira de Campo Mourão me

convidou para realizar uma contribuição ao museu, pensando em um espaço que seria dedicado à população LGBTQIA+. O museu passava por uma reforma, tanto nos seus espaços físicos, paredes, sistema elétrico etc. quanto em seu acervo. O museu tinha como objetivo se atualizar às novas demandas da sociedade, seguindo uma lógica já muito discutida pela Sociomuseologia que [...] visa entender como as relações com os movimentos sociais e fenómenos socioculturais da atualidade impactam na área e nas suas estruturas (Primo, 2021, p. 04) e que "trata as memórias de seus sujeitos sociais, recusa a subalternidade dos seus corpos e reivindicam o protagonismo das suas histórias, corpos e ações" (Primo, 2021, p. 05).

O tema era minha zona de conforto, ou foi o que me pareceu em um primeiro momento: a comunidade LGBTQIA+ de Campo Mourão. Eu deveria construir algo para ficar em exposição permanente no museu, que representasse essa comunidade. Meu primeiro erro foi acreditar na existência de algo que possa ser chamado de "comunidade LGBTQIA+", como se fôssemos um grupo homogêneo de sujeitos unidos pela mesma pauta, com as mesmas demandas e em prol dos mesmos objetivos.

Apesar da gratidão pela oportunidade de desenvolver um trabalho de tamanha relevância em um espaço institucional, sobretudo em uma localidade com poucas experiências prévias de ocupação de espaços de visibilidade por pessoas LGBTQIA+, enfrentei desafios imediatos. O curto prazo de aproximadamente dez dias revelou-se insuficiente para a execução de propostas mais complexas que idealizei, tais como a utilização de registros fotográficos, a curadoria de objetos pessoais doados, a organização de exposições de artes plásticas e a condução de entrevistas com sujeitos LGBTQIA+ locais.

Todas essas ações levariam tempo, algo que eu não tinha. Porém, ao refletir sobre tais possibilidades, me questionava: quais histórias e de quais pessoas LGBTQIA+ eu deveria contar? Quais trajetórias merecem ocupar um lugar de destaque? Somente as lideranças do grupo mereceriam visibilidade? E quanto às vozes relegadas a ocupar espaços periféricos? Como eu chegaria a essas pessoas? Qual seria a melhor maneira de contar as suas histórias?

A maior parte dessas perguntas não foi respondida na época, tampouco me proponho a respondê-las neste presente trabalho. Naquele momento eu tive um horizonte limitado de opções para produzir algo que ficaria em exposição. Após conversar com alguns colegas historiadores, decidi elaborar um pequeno texto focado justamente na falta de documentos históricos sobre pessoas LGBTQIA+ em uma cidade do interior.

O resultado final foi o seguinte texto:

> Lamentavelmente não temos muitos registros, pois esses indivíduos eram estigmatizados, silenciados e perseguidos, como são até hoje (principalmente pessoas trans e travestis). Questões de sexualidade não eram discutidas em público e o medo do preconceito fez com que muitos negassem a própria identidade. Se hoje há escassez de registros sobre LGBTs não é porque não existíamos, mas porque éramos silenciados.
> Felizmente, nos últimos anos, depois de muita luta, a comunidade LGBTQIAP+ tem conquistado cada vez mais espaço e nos sentimos mais confortáveis para exercer a nossa identidade de modo público. Estamos nos locais de trabalho, nas instituições públicas e privadas, nas universidades, nas igrejas, nos bares, nos grupos de amigos e nas famílias, buscando viver de forma justa e honesta.

Assim, compreendo que essa tentativa de apagamento é reflexo de um o esforço constante de invisibilizar outras possibilidades de viver a própria sexualidade e de performar o seu gênero. Logo, a História enquanto ciência também foi e ainda é instrumentalizada para realizar a manutenção de um sistema LGBTIfóbico que persiste na marginalização e subalternização de pessoas LGBTQIA+. Entretanto, esses sujeitos não são meras vítimas passivas de um sistema de opressão, e sim, protagonistas da própria história e atores que resistem de diversas formas no tempo e no espaço.

De tantas histórias de resistência que eu poderia escolher. O exemplo de resistência que escolhi narrar é a trajetória da travesti Manoela, moradora de Campo Mourão, que estava em situação de abandono, sem lar e sem alimentação adequada. Antes da reinauguração do Museu Municipal, foi publicada num jornal local, uma matéria sobre a vida de Manoela. Então, o responsável pela reforma do acervo do museu me propôs que fosse colocado uma fotografia de Manoela com a breve biografia (que inclusive utilizava seu nome de nascimento) junto ao meu texto, e assim foi feito.

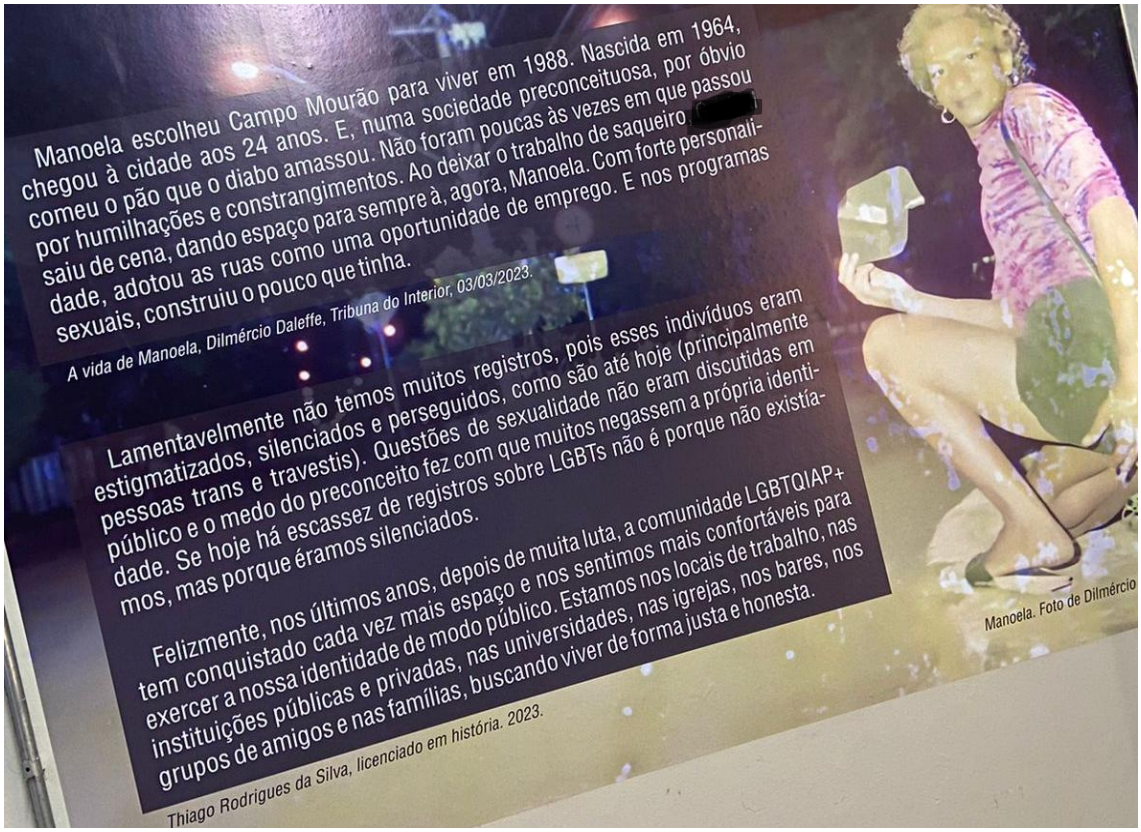


Figura 7 – Painel exposto no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira sobre a presença LGBTQIA+ em Campo Mourão. Fonte: acervo do autor.

Logo que o Museu Municipal foi reaberto houve diversas reações positivas e negativas sobre a exposição. Com destaque para os comentários feitos nas redes sociais, que ressaltavam de maneira transfóbica o histórico de trabalhos sexuais de Manoela, em uma tentativa de atacar sua dignidade.

Uma grande parte das mulheres trans e travestis são relegadas a ocuparem espaços marginalizados, como trabalhos informais e o mercado da prostituição. Algumas dessas pessoas são expulsas de casa ainda na adolescência, sendo evadidas dos espaços educacionais, sofrendo violências de diversas formas nas escolas, resultando em uma formação incompleta, gerando uma grande dificuldade em conseguir emprego formal, restando muitas vezes apenas as ruas como possibilidade de conseguir sua renda. Não trago uma visão moralista da prostituição, mas, ressalto que nesses espaços mulheres cis ou trans são expostas a um cotidiano de violência e risco constante.

Como ressalta a Lima (2021):

> As adversidades sociais existentes nas experiências de gueis, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais baseia-se, à primeira vista, com a rejeição e o desrespeito partidos da família, em seguida pelas outras instituições

> sociais. Contudo, para as travestis e mulheres transexuais essas problemáticas duplicam, entrando em ação os altos índices de suicídio e a falta de perspectiva de vida frente aos obstáculos produzidos pelo sistema normalizador, ou seja, a negação de direitos fundamentais - como a educação - para serem compreendidas e se perceberem enquanto cidadãs. (Lima, 2021, p. 80).

Outra forma que a transfobia local se manifestou foi através de um requerimento protocolado por um vereador que questionou "Quais benefícios e feitos históricos 'Manoela' acrescentou a história de Campo Mourão?", requerimento este que foi respondido oficialmente pelo responsável pelo museu, que ressaltou as leis e estatutos que possibilitam uma maior diversidade nesses espaços. Este mesmo vereador já elaborou projetos de lei que proíbem o uso de linguagem neutra nas escolas municipais[7] e a existência de banheiros unissex[8]. Ambos aprovados (mesmo sendo inconstitucionais) através de discursos de pânico moral e LGBTQIAfobia.

Esses projetos de lei de cunho LGBTIfóbico tem ganhado muito espaço no Brasil, principalmente com o golpe parlamentar da presidente Dilma Rousseff, recheado de misoginia, e da eleição do assumidamente LGBTIfóbico Jair Bolsonaro em 2018 para o cargo de maior importância do país, que promoveu um verdadeiro desmonte nas políticas públicas voltadas à defesa dos direitos das populações socialmente vulneráveis, além da vitória política de um grande número de candidatos conservadores nas eleições estaduais de 2022 e nas municipais de 2024.

Os museus não são espaços de história pública por essência, mas sim, locais de possibilidades de ampliação de audiência e trabalho colaborativo a partir de determinadas propostas, métodos e escolhas que a equipe, o museólogo ou outro profissional em questão esteja disposto a seguir. De acordo com o Estatuto dos Museus[9]:

> Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação

---

[7] Lei 4591 de 2023: Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2023/460/4591/lei-ordinaria-n-4591-2023-garante-aos-estudantes-do-municipio-o-direito-ao-aprendizado-da-lingua-portuguesa-e-proibe-a-utilizacao-e-o-ensino-da-linguagem-neutra-ou-nao-binaria-na-educacao-basica-publica-e-privada-do-municipio

[8] Lei 4651 de 2024. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2024/466/4651/lei-ordinaria-n-4651-2024-dispoe-sobre-a-proibicao-da-instalacao-adequacao-e-o-uso-comum-de-banheiros-por-pessoas-de-sexo-biologico-diferentes-em-todos-os-estabelecimentos-comerciais-estudantis-e-orgaos-publicos-da-administracao-direta-ou-indireta-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias

[9] BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92498/estatuto-de-museus-lei-11904-09 . Acesso em: 27 mar. 2026.

> e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Um exemplo é a já citada Primavera dos Museus, que de acordo com o seu site[10]:

> A Primavera dos Museus é uma oportunidade para os museus se conectarem com a comunidade local, aumentando sua visibilidade e reforçando seu papel como centros de preservação e disseminação do conhecimento. O evento promove a democratização do acesso à cultura, a valorização do patrimônio histórico e o estímulo à educação e à reflexão sobre temas culturais importantes. Com isso, a Primavera dos Museus contribui significativamente para o fortalecimento da relação entre os museus e a sociedade, destacando a relevância dessas instituições na promoção da cultura e do conhecimento.

O pesquisador Michel Ehrilich (2023) ao refletir sobre o Museu do Holocausto de Curitiba enquanto espaço de história pública, afirma que:

> O museu histórico que pretenda ser um espaço de História Pública precisa ir além do saber enciclopédico e dialogar com o universo de seu público. Com o devido cuidado de evitar armadilhas anacrônicas, as informações devem navegar constantemente entre presente e passado. Isso significa não somente partir do presente para uma melhor compreensão do passado - em que o presente serve de ferramenta didática para acessar o "conteúdo" do passado - , mas retornar ao presente, que serve ao mesmo tempo como ponto de partida e de chegada da reflexão. (Ehrlich, 2023 p. 133-134).

Logo, um museu não tem como objetivo apenas narrar fatos acontecidos no passado, mas sim, servir às demandas dos grupos sociais que lutam por seus direitos no presente, e deve, de maneira respeitosa, abordar essas histórias a modo de causar a reflexão no público sobre diversidade e direitos humanos.

Atualmente já há uma discussão sobre a presença de pessoas LGBTQIA+ e de suas narrativas em espaços museológicos, apesar de existirem produções acadêmicas que se propõem a servirem como base para essas propostas, ainda existe um grande déficit e apagamento das memórias dissidentes. Como afirma Boita e Baptista (2023):

> Nos mais de três mil museus brasileiros dedicados à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, o tema LGBTQIA+ ainda é negado por seus profissionais. Podemos concluir que os museus e patrimônios são espaços de vocação fóbica à diversidade sexual, contribuindo, com isto, com o cenário de discriminação acentuada

[10] INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram). Primavera dos Museus. Disponível em: https://visite.museus.gov.br/primavera-dos-museus/. Acesso em: 27 mar. 2026.

> vivenciado pelas comunidades LGBTQIA+ no país (Boita, Baptista, 2023, p. 30).

Essas reflexões vão além de preocupações com a falta de representatividade e a exclusão de sujeitos dos museus, pois abarcam a necessidade dos espaços oficiais de divulgação e produção de conhecimento histórico em estarem alinhados com a defesa dos Direitos Humanos de grupo minoritários que são constantemente atacados e violentados. Entretanto, uma das formas necessárias de se construir colaborativamente de modo respeitoso é justamente não reduzir essas narrativas a uma identidade de vítimas passivas. Os movimentos sociais por si próprios já produzem conhecimento de diversos modos, o grande problema é a expulsão desses sujeitos dos espaços museológicos.

Como alternativa de resolução das questões levantadas Boita e Baptista (2023) propõem a Museologia Comunitária LGBTQIA+, ou seja, uma forma de pensar os museus que tenha como proposta o trabalho colaborativo com as comunidades, além de outros modos de expor essas narrativas, a fim de democratizar os espaços dos museus. Afirmam:

> Assim, entendemos a Museologia Comunitária LGBTQIA+ como uma epistemologia que afeta o campo museológico brasileiro hétero, branco, racista e classista. Também a entendemos como uma alternativa aos esforços de gays brancos, sobretudo aqueles dispostos a serem chaveirinhos de héteros, em tentar nos apagar. A Museologia Comunitária LGBTQIA+ é comprometida não apenas com dissidência sexual, mas também com a superação do racismo, classicismo, escravagismo e outras formas brancas de destruir o país (Boita, Baptista, 2023, p.12).

Além dos museus, há outros espaços de memória LGBTQIA+, como apresentados nesse capítulo, que têm como objetivo a produção, preservação e divulgação da história desse grupo tão múltiplo e diverso. Essa multiplicidade é perceptível nos exemplos aqui trazidos, que variam no tempo (alguns são antigos como o Grupo Dignidade, outros são recentes, como a própria reforma no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, de Campo Mourão) e no espaço (alguns são do eixo Rio-São Paulo, como o Museu da Diversidade e o Museu Bajubá, outros são do interior, como o caso do citado Museu de Campo Mourão e o Museu do Cariri).

Desse modo, refletir sobre museus, memória e população LGBTQIA+ significa compreender que esses espaços não são neutros, tampouco naturalmente democráticos, mas territórios de disputas simbólicas, políticas e narrativas. A presença — ou ausência — de sujeitos LGBTQIA+ nos acervos, exposições e políticas museológicas revela quais vidas são consideradas dignas de reconhecimento, preservação e pertencimento no espaço público. Ao mesmo tempo, as reações contrárias à inclusão dessas memórias demonstram que a disputa

pelo direito à história permanece profundamente atravessada pela LGBTQIAfobia e pelas tentativas de manutenção de narrativas hegemônicas sobre a sociedade.

A aproximação entre museus, História Pública e História Oral possibilita não apenas ampliar audiências, mas construir práticas colaborativas capazes de tensionar silenciamentos históricos e produzir outras formas de visibilidade. Mais do que inserir pessoas LGBTQIA+ em exposições e instituições já consolidadas, trata-se de problematizar quais memórias foram historicamente excluídas, quem possui legitimidade para narrar o passado e quais sujeitos continuam sendo relegados às margens da história oficial. Pensar a memória LGBTQIA+ nos espaços museológicos é também defender o direito à existência, à escuta e à permanência desses sujeitos no espaço público e nas narrativas históricas sobre a cidade e a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 2: DIÁLOGOS LGBTQIA+ EM CAMPO MOURÃO

Neste capítulo apresento a textualização das conversas realizadas com as pessoas participantes da pesquisa. Em um primeiro momento, os diálogos estavam nos apêndices do trabalho, mas decidi trazer ao corpo do texto às pessoas que são tão importantes para as discussões que proponho fazer. Optei por manter as minhas intervenções para destacar a minha participação em cada diálogo, já que as pessoas participantes não falaram sozinhas, mas sim, diretamente a mim.

2.1 Conversa com Jessy Nicole

Thiago: Jessy, eu queria que você comentasse sobre como foi a sua descoberta da sexualidade, sobre sua questão com o seu gênero, como você começou a perceber que era uma mulher lésbica e que seria, de certo modo, diferente das outras das outras mulheres, das outras meninas?

Jessy: Eu comecei a ter a percepção que eu era uma pessoa LGBTQIA+, quando eu saí do colégio. No último ano eu tinha muitos amigos, gays, lésbicas, então, a gente já tinha um contato muito grande, eu saía muito com o pessoal, mas saía com pessoas héteros também, e nunca tinha me questionado tanto. E naquele processo de sair do colégio e entrar na graduação, eu comecei a ter contato com outras pessoas. Dentro da Psicologia a gente estuda muito, especialmente sobre a nossa vida, sobre a nossa mente. E foi o momento que eu comecei a entender o porquê me comportava da maneira que me comportava, o porquê os meus relacionamentos eram do jeito que eram, porque tinha tanta dificuldade, e algumas coisas. E aí eu fui conversando com outras pessoas e fui tendo uma identificação maior com algumas pessoas, tendo aquela curiosidade para entender realmente do que eu gostava daquele momento. E foi quando eu tive a minha primeira experiência com uma mulher e eu entendi: "tá, agora faz sentido. Realmente é isso que eu gosto". E foi um momento que eu comecei a me aproximar mais do pessoal. Eu já tinha um contato para entender um pouquinho melhor se era aquilo mesmo, quais eram as minhas questões. E aí, a partir daquele momento eu me reconheci enquanto uma mulher lésbica e comecei a me apropriar mais. Sobre a minha vivência, sobre as escolhas, sobre o que realmente era ser uma mulher lésbica dentro daquele espaço que eu estava inserida. E como isso aí refletia na minha vida também. E aí foi um

processo. Esse ano vai completar dez anos que realmente me reconheço enquanto uma mulher lésbica e que consigo falar abertamente sobre isso. Acho que da primeira pergunta é isso.

Thiago: Você percebe, nesse momento, alguns sinais do que, digamos, é o aquela ideia tradicional de uma mulher lésbica, você começou a identificar essas questões, ou você acha que isso estava muito distante de você?

Jessy: Bem próximo, bem próximo mesmo. Tanto as pessoas com quem eu convivia, as coisas que eu fazia, os meus gostos, tem um padrão que a gente segue, tudo conciliava para que isso fosse acontecer mesmo. E era uma coisa que no momento não era tão perceptiva para mim por conta do meu contexto familiar, que entrava muito em uma questão de uma família extremamente católica, com pensamento conservador e, toda vez que se falava sobre isso era uma resistência muito grande. Então, eu acho que de alguma forma, hoje, depois de dez anos e já formada em Psicologia, eu consigo ter uma percepção de que isso interferiu muito na forma como eu me reconhecia. Então, foi uma forma, como se eu tivesse guardado isso dentro de mim e demorado para deixar aflorar, deixar sair. Por isso que entra muito uma questão de quando eu entrei na faculdade, aos 17 para 18 anos, fazendo maioridade, eu comecei a ter mais liberdade para poder fazer outras escolhas e para poder viver coisas que até então eu não tinha tanta liberdade para viver. Então, eu acho que entra muito nesse sentido, sabe? Uma coisa que só depois, já adulta, que eu fui entender, que isso interferia de alguma forma. Então, teve uma relação direta nesse sentido. Porque até na questão dos relacionamentos, é um ponto muito crucial, não que a gente tenha que se relacionar o tempo todo, mas a forma como eu lidava com os meninos era diferente. Sempre tive muitos amigos homens, mas nunca tive aquela atração realmente assim de querer namorar eles, ter uma relação diferente. E com as amigas era uma relação afetuosa, mas também não tinha tanta coisa, era como se tivesse um bloqueio. E aí depois quando eu já entrei em um momento em que, eu até brinco, que foi um momento em que me senti livre realmente. Que eu pude fazer qualquer escolha sem que alguém me questionasse. Por estar vivendo a minha vida da maneira que eu estava vivendo. Então, creio que tem uma relação bem direta nesse sentido.

Thiago: Eu queria que você comentasse sobre como foi a sua saída do armário. Você teve um momento de se assumir para as pessoas, ou você foi conversando com algumas mais

próximas, e com outras você não conversou? E como que foi a reação das pessoas, dos seus amigos próximos, e também da família?

Jessy: Eu tive um momento que foi bem lento, se posso dizer assim, no início, fui falando com algumas pessoas próximas, como eu falei, sempre vivi junto com o pessoal, tenho um amigo há 17 anos e ele é gay, sempre teve relacionamentos com meninos, então a gente sempre estava juntos, o tempo todo. Outras amigas bis, lésbicas, todo mundo junto, e não foi uma surpresa para eles. Não foi uma surpresa, uma aceitação, que foi 100%, da mesma forma que aceitei várias coisas, e teve um reconhecimento muito grande, um respeito muito grande. Foi bem recíproco quando eu comecei a falar sobre. Quando eu me reconheci enquanto uma mulher lésbica, foi um processo em que eu tive as minhas primeiras experiências e na sequência eu já comecei a namorar. Então, assim, é eu nunca quis fazer nada escondido, então eu comecei a falar para algumas pessoas. E essas pessoas, com quem eu tinha um contato maior e uma abertura maior para poder falar sobre minha vida, eram os meus amigos. Então, eu consegui ter esse momento, inclusive para amigos héteros da faculdade que estudavam comigo, que também tiveram uma aceitação, alguns mesmo com uma questão de não entender muito bem, não..., se fecharam para nossa amizade e começaram a entender e tanto que se tornaram pessoas bem melhores em relação a essa percepção do que é ser uma pessoa LGBTQIA+. Então, pessoas que se tornaram mais respeitosas ainda dentro daquele contexto que eu estava inserida. Em relação à família, foi mais difícil, assim, não teve tanta abertura. Então, eu tinha essa liberdade para eu falar com os amigos, uma foi a minha rede de apoio. Então, os meus amigos foram as pessoas, pontuais, dessa fase que eu tive. E a minha família foi um caminho... como eu posso dizer? Foi mais difícil ter essa abertura. Ainda até hoje tem uma questão difícil. Tanto que para você ter uma ideia, o meu pai só ficou sabendo por que a sua enteada falou para ele, não foi o momento que eu saí do armário, me tiraram do armário para ele. Ele é uma pessoa também que se tornou mais aberta. Hoje é um cara assim, super cabeça aberta, mesmo sendo de uma geração diferente. Mas foi um processo difícil, mas não tão difícil como o de outras pessoas. Porque quando eu me reconheci enquanto uma mulher lésbica, foi um processo em que eu me tornei mais consciente das minhas escolhas, do que eu queria viver e de que eu poderia escolher o que eu quisesse escolher na minha vida, profissionalmente e pessoalmente falando. Então, eu tinha liberdade, uma liberdade que para mim foi adquirida. Então, eu nunca quis abrir mão dela. Então, foi um processo também que a opinião dos meus amigos era uma opinião que eu me importava mais do que a da minha

família, naquele momento. Então foi um processo em que eu consegui ter o apoio que eu queria. Lógico que, quando a gente fala de família, a gente espera também que tenha um apoio, um reconhecimento que nunca tive. Sempre foi uma coisa assim, todo mundo sabe, mas ninguém fala muita coisa. Todo mundo respeita, mas "longe de mim, uai, você vai fazer suas escolhas, faça no seu canto e a vida é assim". É, e aí todo um processo nesse sentido. Mas assim, foi um processo, e com os amigos foi um processo muito fácil. Quase que, tipo: "não, você demorou demais para isso acontecer". Já com a família é uma resistência maior. Embora hoje, depois de 10 anos a minha família consegue ter uma consciência diferente do que é ter LGBTQIA+ dentro da família. Porque eu não sou a única. Então eles conseguem ter uma consciência diferente. Isso não quer dizer que tem uma aceitação ali 100%. Só que tem um respeito. Até porque tem muitas coisas que vão além da questão da sexualidade, e outras coisas também nesse sentido.

Thiago: Você comentou o caso da sua família ser religiosa, ser conservadora, católica. Eu queria saber: você é uma pessoa que hoje você ainda se identifica como uma pessoa católica? Para você, a religião em algum momento foi um dilema? Um dilema pessoal? Interno? Como você lida?

Jessy: A minha família sempre foi assim, a maior parte católica, tem os evangélicos também, mas, é uma maioria católica, então todo mundo é batizado, crismado. Só que eu tive a sorte de crescer com uma mãe que sempre foi muito aberta a outras religiões. Ela é católica. Tem a fé dela. Mas sempre foi muito aberta a conhecer outras religiões. Então ela nunca me deixou tão presa dentro tipo: "ah você tem que seguir exatamente o que tá sendo falado". Porque ela é uma pessoa que não segue exatamente o que é trabalhado dentro da igreja católica. É uma pessoa que sempre questionou tudo. Tudo o tempo todo. Por ter muito conhecimento sobre as coisas, ela sempre questionava e fazia debates bem grandes. Então eu tive essa liberdade de entender que eu poderia viver além daquele espaço. De alguma forma, ainda me considero uma pessoa católica, mas não praticante. E estou em um processo de migrar para uma outra religião. Que no caso é a Umbanda. Mas nunca gostei de vir ficar presa a uma religião. Gosto, conheço algumas de maneira mais intensa por pesquisar, por me interessar. Mas, em questão, eu ser uma mulher lésbica, nunca foi um dilema no sentido assim, de eu achar que, o que eu e o que eu estava vivendo, era um pecado, um erro. Nunca, porque eu comecei já desde pequena questionar muitas coisas também. Lógico que, lá atrás, algo me bloqueou para

eu reconhecer que eu era, que eu gostava de mulheres. Vem muito disso, porque a minha mãe é uma pessoa que é uma mulher nova, mas sempre foi muito católica, muito conservadora em vários sentidos, pelo ambiente que ela estava inserida. Então, ela foi uma pessoa muito difícil, por um bom tempo. E aí vários questionamentos, várias coisas que eram ditas e que acabavam virando um racha nas relações, por ela não compreender o que de fato era diferente aos olhos dela. Então foi a pessoa da minha família, que, mesmo sendo uma pessoa mais aberta em relação a outras religiões, a que mais fechou a cabeça pra essa parte. Ela demorou muito para entender que tudo bem as pessoas serem diferentes, tudo bem o homem ser gay, e a mulher ser lésbica, tudo bem as pessoas gostarem de quem elas quiserem gostar. É muito pontual, porque, uma coisa que foi decisiva na nossa relação, foi quando teve a eleição do Bolsonaro, foi o momento em que ela se reconheceu nele. E quando ela se reconheceu nele, lá em 2018, aquilo foi o fim para ela. Como ela poderia se reconhecer, em um homem tão desprezível, um homem que falava tudo o que ele falava?. Então foi um momento em que ela falou: "Opa, é, eu não quero ser esse cara". E aí ela começou a mudar internamente, começou a conversar mais com as pessoas próximas a ela e acho importante falar porque isso foi muito decisivo na nossa relação. Porque foi a partir desse momento em que ela se reconheceu em um monstro, em um cara extremamente ruim, que ela começou a entender que ela tinha que mudar as atitudes dela. Ela se tornou uma pessoa mais tolerante, mais cabeça aberta. Ela começou a pesquisar, começou a buscar informação, e começou a conversar com as pessoas. A atitude que ela tinha antes era uma atitude extremamente preconceituosa e inadequada. Então ela começou a mudar. Não que ela tenha mudado totalmente, mas mudou muito em vista do que a gente vivia antes. Então a pessoa que hoje consegue defender publicamente as questões voltadas à população LGBTQIA+. Se a gente fosse pensar em 2018, ela nunca faria isso e hoje ela defende, ela briga, ela faz um monte de coisas, porque é uma pessoa muito envolvida com política. Hoje ela consegue falar abertamente, mas demorou muito para isso acontecer. E foi importante porque foi decisiva na nossa relação. Hoje a gente consegue ter uma relação bem melhor, ela consegue conhecer as pessoas que convivem comigo de uma maneira muito aberta, super respeitosa. Ela já conheceu algumas namoradas eu tive, sempre foi muito respeitosa. Ela não é uma pessoa afetuosa, então nunca teve aquele momento super acolhedor, mas um momento de respeito, sempre teve. Desde o momento que ela realmente entendeu que ela precisava mudar. É porque só a convivência e as falas ali não estavam sendo suficientes. Ela precisou quebrar a cara por conta no sentido de se reconhecer num cara horrível para ela entender que: ou ela mudava ou ela ia ser igual a ele. E ela não queria ser igual a ele, então

acabou mudando algumas coisas e está em constante mudança. Ela vem de uma geração diferente, vem do sítio. Ela é uma mulher que tem duas formações, tem uma outra vivência, mas ela vem de um ambiente extremamente machista, conservador. Ela trabalha no ambiente extremamente machista, e no trabalho dela, só ela e mais quatro mulheres no Brasil fazem esse trabalho. Então, tem toda uma questão ali, e para se inserir naquele espaço, ela também teve que se adequar de alguma forma. Então, teve esse momento, mas, nunca aquele momento acolhedor. Também não teve uma homofobia escancarada, ao ponto de eu ser expulsa de casa, de ser hostilizada, de ser ofendida de alguma forma, por ser quem eu sou. E não teve esse momento. Até porque, o meu posicionamento também veio de uma maneira muito firme, que, caso isso tivesse acontecido, a relação não existiria. Não teríamos a relação que temos hoje. Mas foi um processo de construção. Porque, ao mesmo tempo em que entrei em uma questão de ter uma compreensão sobre quem eu sou, mais aprofundada, por conta do curso que eu iniciei, no caso, psicologia, eu comecei a entender outras coisas. Como comentei esses dias, pegando um gancho, quando eu me reconheci como uma mulher lésbica, eu falei: "Tá, e agora? O que que eu vou fazer? Preciso entender melhor. Só conviver com os meus amigos não vai ser suficiente". Comecei a me aprofundar, mudar em algumas questões, foi quando eu entrei, porque eu não sou só uma mulher lésbica, eu sou uma mulher negra lésbica. Eu precisava me aprofundar mais em algumas coisas. Eu já fazia parte do Coletivo Feminista, então dava tentando abordar algumas questões referentes à mulher, ao feminismo, que também era uma coisa muito distante até aquele momento. Eu entendia que lá não se falava sobre mulheres lésbicas, não se falava sobre mulheres negras, era muito fechado e trabalhava um tipo de mulher. Então fui para o movimento negro. Só que eu entendi que lá não se falava sobre as pessoas LGBTs. Daí eu falei: "Bom, vou ter que ir para um outro movimento". E aí foi quando me aproximei mais dessas discussões dentro do Movimento LGBT, não necessariamente o grupo que a gente tem hoje, mas, os que já tinham antes, para entender melhor. Eu falei assim: "Eu preciso entender isso". Foi um processo de construção e de fortalecimento. Então, os meus posicionamentos, eles vieram muito fortalecidos nesses espaços, porque foi quando eu consegui ter uma rede de apoio. Para ter o posicionamento que comecei a desenvolver lá atrás. De uns 10 anos para cá.

Thiago: Você comentou sobre a questão da sua identidade, você é uma mulher lésbica negra. Existem muitos relatos de pessoas negras, LGBTs que sofrem racismo dentro da comunidade.

Como que é a sua experiência dentro da comunidade? Sendo uma mulher negra? Você poderia falar um pouco?

Jessy: Falando especificamente sobre aqui em Campo Mourão, como eu sou mulher negra, lésbica, eu consigo migrar entre os três grandes movimentos que a gente tem aqui. No Coletivo LGBTQIA+ nunca se senti tanto essa resistência. Lógico que, a questão do racismo é uma coisa que a gente consegue sentir o tempo todo, em vários espaços, mas não de uma maneira muito escancarada. Pessoas específicas, em algum evento, alguma coisa, já aconteceu, mas nada muito escancarado, ao ponto de eu falar assim: “Tá, é, essas pessoas aqui tão me ofendendo porque eu sou diferente”. É mais por conta da questão da cor. Mas é uma coisa que fica muito explícita. Por exemplo, no Coletivo Feminista. Lá sim é mais escancarado. No movimento LGBTQIA+, não tanto, pelo menos não aqui, não comigo diretamente. Se eu me recordar de alguma situação assim, eu posso falar, mas nesse momento não. Algo que eu especificamente tenha passado, não. Outras questões de diferenças de opiniões, de situações em algum evento maior, em que tinham outras pessoas, isso sim. Não só no sentido verbal, mas sim de outras atitudes. Isso é uma coisa que acontece constantemente. Mas de uma maneira muito direta que eu possa dizer para você: "Olha, né, lá aconteceu isso"? Comigo não. Com certeza com outras pessoas já, mas comigo não, não aqui especificamente. Mas eu sei que em outros lugares tem. Eu tenho colegas em outras cidades que já tiveram alguma discussão mais específica em relação a isso. Soube de alguns homens negros que tiveram alguma questão com algumas mulheres lá dentro, algumas mulheres muito feministas, que tinham alguma questão com eles ou com outras mulheres. Então, tem uma questão assim, nessa parte. Mas, diretamente eu não tive esse contato para dizer assim: “olha, sofri racismo mesmo dentro de das discussões ali do movimento”. Já sofri algumas coisas em evento? Já. A gente consegue sentir quando a pessoa está nos ofendendo só porque por conta da cor da nossa pele. É um olhar diferente.

Falamos na psicologia: microviolências. Sofremos muito. Isso é escancarado. Em todos os eventos, em todos os espaços, isso é um fato. E dentro do Movimento LGBTQIA+? Sim, em vários momentos. Fica muito escancarado isso em alguns momentos. Mas, para eu falar para você sobre uma situação muito explícita, eu não vou saber te dizer, porque, pelo menos até o momento, eu nunca identifiquei nenhuma situação assim comigo. É do racismo, o tempo todo em todos os lugares, mesmo que não diretamente. Pelo menos não na minha vivência.

Thiago: Você falou um pouco sobre questão dos conselhos municipais, sobre o Conselho da Mulher, e de outros coletivos. Qual seria o dever do Estado, do município, para pensar políticas públicas? Qual é a visão que você tem sobre como o Estado, de forma geral, pode combater a LGBTQIAfobia?

Jessy: Eu tenho uma atuação dentro do Controle Social, nos Conselhos Municipais, já faz mais de cinco anos. É nítido que, precisa haver uma interferência direta do município no que acontece nas secretarias, na cidade. Precisa de um investimento para que as políticas públicas aconteçam. Precisamos de políticas públicas para poder combater a LGBTQIA+fobia, e também para promover qualidade de vida, entre outras coisas. Mas para ter a política pública eu preciso de recurso. E o recurso geralmente vem do Estado, vem de fora. Mas o município tem que se impulsionar para buscar esse recurso. E é extremamente necessário. Tanto que se você parar para pensar que em Campo Mourão e na região, não se fala tanto sobre conselhos, instituições específicas relacionadas à população LGBTQIA+. Tem acho que uma ou outra, em Quinta do Sol tem, e talvez alguma outra cidade que tenha um trabalho legal, mas que também é muito pequeno. Diferente de Maringá, Londrina que tem um trabalho aí pioneiro. Então assim, mostra que aquele município investe mais, porque é mais interessante para aquele município investir. E não que aqui não tenha pessoas engajadas nessa causa. Nós somos exemplos disso. Só que entra muito uma questão de ser uma cidade extremamente bolsonarista, ligada ao agro, que tem uma visão muito limitada, e isso reflete diretamente aos conselhos municipais. Esses conselhos que têm tem que fiscalizar e monitorar. Ele não delibera, quem delibera é o município, mas ele tem que fiscalizar, monitorar, acompanhar o que acontece dentro do município referente à temática daquele conselho. Por exemplo, Conselho da População Negra e Indígena, que é o COMPIR, tem que fiscalizar o que acontece na aldeia indígena, o que acontece na casa indígena, o que acontece dentro dos projetos sociais, dentro das secretarias relacionadas ali à população negra indígena. E outros também. Se a gente tivesse um conselho LGBTQIA+ aqui, faríamos a mesma coisa. Segue o mesmo padrão, só que direcionado à temática. Entender o que tem de lei dentro da escola para falar sobre a população LGBTQIA+. O que tem na saúde? Onde estão os programas da saúde voltados à população LGBTQIA+? A questão da assistência social, o que tem para a população? Esse tipo de coisa. E para que isso aconteça é necessária uma mobilização popular, precisa de engajamento da administração pública, investimento para que a política pública aconteça. Porque não conseguimos fazer mudança nenhuma se não tivermos essas

políticas públicas dentro do município. Então é um trabalho que tem que ser coletivo. Os conselhos municipais são paritários para que esse trabalho aconteça. A uma das intenções é essa. São em média 24 conselheiros entre governo e sociedade civil para fazer esse trabalho. Para que não fique só na mão do da administração pública, para que a sociedade civil participe, esse é o papel do controle social. Quando você entra para atuar dentro do controle social, é justamente para fiscalizar o que está acontecendo e para contribuir de outras formas também. É, então, um ponto decisivo: política pública. E para política pública acontecer a gente precisa de recurso. E o recurso vem através de articulações políticas que acontecem dentro do município e articulações políticas entre governo e sociedade civil. Então, tem que ter essa articulação, senão as coisas não caminham da maneira que elas deveriam.

Thiago: Você é uma pessoa LGBTQIA+ que está envolvida politicamente em vários âmbitos da sociedade e você percebe um interesse ou uma falta dele em outras pessoas LGBTQIA+ em participar da vida pública, da vida política? Como que você vê essa questão da organização, não só do movimento LGBTQIA+, mas da comunidade da LGBTQIA+, é, principalmente aqui na cidade.

Jessy: Então, eu vejo um pessoal muito interessado, mas, como que eu posso te dizer? Como a maioria dessas atividades que envolvem políticas públicas e outras coisas dentro do município, elas acontecem em horários comerciais. Geralmente em horário comercial, é sempre um horário que dificulta a participação da maioria dessas pessoas. Porque entra uma questão de que vivemos em uma cidade extremamente bolsonarista, preconceituosa em vários sentidos e se você for observar, a maioria das pessoas LGBTQIA+ que estão envolvidas dentro dos movimentos, não só do LGBTQIA+, como de todos os demais, elas vêm aí de uma realidade muito difícil, muito vulnerável, que tem que trabalhar logo muito jovens, às vezes tem que trabalhar em dois empregos, muitas vezes em um horário disfuncional. Tem toda uma questão no algumas restrições nesse sentido, para poder sobreviver, para poder ajudar em casa, para poder ter uma vida é minimamente boa, dentro do que é possível. E aí fica muito difícil essa pessoa sair do seu emprego para participar de uma reunião ou de alguma articulação, porque essas políticas públicas e outras coisas, elas acontecem através de movimentação, e a movimentação é reunião atrás de reunião. É em horários aleatórios, e nunca em horário realmente que contemple mais essas pessoas. Tem algumas pessoas bem engajadas, tem outras que não têm interesse, não têm interesse, às vezes, por não ter se

aprofundado dentro das discussões, ou por às vezes ter sido hostilizado dentro de algum momento dentro do movimento, e isso a gente sabe que acontece muito. Às vezes uma pessoa tenta se aproximar e então ela é podada de alguma forma, porque, acontece de ter alguma diferença de opinião ou porque alguém não gosta dela e acaba ofendendo de alguma maneira. Então essa pessoa não volta mais. Tem muitas pessoas que não se aproximam dos movimentos sociais por conta disso e outras esbarram nessa questão mesmo de falta de tempo de participar, quando a gente para pensar em movimentos sociais, sempre tem aquelas pessoas que puxam as discussões, que puxam as ações e aí algumas pessoas esperam essas pessoas tomarem a frente para daí elas aparecerem. Você pode observar que todas as vezes que nós do Coletivo LGBTQIA+ fizemos alguma coisa, isso aconteceu. A gente sempre puxando e aí as outras pessoas foram aparecendo. Nunca alguém: “deixa eu puxar também essa ação? Vamos fazer outra coisa?” Não, porque é muito difícil você colocar cara para bater. Especialmente quando a gente fala de uma temática muito específica, muito delicada e que tem uma resistência dentro dos municípios. Então, por exemplo, é, se a gente falar, tanto o Coletivo Feminista, o movimento negro, LGBTQIA+, quando organizam uma ação voltada a uma dessas populações, tem uma resistência muito grande. Então as pessoas esperam outras tomarem a frente para daí elas irem ali num evento ou outro, para pensar em somar. Tem um racha muito grande nesse sentido. Infelizmente é uma coisa que acontece aqui no município, com certeza acontece em outros espaços. É uma discussão e se a gente fala de um movimento social. Um movimento que impulsiona coisas que acontecem no município. Mas acontece dentro de uma gestão pública também, acontece em outros espaços. Por exemplo. Dentro do controle social nos conselhos municipais, tem cadeiras e você vai encontrar pessoas LGBTQIA+ em uma das cadeiras. Sociedade civil ou o governo. Sempre vai ter. Alguns assumidos, outros não. E você espera que quem é assumido, que está em uma posição ali dentro da administração pública, espera que essa pessoa se movimente, mas muitas vezes não. Porque é podada de alguma forma. Ela, às vezes, tem que se limitar ou se colocar em uma caixa, porque senão ela pode perder o emprego ou ela pode ser realocada para outra função. A gente entende que tem uma questão muito forte de homofobia ali dentro também, ao ponto de ficar escancarado na forma como essas pessoas se posicionam dentro dos conselhos, que geralmente é de uma maneira muito neutra, aquela neutralidade que você não espera que aquela pessoa tenha, mas ela tem porque está mantendo uma questão do trabalho, mas fora de lá é uma pessoa que parece ser super engajada. E tanto que acontece de ter pessoas saindo de conselhos porque não se sentem contemplados, que não se sentem bem-vindas. Um exemplo

nosso é a questão do Conselho da Mulher. A Alexa. Alexa, mulher trans, negra, ela saiu, não porque ela não queria mais fazer parte do conselho. Ela se sentiu ofendida de alguma forma, ela se sentiu menosprezada, é, e querendo não, o que aconteceu com ela foi uma transfobia também. É, não de uma maneira intencional, mas foi. Foi uma transfobia, porque ela foi convidada para um evento, antes mesmo de ocupar a cadeira como representante e nesse evento que ela foi convidada justamente para poder falar da visão dela enquanto uma mulher negra trans, ela não teve esse espaço. Ela falou brevemente, mas ela não conseguiu falar o que ela deveria falar. E aí surgiu alguns comentários e quando ela sumiu a cadeira, participou de um momento ou outro, só que daí outras coisas foram acontecendo e ela saiu. E saiu assim de uma maneira que para as pessoas, para as mulheres que estavam lá porque é um conselho composto só por mulheres, foi algo chocante que ninguém estava entendendo por que que isso tinha acontecido. E então, a gente teve que repassar o que aconteceu, tanto que agora elas estão tendo uma visão diferente, de como abordar algumas questões, teve uma mudança. Precisou uma coisa ruim acontecer para que elas entendessem que não é porque elas são mulheres que elas também não são transfóbicas. Então assim, foi uma coisa que para quem tava lá pareceu muito sutil, mas não foi. É, e aí o que valeu realmente foi o que a Alexa falou, porque ela sentiu, se ela porque realmente aconteceu. E teve algumas coisas ali diferentes. Então, assim, esse é só um exemplo que eu que eu posso dizer, ter acompanhado de perto, mas isso acontece nos outros espaços também. E aí, uma coisa que esbarra mesmo é essa questão do dos horários. Porque geralmente são pessoas que tão trabalhando e não conseguem participar dessa dinâmica. A não ser pessoas como eu que conseguem ter uma rotina mais flexível, que a gente consegue participar de uma coisa ou outra. Embora Campo Mourão não seja uma cidade em que é muito forte falando nesse sentido de luta nos movimentos sociais, tem pessoas específicas que são da luta há muito tempo, mas os movimentos, eles sempre vivem da mesma forma, sempre naquela fase de estruturação, sempre. Por uma questão ali interna dos movimentos sociais, sempre. Diferente de cidades maiores, como Maringá, Londrina, que tem movimentos constituídos há, vinte, trinta anos em alguns lugares. Então, a desbarra nesse sentido por uma questão também, cultural da cidade, de uma questão que tá muito enraizada aqui. Então, algo nesse sentido assim.

Thiago: Ainda falando sobre Campo Mourão, você cresceu aqui? Eu queria que você comentasse um pouco sobre, se você tem esses “espaços seguros”, lugares, ou às vezes um lugar que você cresceu, onde você se encontrava com seus amigos, esses espaços ou em que

até os dias de hoje você encontra seus amigos, espaços em que você sente segura para pessoas LGBTQIA+. Ou que estão relacionados com suas memórias.

Jessy: Eu sempre morei em Campo Mourão. Sou nascida e criada aqui. Eu nasci, e fui criada em um bairro periférico, que é o Paulista, na Asa Leste. É um espaço que eu vivi até o início da pandemia, então conheço todo mundo de lá. Era um espaço muito seguro, então, eu me encontrava alguns amigos lá. A gente sempre se encontrava no centro, em alguns lugares. A praça, por muito tempo, foi um espaço muito seguro. Hoje já não é tanto, mas na época era um espaço muito legal para a gente conseguir reunir o pessoal e não era utilizado, não tinha alguma questão muito escancarada. E aí depois foi se tornando alguns espaços, como alguns bares. Tem três bares específicos que sempre foram uma porta aberta, um mais antigo, que é o Italiano, pelo menos nele eu e os meus amigos, nunca sofremos homofobia, ou uma lesbofobia, alguma coisa, e é até irônico, porque é um bar raiz, que os donos eram idosos, ia uma galera muito fechada, só que como era um espaço muito universitário, então a gente conseguia ter uma dinâmica muito legal entre as pessoas. Durante a minha graduação mesmo, foi um espaço em que eu frequentei muito. Lá e o Bar da Marta, o Gás, onde sempre fomos recebidos de braços abertos. Nunca presenciei uma situação na qual não me sentisse segura. E eu não ia sempre com as mesmas pessoas nos lugares, mas eu ia sempre aos mesmos lugares ali com grupos diferentes. E a gente conseguia ter uma dinâmica muito legal ali naquele espaço. Um espaço em que, eu sei que eu vou ir, vai ser bom, vai ser legal. Corro o risco de sofrer alguma situação? Sim, porque a partir do momento que a gente sai de casa, a gente tá sujeita a qualquer coisa. E o outro é o Carpe Diem, que é um bar mais específico e mais tranquilo. Mas assim, de com uma frequência maior eram os dois espaços assim nesse sentido. Além disso, espaços como a casa dos amigos, eram um espaço mais seguro também de estar, da gente conseguir ter uma dinâmica muito legal, com as famílias ali sempre muito abertas. É, e a universidade também foi um espaço muito legal. No caso, assim, de universidade aqui na Unespar, era um espaço no qual mesmo eu não estudando aqui, eu frequentava muito por conta dos amigos em comum, por conta de atividades que, eram realizadas aqui. Então, eu consegui ter um contato muito legal com esse espaço. A Unicamp que foi a faculdade que eu me formei, lá era um espaço seguro também. A gente conseguia ter uma dinâmica muito legal. E teve algumas situações, mas assim, com os meus amigos, com as pessoas que eu conheci de outros cursos, era muito legal. A gente se encontrava em outros momentos lá também. Às vezes lá era mais seguro do que estar em outro lugar. Então, acho que de uma

maneira geral, da época em que eu me assumi, que eu me reconheci como uma mulher lésbica até agora, esses foram os maiores espaços. No sentido de convivência. Fora os momentos de encontro dos movimentos sociais, que eram feito em lugares específicos. Às vezes na casa de alguém, às vezes em um espaço público, um espaço privado, um espaço específico para reuniões, mas assim, o que era mais rotineiro eram os bares, faculdade, e a casa dos amigos. Lugares mais seguro, não só para mim, mas para todas as pessoas que conviviam. Inclusive pessoas que não eram da faculdade verdade, mas que gostavam de ir lá.

Thiago: Aproveitando que você comentou da faculdade, queria que você comentasse um pouco sobre como foi para você fazer a graduação em psicologia, se formar e como que está sendo a sua vida profissional, nesse sentido. E se você trabalha com pessoas LGBTQIA+, como são as sessões com elas?

Jessy: No início, a minha graduação, no sentido das disciplinas, de entender aquele espaço. Lógico que quando você sai do colégio, com 17 anos e já entra na faculdade é desafiador, porque você entra em um mundo novo com a cabeça ainda de ensino médio e lá você convive com pessoas de diferentes idades. Na minha sala tinha padre, tinha pessoas com mais graduações. Então, era uma convivência diferente. E no começo, no início, foi um o primeiro ano de adaptação. Um curso de cinco anos. Então, é, foi uma caminhada, assim. O primeiro ano a gente começa a aprender muita coisa sobre a nossa vida, sobre o que nos levou a chegar lá. Porque diferente de outros cursos, ali a gente estuda para compreender a mente do outro. Para cuidar da saúde mental das pessoas. Então, são muitos detalhes. Tem algumas coisas muito específicas que você aprende logo quando você entra. Tem um grande número de evasão no primeiro momento. Porque é aquele momento em que você é como se você tivesse na frente de um espelho. Então, se você não gosta do que você vê, tem duas opções. Trabalhar aquilo em terapia, porque é recomendado que alunos do primeiro ano façam terapia, ou cai fora que esse não é o curso para você. Eu falo que foi um processo tranquilo no sentido de um primeiro ano de adaptação, tem as dificuldades normais dessa etapa, de entender que tá agora eu sou adulto, e que estou vivendo uma fase diferente, eu tenho que ter responsabilidade diferente. E entendi que era aquilo que eu queria, porque é um curso que eu sempre quis fazer. Primeiro por uma questão de autoconhecimento, outra porque eu queria entender algumas coisas que até então eu não tinha compreensão e que eu sabia que o curso poderia me proporcionar. Era uma esperança do que ele poderia me proporcionar ou não. E por fim

acabou proporcionando. E fui caminhando o curso de cinco anos, nos dois últimos são de estágio. O momento do estágio é um momento de muita prática. Então é aquele momento que assim, ou é “é isso que eu quero fazer” ou tipo “ah realmente não dá”. E para mim foi um momento decisivo e de permanência, de ver que era aquilo que eu queria. É e aí foi um momento que eu comecei a gostar mais da clínica, que é a minha área de atuação hoje, gostar da área social, que também é uma área que eu atuo e eu comecei a entender que é tudo aquilo fazia sentido e era um curso que eu realmente me via atuando profissionalmente. E tive as minhas dificuldades no estágio, especialmente em momentos em que eu tinha que fazer trabalhos é com o público, um público maior, trabalhos mais expositivos, como tem que falar em público. E foi em um dos estágios que virou uma chave. Ou você perde a vergonha e vai falar com os alunos, com o pessoal ou, já era para você. Você vai ter que fazer isso, se isso é uma coisa que você gosta. E aí eu comecei a entender que eu precisava ir além. E foi um momento que foi uma virada de chave também. E eu até falo que a graduação mudou a minha vida em vários sentidos. E foi uma virada de chave que a partir daquele momento eu perdi a vergonha de falar em público. E por que eu estou falando isso? É uma coisa que me ajudou muito até o final da graduação, porque eu tive que apresentar trabalho, eu tive que fazer um relatório final, várias coisas, e eu precisava falar com segurança. Se não, eu não iria conseguir ter meu trabalho aprovado, eu não ia conseguir finalizar a graduação da maneira que eu que eu realmente gostaria. O final dela foi um pouquinho mais delicado, porque o último ano foi um ano muito pesado para todo mundo. Tivemos algumas mudanças dentro da faculdade. Perdemos um professor, que ele era coordenador do curso, então teve várias implicações, algumas situações internas dentro do curso em si, então acabou dificultando um pouco o último ano, tanto que foi um ano assim que todo mundo saiu pedindo realmente para acabar. A maioria saiu insatisfeito, não realizado, não teve com aquela sensação de euforia. Então foi um momento muito delicado no final. Na sequência, eu tive um período de uns dois meses pós-formada para pensar, um período no final do ano para pensar o que eu ia fazer, se era realmente que era o curso que eu queria fazer ou não. E eu acabei tendo um momento assim de me aproximar de algumas coisas na área social. Eu já eu saí da graduação com a possibilidade de ter minha carteira profissional, então eu já poderia atuar na área que eu quisesse, tendo a oportunidade de emprego que eu poderia atuar. E eu comecei a atuar na clínica, a realizar um atendimento ou outro, que era uma área que eu gostava, e tive uma boa experiência durante a graduação, só que eu queria outras coisas, porque para mim a Psicologia sempre foi muito além do espaço físico, da clínica, uma coisa muito quadrada, sempre foi

muito além, por isso que eu gosto bastante da área social. Eu comecei a me aproximar de algum de algumas coisas. Inclusive aqui na Unespar, o meu primeiro trabalho social mais efetivo foi aqui no CEDH Acolhe, que foi um trabalho que foi uma coisa muito ao acaso. Uma amiga minha, ela durante a graduação fez estágio aqui e do estágio saiu o projeto. E eu brincando com ela é sobre a questão "me chamou para fazer parte também", porque eu sabia que ela também estava na clínica, mas tinha dado continuidade. Então ela me chamou, eu vim, fiz uma entrevista, assinei um termo de voluntário e eu comecei a atuar. E comecei a entender melhor, falei assim: "tá, realmente essa outra área eu também gosto". E aí eu comecei me aprofundar em outras coisas, e aí foi um início para eu começar a fazer parte de outros projetos sociais aqui na cidade, para fazer parte do controle social, que aí começa a minha participação dentro dos conselhos, representando o meu conselho. O Conselho da Psicologia, que aí é muito interessante porque as coisas foram se aliando. Eu comecei na clínica, área social, fazendo um projeto dentro de uma universidade pública, isso foi muito interessante porque eu comecei a ter uma noção maior sobre o que de fato era uma universidade cidade pública e o que a Psicologia poderia fazer dentro desse espaço. E na sequência, eu comecei a entender melhor o meu conselho da psicologia, porque eu sempre gostei de ter informação. Como é que eu represento esse pessoal, se eu não sei quem eles são, não sei o que eles fazem. E foi um momento que eu entendi e eu entendi o que eu poderia fazer com aquela informação, que aí começa a minha participação nos conselhos municipais, no conselho do estado também, que eu faço parte. E aí eu começo a me movimentar de outra forma. E querendo ou não, tudo acaba se correlacionando. Eu nunca entrei para fazer uma coisa se eu realmente não tivesse algum interesse, que aquilo não me representasse de alguma forma. O que não me tocasse de alguma forma. Então foi todo um processo assim e muito interessante. Só que eu dediquei muito tempo para essas coisas, especialmente dentro da parte do controle social. Para o externo ali. E foi incrível, uma experiência que eu sei que eu não vou ter em outro espaço. Atualmente eu estou na clínica e é o trabalho que eu sou remunerada. Então o meu ganha-pão é na clínica. Eu atuo já faz sete anos dentro da clínica, então, eu já tive um bom contato com vários pacientes, inclusive, pacientes que saíram do CEDH Acolhe, e foram para o particular também, eh e aí você até pergunta, né, como que é a situação profissional hoje. Eu falo para você, a clínica é maravilhosa. É muito bom, você tem muita demanda, só que ela é instável. Então você não sabe se as pessoas realmente vão manter aquela constância ou não, porque a gente está falando sobre a saúde mental das pessoas. Então, quando chega e toca em um ponto muito específico, nem todo mundo volta ou às vezes para e volta depois de meses ou depois

de anos. Então, tem toda uma questão nesse sentido. Em relação a atender a o público LGBTQIA+, é, atendo bastante. Desde o início, não sei se é por uma questão de identificação e porque muitos pacientes vieram dos movimentos sociais ou de indicação deles. Então, sempre tive uma grande demanda da comunidade, muita mesmo. Não só de mulheres lésbicas, mas de homens gays, bissexuais, pessoas trans, pessoas LGBTQIA+ e com deficiência, sempre chegaram. Então, é uma demanda que tenho desde quando eu fazia estágio na faculdade. Obviamente que daí depois já formado, eu comecei a direcionar algumas coisas. Então, por exemplo, eu faço atendimentos com valor social. Eu priorizo pessoas negras e pessoas LGBTQIA+. Tem essa questão. E eu tenho uma atuação também relacionada às mulheres em situação de vulnerabilidade, situação de violência, tem toda uma outra questão também. Hoje eu tenho aí alguns pacientes que são tanto presencial quanto online, tem alguns que são da comunidade. Então sempre com demandas diversas assim.

Thiago: É, quando você olha para sua para essas suas trajetórias que você está me trazendo, o que mais te vem à cabeça? Sua trajetória pessoal, de tanto da sua infância, da sua graduação, da sua vida pessoal, da familiar.

Jessy: Parei para pensar nisso faz umas duas semanas porque eu fiz uma fala e tinha que falar sobre minha trajetória e era sobre mulheridades, sobrevivência. Então foi até difícil para eu falar sobre isso porque faz o resgate muito íntimo. Mas assim eu vejo uma trajetória assim um pouco doida às vezes, mas muito boa sabe muito corajosa em vários sentidos, porque eu comecei a entender que eu precisava ocupar alguns espaços, que eu precisava lutar por mim, por pessoas que eram parecidas comigo. Eu precisava buscar entender qual era o meu lugar realmente dentro da sociedade. Qual é o meu lugar enquanto mulher, enquanto uma mulher negra, lésbica, enquanto psicóloga. Qual é o meu lugar dentro da Psicologia? Qual é a Psicologia que eu acredito? E o que eu sou além de tudo isso? Então, eu venho num processo de uns 15 anos para cá com várias mudanças. E eu vejo assim realmente uma crescente muito grande no sentido de ter atitudes muito corajosas, no sentido de realmente colocar a minha cara nos projetos, nas coisas, realmente usar aquela expressão “dar a cara a tapa”. Ocupar os espaços, e uma coisa que eu venho falando muito tempo, é sobre a necessidade de a gente ocupar alguns espaços para fazer a diferença de dentro. Então, eu faço parte do controle social porque eu quero fazer uma diferença por dentro. Não adianta eu ficar só, brigando, discutindo no lado de fora, se eu sei que eu posso ocupar um lugar lá dentro e levar a mudança lá de

dentro. E isso em todos os espaços. Eu nunca entro em nada se eu não souber que eu posso fazer alguma coisa. Então, por exemplo, eu não gosto de participar de grupo grupos, seja de estudo, de coisas da Psicologia ou fora da Psicologia, de movimentos sociais, eu nunca gosto de participar só para dizer que eu estou ali. Ou só para ganhar reconhecimento. Como se eu fosse um fantasma dentro desses espaços. Eu sempre gostei de fazer parte e levar as discussões, aprender com as pessoas, questionar para tentar entender um pouco do que era trabalhar, ocupar um espaço que eu sei que é meu e de muitas pessoas também. Isso é sobre tudo, sobre os espaços que eu ocupo representando a psicologia, os espaços que eu ocupo representando quem eu sou, enquanto mulher, os espaços enquanto eu ocupo enquanto familiar dentro da minha família, enquanto amiga, enquanto tudo o que me é reflete enquanto pessoa. Venho num numa caminhada corajosa, mas também muito excessiva em alguns sentidos. Tanto que hoje eu não faria o que eu fiz no início, de assumir muitas coisas irrelevantes, pequenas e que às vezes só sobrecarrega. Eu fui fazendo toda uma adequação para que eu pudesse continuar fazendo o que eu gosto de fazer, que no caso é trabalhar na clínica, participar da parte social, do controle social, e ter uma vida social. Para sair com os amigos, para pode ter um relacionamento para ter outras coisas que vão muito além do trabalho do estudo e eu fui moldando a minha vida. Não perdi o que eu vivi lá atrás, só direcionei melhor. Entendi que eu ocupei alguns espaços por um determinado tempo, e que agora eu tenho que dar espaço para outras pessoas e eu tenho que caminhar para outros lugares, e é o que eu estou fazendo agora também. Então assim, eu vejo uma caminhada desde lá atrás, e eu sempre me remeto muito à área profissional porque é a área que eu mais me dediquei e ainda me dedico muito. Então ela acaba se correlacionando com as outras coisas, tanto que fui fazendo mudanças porque eu precisava ter mais espaço para viver outras coisas, viver mais a minha vida pessoal. E os meus projetos pessoais que vão muito além de qualquer trabalho que eu já tenha feito ou o que eu faço atualmente. Então vem uma caminhada nesse sentido.

Thiago: Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar, algum tema específico, algum tópico que você queira trazer?

Jessy: Sobre o atendimento às pessoas LGBTQIA+. As maiores demandas que são apresentadas são as relações familiares e a relação com a religião. E algumas demandas de abuso, dos mais diversos que você pode imaginar, tanto dentro de casa quanto fora, quando a

gente fala, por exemplo, da questão da religião, sem quebrar o sigilo, sem abrir demais, mas, ouvi situações bem escancaradas do que a religião pode fazer de ruim na vida da pessoa, o quanto ela pode interferir na vida ao ponto da pessoa ela deixar de ser quem ela é para se moldar ali aos costumes da igreja, da família, para não envergonhar a família de alguma forma. Obviamente que não é uma vergonha, mas, para as pessoas que são muito religiosas, isso acaba sendo. Isso qualquer religião que você possa imaginar. Mas acontece mais na católica e na evangélica. É, a questão dos abusos dentro e fora de casa, com as pessoas mais próximas, e os abusos não só os verbais, físicos, no sentido de surra, mas abusos sexuais e alguns dentro das igrejas. Especialmente com mulheres ou com pessoas trans, sobre pessoas que falam: "agora eu vou te dar um corretivo, vou mostrar para você o que realmente é ser um homem, o que é ser uma mulher", entre outras coisas. Mas, de geral de uma maneira muito ampla, o que mais aparece são sobre a questão da religião, a relação familiar e essa questão dos abusos. Eu acho que são as três principais. Então, é muito delicado, muito mesmo, tanto que quando as pessoas buscam atendimento, elas tentam, às vezes, buscar uma pessoa LGBTQIA+ justamente por conta disso, por achar que aquela pessoa vai acolher, que ela vai fazer um trabalho melhor. Obviamente que dentro da Psicologia, todos os profissionais têm que fazer um trabalho ético, tem que acolher, mas infelizmente não é assim. Tanto que a gente tem uma parte dentro da Psicologia muito conservadora e isso reflete alguns atendimentos. Por isso existe uma fiscalização em cima disso. Existe uma comissão de fiscalização e orientação, que são pessoas contratadas. Independente de gestão política, essas pessoas permanecem. São elas que fiscalizam os serviços de psicologia. Verificam as denúncias que são feitas. Então, geralmente, as pessoas buscam um atendimento com uma pessoa LGBT por se sentirem mais seguras. Tem algumas pessoas que tem um trabalho mais focado, específico para comunidade e tem outras que não. O meu trabalho ele é dividido, mas ele tem um foco principal, dentro da Psicologia. Então por isso que eu acabo atendendo uma diversidade de pessoas. Obviamente que quando você trabalha com um público muito específico, você vai ver outras coisas. A questão da religião e a forma como a pessoa se vê, a forma como a fé que a pessoa tem acaba influenciando em várias decisões que ela toma, a questão de achar que ela não pode ter a fé por conta do que é dito para ela, por conta das pessoas que estão lá dentro. E isso não quer dizer que a pessoa que é LGBTQIA+ não possa ter a fé que ela quiser, ou que ela não possa ter fé em nenhuma. Ela pode fazer o que ela quiser e ter a fé que quiser ter. E isso é uma coisa que aparece de uma maneira muito forte, que gera até situações de ideação suicida, de tentativas de suicídio por conta das coisas que acontecem lá dentro das igrejas.

Essas são demandas principais, elas estão relacionadas diretamente com essa questão de um sofrimento psíquico tão grande ao ponto de levar a pessoa realmente a se machucar das, sabe, da pior forma que você puder imaginar. Então é uma coisa realmente preocupante e eu sempre faço um trabalho muito específico voltado a essas questões, para que a pessoa se sinta fortalecida, ela consiga trabalhar internamente aquelas questões e entenda que a vida dela é mais do que aquilo que tá sendo trabalhado. É um trabalho muito difícil, porque a gente lida com questões voltadas à religião que aquela pessoa tem, com a família, e com traumas muito grandes que ela vivenciou, então, realmente, tem que ser um trabalho extremamente humanizado.

Thiago: Podemos encerrar?

Jessy: Podemos sim.

2.2 Conversa com Marla Dias Rocha.

Thiago: Marla, poderia começar se apresentando.

Marla: É um prazer estar aqui ajudando você na construção desse pequeno fragmento. Eu sou a Marla, sou uma mulher travesti, tenho 50 anos. Atualmente eu moro em Janiópolis, mas morei aqui em Campo Mourão. Atuei como técnica de enfermagem na Secretaria de Saúde de Campo Mourão durante sete anos. Sou militante nas causas da comunidade LGBTQIA+, mais especificamente nas causas das mulheres travestis e transexuais. Hoje sou graduada em turismo e sou mestranda em História Pública.

Thiago: Hoje você é uma mestranda, quando olha para trás você tem orgulho da sua trajetória?

Marla: Agora sim eu tenho orgulho da minha trajetória. Mas nem sempre foi assim. Minha trajetória teve seus altos e baixos. Como sempre, a vida de uma mulher travesti não é fácil. Mas entre todas as opções que eu tive na minha vida, graças a Deus, eu consegui terminar o meu ensino médio lá em 1993. E depois, em seguida, como eu não tive oportunidade de trabalho no mundo do trabalho formal, eu fui para a prostituição. Trabalhei na prostituição durante um bom tempo. Durante todo esse tempo em que eu trabalhei na prostituição, eu viajava aqui pelo Paraná, até fora do estado, em outros lugares, outras cidades. E em uma viagem que fiz a Maringá, eu conheci um pessoal de uma ONG. Nessa época, estava acontecendo uma capacitação. Hoje se usa outras palavras, mas na época era capacitação. E as pessoas dessa ONG, que realizavam uma capacitação só para mulheres travestis do estado do Paraná, na época eram conhecidas como um grupo focal, a gente iria atuar na região. Como se fosse uma referência. E eu fui pra esse evento. Fiquei durante uma semana em Curitiba, especificamente em São José, hospedada em um resort. Então para quem sai de um cenário da prostituição, da rua, e de repente você se encontra num cenário de um resort, fazendo uma capacitação financiada pelo estado do Paraná. Eu passei cerca de 15 dias, era um treinamento, no qual eu saí formada como uma pessoa com os conhecimentos em... Na época se usava a palavra DST, hoje já não se usa. Usa-se IST, mas nós trabalhamos desde os temas de DST, HIV, AIDS, tratamento, trabalhamos direitos humanos para nossa comunidade. Nós tivemos vários assuntos relevantes que foram abordados durante esses 15 dias de capacitação. Aquele

momento foi o onde nasceu a ativista em mim, me despertou essa questão de ser ativista, lutar pelos meus direitos, porque eu vi que ali era o momento de eu colocar... Olha, eu até fico emocionada. Mas era um momento assim de... Eu podia fazer alguma coisa não só por mim, mas pra outras pessoas, outras pessoas da minha comunidade. E era um momento em que muitas ainda estavam... Nós não podíamos sair de dia, nós só saímos à noite, éramos excluídas realmente, tanto da vida escolar, da sociedade em si, só éramos vistas como parte da sociedade no período da noite, quando essa sociedade nos buscava para nos usar. Eu digo hoje essa palavra, hoje eu já vejo dessa forma. Eles nos usavam somente à noite, os nossos corpos, exploravam nossos corpos. Claro, com o pagamento, uma troca financeira, mas também, ao mesmo tempo em que a noite eles nos viam como uma pessoa aceitável, ao nascer do sol já não éramos aceitáveis. Então naquela época eu só podia sair de noite, de dia era impossível. Claro, eu saía, mas enfrentando piadinhas daqui, dali. E também foi um período muito bem difícil aqui. Eu estou falando da época em que eu estava em Campo Mourão. Em Campo Mourão, trabalhando na prostituição, muitas vezes eu fui levada presa, sem ter feito nada, os policiais chegavam armados na rua, com armas pesadas, como se fossemos bandidas, e levavam a gente para prisão, para a delegacia, às vezes deixava a gente presa, e às vezes deixava a gente ali sentada, simplesmente pra gente não estar na rua. Era mesmo para dizer assim "não, hoje vocês não vão estar nos envergonhando naquelas esquinas, então hoje vocês vão ficar aqui na delegacia". E quando eles não faziam esse ato com a gente, eles colocavam todas dentro de um camburão, e levavam a gente sentindo a Usina Mourão, ou até muito mais longe, até mais distante da cidade, chegava lá e mandava todas descer do camburão, e deixavam a gente à deriva, nas madrugadas, na BR, e a gente tinha que se virar pra voltar pra cidade. Voltando pra questão do ativismo, nessa época, quando eu saí desse treinamento, fui convidada pra estar trabalhando em uma ONG chamada Adé Findan, que significa Homem de Fino Trato, em uma língua africana, ioruba, Homem de Fino Trato, que fica na cidade de Londrina. Nessa época eu fui pra lá. E fui trabalhar nessa ONG, tinha uma casa de vivência chamada Saara Santana, que fazia parte da mesma ONG. E essa casa acolhia as travestis que eram abandonadas pelas famílias, algumas com as enfermidades. Naquela época, e até hoje ela é muito malvista, ela carrega um estigma muito grande, elas vinham e moravam naquela casa, e a gente que trabalhava ali fazia esse cuidado. O que era referente aos órgãos públicos, passava pra gente. Então, elas iam pra lá, passavam o dia com a gente, tomavam sua medicação, almoçavam, tomavam seu bom banho, e à noite elas iam para a rua. Então, a casa era isso. Como a gente não podia acolher elas para dormir, funcionava mais durante o dia, e

até um período da noite, porque elas poderiam estar com a gente nesse período, e elas tinham alimentação, podiam ter acesso a algumas informações. A gente também realizava oficinas, como bordado, crochê, pintura, cabeleireira, nós tínhamos vários cursos ali, até de manipulação de alimento. Então, era uma ONG formada só por travestis. Só a nossa presidente, que não era travesti, mas era uma ex-travesti. Eu digo ex-travesti, porque ela resolveu se destransicionar, mas ela ainda lutava, até hoje eu não consigo chamar ela pelo nome, eu chamo ela ainda de Edson, mas o nome dela é Edson, porque ela nunca fez essa alteração, mas ela foi conhecida como a Balesteiro, tinha um primeiro nome que agora eu não lembro, Vivi Balesteiro, algo coisa assim. E depois Edson Bezerra. Então, ela também era a nossa presidente, dentre ela tinha eu, Marla, e tinha a Jaqueline, a Cristiane Lemes e a Melissa. Então, eram mulheres travestis trabalhando com essa população. E tinha a Scarlett O'Hara, que foi um ícone na cidade de Londrina também, uma travesti que inclusive morreu, faleceu, em ocorrência do vírus do HIV, com a Aids. Nesse período, a gente participava de muitos Conselhos. Então, assim, todo tipo de conselho que tinha dentro do município de Londrina, tinha uma mulher travesti representando a ONG. Eu fui representante pela ONG dentro do Conselho da Saúde, do Conselho Municipal, da Coordenação Municipal de DST/Aids. Nesse período, eu comecei a perceber que eu poderia sair de dia. Mesmo as pessoas me olhando torto, eu conseguia me permanecer sendo o que eu sou durante o dia. E nessa época a gente era tão assim pra frente, muito atrevida, todo carnaval que tinha na cidade de Londrina, porque lá tinha um carnaval, tinha as escolas de samba, e essa ONG fazia a abertura do carnaval. E a gente fazia, trazendo todas as travestis da cidade, com carro alegórico, nós sempre fomos os primeiros carros que abriam o carnaval. Mas a gente trazia um carro com alegria, com muitas cores, mas o nosso fundamento maior ali era estar dizendo pra essa população que a gente existia, mas que também a gente tinha essa preocupação com a prevenção do HIV e AIDS. A gente fazia distribuição de preservativos, materiais de informativo, tudo com o nome da ONG. Trabalhei nessa ONG durante dois ou três anos, então fui pra um evento em Curitiba, aí acabei conhecendo uma pessoa que tá aqui em Campo Mourão, que nesse momento, tinha uma ONG aqui, e ela acabou dizendo pra mim: “Marla, volta para Campo Mourão, a gente precisa de pessoas como você”. E foi nesse período que eu voltei para Campo Mourão, e a Ana Lúcia, que você conheceu e que também trabalha na prefeitura aqui de Campo Mourão, ela me deu essa oportunidade de trabalho. Ela falou: “você vai trabalhar comigo dentro da Secretaria de Saúde”. E eu fui trabalhar em um projeto chamado Troca, que era um trabalho de redução de danos. Porque naquela época, o Ministério

da Saúde apoiava muitos trabalhos direcionados a pessoas vivendo com HIV, e pessoas usuárias de drogas. E o foco maior naquela época era as pessoas que usavam drogas injetáveis. Então, o que era esse projeto? Era trabalhar com esses usuários, fazendo a troca, já que queriam se drogar ou queriam fazer uso de certas substâncias, mas que fizessem o uso de uma forma segura. Então, qual era a nossa forma de trabalho? Como eram pessoas da comunidade, a gente tinha os nossos agentes, de redutores de danos. Tinham um acesso com essa população. Por exemplo, tinha uma pessoa que morava no Jardim Tropical. Ele sabia quem eram os usuários de droga daquele lugar. Ele era a referência lá no Tropical. Esses usuários de drogas iam até a casa dele e buscavam seringas. Pois já que queriam se drogar, se drogavam de uma forma segura. Então, fazíamos essa troca de seringas. Ele buscava, a pessoa passava um kit, que vinha com uma seringa, o algodãozinho com álcool pra desinfetar o lugar, a borrachinha, tudo preparado. O projeto teve muita crítica, na época, de moradores da cidade, que questionavam porque o Ministério da Saúde faria um kit pra essa população. Mas, a gente sempre trazia abordagem de que é melhor que eles usem droga de forma consciente e que não contaminem outras pessoas com o compartilhamento. Passado isso, trabalhando como Redutora de Danos, logo em seguida, eu tive a oportunidade de fazer um curso de técnico de enfermagem, no Colégio Estadual Marechal Rondon. Já trabalhava como agente de saúde, então fui fazendo essas mudanças no decorrer do tempo. E a Ana Lúcia me falou que estava na hora de procurar e fazer um curso, porque eu já fazia alguns procedimentos, tipo coleta de sangue, mas eu não era técnico de enfermagem, eu fazia porque a Ana Lúcia era uma pessoa que me ajudava, sempre estava me incentivando. Então fiz o curso de técnico de enfermagem, logo em seguida já fui contratada como, trabalhei um período, de mais ou menos, sete anos trabalhando dentro da Secretaria de Saúde, dentre eles, eu acho que cerca de dois anos foram como Redutora de Danos, e o resto foi como técnico de enfermagem. Nesse período eu já estava saindo de dia, era atrevida, não queria saber, já não fazia mais prostituição, que era um dos pontos que a Ana Lúcia falava pra mim, ela falava: “não, hoje você não precisa mais estar numa esquina, hoje você agora é uma trabalhadora, você hoje tem uma carteira assinada, você não precisa mais estar exposta, você agora é uma figura conhecida”, e realmente eu era uma figura conhecida, se eu saísse na rua e alguém me visse perto de uma esquina, ou em certas áreas conhecida como prostituição, no outro dia, quando eu chegava pra trabalhar, a Ana Lúcia já estava sabendo, mas mesmo eu não estando nesse local para a prostituição. Então as pessoas tinham esse olhar sobre mim, entende? Eu era vigiada a todo o momento, eu falo vigiada porque as pessoas olhavam, “nossa, o que a Marla está fazendo lá perto da

Trombine", porque antigamente o ponto era por ali, onde hoje é o Sicredi, acho que hoje tem uma loja de motos ali perto do Banco do Brasil, "o que a Marla está fazendo naquela região?" "Ana Lúcia, eu vi a Marla lá em tal lugar, Ana Lúcia, eu vi a Marla lá no posto de gasolina", então eu não podia passar por esses locais que no outro dia, quando eu chegava pra trabalhar, ela dizia: "Marla, você não tem nada pra me falar? Você estava se prostituindo?". Eu falava: "não, pra me prostituir eu não preciso ir na rua", digamos assim, entendeu? Então, eu sei que era um cuidado dela, mas também era esse tirando um pouquinho daquele meu direito, eu falava, Ana Lúcia, eu sou funcionária quando eu estou aqui dentro, eu respeito o meu espaço, respeito as pessoas, mas lá fora a minha vida continua, mas ela falava isso pensando no meu bem-estar, nessa questão, porque de uma hora pra outra eu já estava como uma figura pública, e aí tá. Depois, passados alguns anos, trabalhando com ela, ela chegou a ser secretária da Saúde, nesse período eu cuidava do setor, praticamente tudo passava por mim, eu cuidava, eu fazia atendimento junto com a doutora, dos médicos. A doutora Flávia, que inclusive até hoje é uma pessoa muito querida, faz parte da minha amizade com ela, o doutor Rodolfo Polizelli, a doutora Flávia Afonso Fiusi, ela era uma infecto-pediatra e o doutor Rodolfo é um infectologista. E eu auxiliava esses dois médicos lá no ambulatório. Nessa época existia um incentivo do Ministério da Saúde para os municípios que trabalhavam na questão do HIV/AIDS, então naquela época a AIDS era considerada a "prima rica", então todo mundo olhava para aquele programa, porque sabiam que o Ministério da Saúde investia muito, tanto para campanhas preventivas, educacionais, como para material de divulgação. Eles mandavam materiais, camisinhas feminina, masculina, gel etc. E o programa era superequipado, nós já tínhamos um CTA, que era o Centro de Testagem Anônima, e nós tínhamos a Coordenação Municipal de DST/AIDS. O os consultórios ambulatórios, que foram crescendo com a demanda, porque existia todo esse trabalho, mas os números de casos de AIDS e HIV iam crescendo aqui em Campo Mourão e na região. A gente cuidava, éramos referência, hoje eu não posso falar isso, que somos referência no tratamento, mas na época éramos, porque tínhamos um tratamento humanizado, se esses pacientes não vinham, a gente corria atrás, íamos perguntar porque não estavam indo, mas claro, mantendo o sigilo. A gente não expunha essas pessoas, mas chegávamos em um toque sutil, que eles precisavam fazer uma visita, mas era para que essas pessoas cuidassem da sua saúde, essa era a nossa preocupação. E nesse período, que tinha muito dinheiro envolvido, porque vinha, começaram a usar bastante do dinheiro, mas tinha pessoas que queriam gastar com camiseta, com festa, relacionadas, às vezes queria comemorar o Dia das Mães, entre outras coisas, e usava o

dinheiro da AIDS, da Secretaria da Saúde para fazer essas coisas, e eu sempre falava que isso não era certo, que o dinheiro vinha para a gente gastar para fazer prevenção, trabalhar com essa promoção, e não para estar fazendo botton, não que isso não seja significativo, mas que a gente não precisava fazer isso, tínhamos outras maneiras, outras prioridades. Falei tanto sobre o assunto que quando ela se tornou secretária, fui prejudicada. Em uma reunião do conselho de saúde, houve uma denúncia, na qual era indagado aquilo que eu tanto questionava, só que eu nunca formalizei uma denúncia, e no dia da reunião, chegou até ela que foi eu quem fez a denúncia, porque eu estava lá, e na hora da denúncia, estávamos frente a frente, e ela me olhou e gritou na frente de todo mundo que eu era uma cobra. E aquilo me machucou muito. Eu pensava no que iria fazer depois, pois achava que no dia seguinte, quando chegasse ao trabalho seria demitida. Eu dizia que não havia sido eu, me defendia, e ela dizia que havia criado uma cobra, e gritava na frente de todo mundo. Isso me marca muito até hoje, às vezes eu me emociono, é uma questão me que aconteceu e me abalou. Certamente aconteceu o que eu havia previsto, fui trabalhar no outro dia, atendi a médica, atendi o médico, e ela nem desceu para conversar comigo. Eu estava no setor de baixo, ela ficava lá em cima como secretária, ela não desceu para conversar comigo, para ouvir o que eu tinha pra dizer. Naquele momento eu fiquei muito magoada com ela. Quando terminou o atendimento, chegou à menina do RH e falou que precisava conversar comigo. Ela falou com a cara de tristeza. Porque graças a Deus, todos os lugares em que eu fui, que eu passei, eu sempre fui bem-querida. Mas eu disse que já sabia do que se tratava e que era pra eu assinar a minha rescisão de contrato. Eu saí dali arrasada, chorando, eu fiquei super arrasada, gritei para todos os ventos que a mesma pessoa que tinha me tirado da prostituição, ela tinha me devolvido para as ruas. E foi o que aconteceu. Passado dois meses, ou nem isso, porque perdi o meu chão. Até aquele momento eu sabia me prostituir, claro que não é uma coisa que eu tinha esquecido, mas não era uma coisa que eu queria revisitar de novo. E para trabalho, eu também fiquei preguiçosa, não sei o que aconteceu, na verdade eu fiquei desiludida, porque o lugar onde eu queria estar, era lá dentro da saúde. Porque uma coisa que eu gostava de fazer, era cuidar do outro. E aquilo me fazia muito bem. E chegou um momento em que eu, com uma conversa com outra amiga de Londrina, outra travesti, que me disse: “Marla, larga de ser besta, eu estou indo para a Europa, vamos comigo”. Foi uma coisa tão de repente, mas decidi ir. Fui para a Europa, abandonei tudo, estive na Europa, passei um tempo por lá, tive um acidente, fiquei mal, e quase morri, fui à beira da morte. Minha família sofreu muito, porque eu estava do outro lado do oceano, com as minhas 3% de chance de vida. Mas estou aqui, vivi,

sobrevivi, até os médicos tinham se desenganado, achando que eu não iria sobreviver. Pediram para que a minha família fosse até a Espanha, para desligarem os aparelhos. Enfim, passei por tudo isso na minha vida, e essas marcas que eu tenho hoje, elas mostram isso, por isso que eu falo que às vezes as minhas marcas são marcas de resistência. Fiquei mais um ano fazendo recuperação, porque eu perdi todos os movimentos da perna, do pé, com muito tempo na cama, acamada, em coma durante três meses, porque eu não tinha mais chance de sobreviver. Mas, graças a Deus, eu voltei, voltei do coma, e logo em seguida eu passei mais um ano internada na Espanha, porque o tratamento de lá é bem diferente daqui. Eles só me liberaram no dia em que eu consegui andar, quando eu conseguia ficar em pé. E nesse período, eu mantinha contato com a minha família, claro, porque eles nunca me desampararam. Então eu digo que eu sou uma pessoa muito privilegiada por ter uma família que me entende, que me acolhe, mesmo com alguns altos e baixos, mas a minha família nunca virou as costas para mim. O período mais triste foi depois que eu voltei da Europa, porque passados alguns meses eu perdi a minha mãe. Uma das coisas que me lembro foi quando eu cheguei ao Brasil, foi um reencontro com a minha mãe. E foi muito bom estar de volta para casa, saber que a mãe estava ali me esperando, ela nunca tinha perdido a esperança. Mas logo depois eu perdi ela e hoje eu estou com meu pai. Logo veio o período em que eu disse que não poderia ficar assim. Decidi prestar um vestibular. Prestei o vestibular, passei, e entrei na faculdade, a partir disso são as histórias que todo mundo já conhece. Mas foi triste, eu falo que foi uma trajetória que teve seus altos e baixos. Mas a questão mais dolorosa sou eu conquistar tudo isso e não ter a presença da minha mãe. A única coisa que me deixa triste, é isso. Porque a minha mãe foi a maior incentivadora da minha vida. Ela era o meu ponto forte, ela era o meu ponto seguro. Porque a mãe nunca largou da minha mão. E eu nunca imaginei que eu iria terminar me aproximando do meu pai. Sempre teve aquela questão do machismo dele. Porque eu saí de casa com os 13 anos de idade. E depois eu retornei aos 40. Eu me via como uma pessoa estranha dentro da minha própria casa. Logo depois de perder a minha mãe, voltar a morar com meu pai, e dar continuidade aos meus estudos, veio pandemia. Achava que todo mundo ia morrer, mas graças a Deus sobrevivemos. Passou dois anos, perdi minha irmã mais velha. Tive alguns problemas com as drogas, e não escondo nada disso. Foi bem complicado, eu achava que eu iria conseguir sair dessa condição sozinha. Mas, graças a Deus, sempre que eu não estava bem, eu pedia ajuda. Voltando um pouco na Ana Lúcia, ela é um ponto fundamental na minha vida. Ela se arrependeu, ela descobriu quem foi essa pessoa que fez aquela denúncia, que não havia sido eu. Nesse mesmo período, eu tinha feito um concurso

aqui em Campo Mourão, mas eu estava na Europa, me chamaram para ser efetivada. Mas perdi o prazo, senão hoje eu seria funcionária pública. Ana Lúcia me pediu desculpas. Falou: "Marla, jamais quis te ofender, eu fiz aquilo no calor do momento". Mas eu também entendo também, sabe? Como ela era secretária, ela tinha muita influência. De fora, que eu digo. E as pessoas também me viam como uma pessoa que eu. Como rival. Porque eu me destacava dentro do setor. Você imagina, eu entrei com um determinado cargo. E, de repente, eu já estava como técnica de enfermagem. Eu comandava o setor inteiro, ela confiava tanto em mim que eu ficava cuidando do setor por inteiro. Fazia coleta de exames e o preenchimento de todas as fichas. Tinha que ajudar médico que vinha para tratar. Auxiliava o médico em uma cauterização. Auxiliava a doutora pra fazer uma vacina. Vacinava uma criança. E eu fazia tudo isso. Mas eu não fazia porque eu queria me aparecer, eu fazia porque eu gostava de estar prestando esse serviço. Então, chegou um momento que as pessoas me viam como referência. As pessoas que eram nossos pacientes chegavam no 24 Horas e não sabiam falar "Ana Lúcia", eles falavam, "chama a Marla". E como eu morava perto do 24 Horas, o pessoal me chamava, final de semana, sábado, domingo, feriado. Quando era paciente novo também, quando chegava alguém que fazia os testes rápido e dava positivo. E elas não sabiam como proceder, então elas falavam para buscar a Marla. Então, eu ia receber esse paciente, seja lá na UPA, ou seja na Santa Casa, ou seja no Pronto-Socorro. Acolhi vários em sua primeira sorologia. Eu falava que não era um bicho de sete cabeças, que nós tínhamos o tratamento. Então, eu tinha isso, eu conseguia fazer essa conversa com esse paciente e dizer para eles que não estavam sozinhos. Nós estávamos ali também. Mesmo que a gente fosse funcionário, mas estávamos lá para ajudar. Várias crianças também vêm nascendo de mães positivas e que no decorrer do tempo negativaram. Eu tenho muita coisa para contar nesse sentido. Hoje eu vejo crianças, que já são rapazes, mocinhas, moças, que passaram pela minha mão. Muitos chegam e falam: "a Marla, mãe, a Marla que cuidou de mim, mãe". É muito bom você receber esse carinho. E hoje, eu já vejo diferente. Que o setor hoje, já é mais esse setor humanizado que era.

Thiago: Você comentou sobre seu contato tanto através da saúde como da prostituição. Como que era esse contato que você tinha com as outras mulheres trans e travestis? Você fez bastantes amizades?

Marla: Sim, eu tenho grandes amizades travestis hoje, ou daquela época ainda. Tem muitas que morreram, ficaram pelo caminho. Pessoas da época em que eu me assumi como mulher travesti, que muitas hoje não estão aqui em Campo Mourão. Hoje tenho várias amigas desse meio. Amigas lá da Europa. Que continuam lá até hoje, e a gente mantém esse elo. Graças a Deus. Eu nunca tive inimizade no meio. Mesmo com essa nova geração. E elas têm muito respeito. Tem umas meninas aqui que eu vi crescendo. Hoje são mulheres travestis, aqui na cidade, e elas me veem como uma referência. Fala quem tem orgulho de mim, por eu estar na faculdade, então eu sempre digo que elas também podem estar. Eu tento trazer um pouco disso para elas, da minha experiência. Mas eu não posso também tentar mudar elas o que elas gostam. Tem umas que gostam de se prostituir, outras não. Então assim, são casos e casos.
Vemos em algumas esse interesse em mudar de vida e que às vezes você também provoca esse interesse. Por exemplo, tem outra que tinha aqui na universidade, acho que você conhece, a Morgana. Ela já desistiu duas vezes, agora desistiu esse ano de novo. Mas eu lembro que quando aconteceu a minha colação de grau esse ano, eu fiz um convite direto para ela. Falei: "Morgana, vai lá, vai lá na colação de grau". Ela falou? "Ai, Marla, mas eu posso ir sem convite?". Expliquei que era aberto. Ela disse que seria a primeira vez que ela ia por salto. Falei: "vai, bonita, vai lá e arrasa". Quando ela chegou, estávamos do lado de fora, já se organizando para entrar, ela estava bonita. Ficou todo o tempo na minha cerimônia, chorou muito, inclusive ela me mandou mensagem depois falando como ficou orgulhosa, que eu era uma referência pra ela. Dizia que não ia desistir mais. Mas agora acabou desistindo de novo. Mas a gente tem que entender que para tudo tem seu tempo. Antes de entrar na universidade eu havia tentado antes, em 94, para o curso de Letras, mas não consegui. Eu tentei de novo em 2020 e entrei em 2021. Cada uma tem seu tempo, e ela tem o tempo dela. No caso dela, o maior problema é o trabalho, ela diz que tem que trabalhar. Tem outras travestis aqui na cidade. Tem a Nath. A Nath, está na prostituição. Ela faz cabelos em casa. Temos outras travestis aqui na cidade que também trabalham como cabeleireiras. Outras trabalham como esteticista. Outras e gostam de estar na prostituição mesmo. Eu não posso falar que todas nós somos iguais, mas a sociedade, quando nos vê, nos quer colocar naquele lugar, as margens, não é assim, não, como se aqui na universidade não fosse o lugar da Marla. Eu tive uma experiência um dia em um colóquio, com uma professora, fui perguntar o nome dela, e ela me maltratou. Ela percebeu que eu era uma mulher travesti. E, além de tudo, eu ainda fui cerimonialista do evento. Então, às vezes, uma pessoa que é formada, ela tem tudo isso, mas às vezes não tem acolhimento. Mas, por outro lado, graças a Deus, aqui dentro da

universidade, não é querendo bajular a universidade, mas eu ainda não sofri, pelo menos aqui, na Unespar, Campos de Campo Mourão, eu não sofri nenhum tipo de preconceito e nem discriminação. Eu acho que já sou uma figura carimbada, e às vezes esse meu modo explosivo, que as pessoas me olham que eu falo demais e falo alto, que às vezes as pessoas criam uma certa barreira, então tem medo de mexer comigo. Por exemplo, na questão do banheiro, eu aqui não tenho problema. Nós temos mulheres travestis em Paranavaí que são proibidas de usar o banheiro feminino, mas não pela instituição, mas devido a uma discriminação das mulheres. Então, tiveram que criar um banheiro neutro pra elas. Se fosse aqui no meu campus, já disse isso na reunião do assunto estudantil, jamais eu iria aceitar que me colocassem pra fazer xixi no banheiro lá no fundo. Elas querendo ou não, eu ia querer usar o meu banheiro. Eu acredito que às vezes você não pode dar essa brecha. Por isso que temos que ter certa postura, demonstrar força, por mais que quando eu chegue à minha casa, coloque minha cabeça no travesseiro, eu pense que não sou forte e chore. Mas pra eles eu nunca mais vou mostrar essa minha fragilidade. Jamais, em toda a minha vida, você nunca vai me ver chorar. Talvez, como agora, relembrando algumas umas coisas. Mas jamais você vai me ver chorando porque alguém gritou comigo, alguém me chamou de travesti, de viadinho, jamais. Eu posso chorar, mas lá na minha casa. Porque eu não posso mostrar fragilidade pra eles. Eu não posso mostrar que eu sou uma pessoa frágil. A vida me ensinou isso. São 50 anos. Nesse decorrer de 50 anos, a gente aprende que água mole, pedra dura, pode bater o quanto for, mas aqui não vai furar, querido, aqui não. Eu estou calejada.

Thiago: Recentemente a gente teve a 1ª Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão. Foi bem bonito, deu bastante gente. Fazia tempo que a gente não tinha algo assim, para as pessoas LGBTQIA+ que tivesse tantas pessoas. A gente tenta fazer umas coisas diferentes, tem palestra, às vezes parece que vêm sempre os mesmos. Tanto em Campo Mourão, quanto no geral, o que você está achando da comunidade LGBTQIA+, se não estão querendo lutar muito, ou se tem uma galera forte, da juventude, que está dando cara à tapa?

Marla: Em nível nacional temos alguma galera, eu vejo muitas representantes. Eu vejo a Erika Hilton, eu vejo a Tábata, que eu sigo, que é uma vereadora. Inclusive, ela foi para fora, agora para a Escócia, representar a nós, mulheres travestis, mas ela foi representar como uma mulher travesti e as pessoas atípicas, por que ela cuida do irmão dela. Eles perderam a mãe na

pandemia. A nível local, eu sinto que o Coletivo daqui é um Coletivo que aparece na hora que quer. Agora vou falar a verdade. Nosso Coletivo é um Coletivo que a gente não pode nem chamar assim. Eu vejo naquele grupo muita gente, mas quando a gente precisa ou quando foi um evento igual esse, a gente tinha poucos representantes. A gente teve a sorte de fazer esse evento dentro da universidade, que chamou a atenção do nosso público daqui de dentro. Porque se a gente fosse fazer fora da universidade, talvez estaríamos eu, você, o Lucas e algumas pessoas. Daria para contar. Como foi aqui, teve um público bonito, grande, foi muito emocionante. Mas assim, eu vejo que aqui tem sim pessoas que podem trabalhar sim na questão LGBTQIA+, aqui em Campo Mourão. Nós podemos pensar em nos unir mais. Essa é a palavra certa. É união, porque se a gente não se une, não adianta a gente se unir pelo WhatsApp. A gente não faz revolução assim. Precisamos ir para rua. Eu penso assim, quando teve essa questão do banheiro, que até é uma lei que é aprovada, o que a gente deveria ter feito? Ir pra rua, bater panela. Mas nós temos medo. Eu vou colocar nós, porque ninguém se manifestou. A gente poderia ir lá fazer um panelaço. Que dia que a gente vai? A gente já viu o nosso Coletivo entrando em alguma questão naquela câmera? Fazem sim barulho nas redes sociais. Isso é fácil. Mas e ali, frente a frente, numa audiência pública? Não, mas marca uma reunião lá no Gás. Vão todos. Às vezes eu penso que a nossa população tem um ideal, ela tem tudo isso. Mas a gente tem que pôr em prática. Pra mim, o Coletivo vive dentro daquele Gás. E eu acho que a gente tem que pensar um pouco mais sobre o que é esse nosso Coletivo e por que ele veio. Eu respeito as histórias, eu respeito cada uma das pessoas que estão ali, cada um é importante. Mas a gente tem que mostrar porque esse Coletivo nasceu. O que esse Coletivo está fazendo para Campo Mourão? O que esse Coletivo está fazendo para outras coisas? Vamos esperar outro LGBT morrer? Ser espancado? Será que é isso que a gente precisa esperar? Uma Marla sendo espancada na rua? Um Thiago sendo violentado também? A gente precisa disso para depois a gente se mover, sair da nossa cadeira? Não! Mesmo que seja aqui dentro da universidade, o meu corpo já tá fazendo política, nós já estamos fazendo essa mudança, você com a sua pesquisa já vai fazer essa mudança. No Estado nós temos ainda, tínhamos, na década de 2000, um movimento de gays, lésbicas, travestis que era unido. Era uma maravilha. Nós tínhamos fórum. Nós tínhamos ONGs que naquele momento eram muito essenciais, foi fundamental nessa questão, porque a gente se reunia, e a gente tratava. E tínhamos muito apoio do Estado, do município também. Acredito que a gente, a nível estadual e nacional, nós temos algumas organizações, sim. Temos pessoas, temos organizações como a ANTRA, que eu posso citar, que são organizadas. Tem a Fonatrans que são organizados. No

Paraná, apesar que ali eles se trabalham com todas as populações, que é o grupo de Dignidade, mas são organizados. Pena que eles vivem um pouquinho no mundinho deles fechado. Eles vieram pra nossa cidade, mas é com interesse. Eu conheço o Dignidade há muitos anos. Então, eles não vieram aqui à toa. É uma das coisas que eu tenho. Eles vieram fazendo o seu bom lobby, para a gente usar nome deles lá nas conferências. Então, a nível estadual houve muitas representações também nessa época de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006. Até 2011, nós tínhamos representações, sim, estaduais. E local, nós hoje só temos apenas esse Coletivo, mas que eu não vejo assim como uma coisa, uma fortaleza pra nós. Nós precisamos nos fortalecer.

Thiago: Eu vou fazer uma pergunta agora que espero que não toque em um ponto muito sensível, mas é sobree como foi a sua infância e sua adolescência?

Marla: A minha infância não teve nada de sofrimento em alguns sentidos, mas teve em outros. Eu não me entendia quando eu era criança. Eu me olhava no espelho e eu sempre me via uma menina. Minha mãe, meu pai não gostavam. Mas eu tenho fotos de quando eu tinha 10 anos que é só olhar e ver uma menina. Totalmente uma menininha. Eu não era menino. Então, assim, a minha infância foi muito sofrida, que eu digo assim, porque eu não tinha o que eu queria, eu era muito pobre. Eu morava no sítio, enquanto meus primos podiam brincar, ter suas bicicletas, suas bolas, minhas primas suas bonecas. Eu fazia minhas bonecas de sabugo, de milho. Era porque eu tinha uma infância pobre, de não ter, às vezes, um calçado pra vestir, pra colocar. Mas eu não entendia que era diferente. Eu só fui entender realmente, porque eu era aquela criança, mas eu era uma criança feliz. Eu não via a hora de ir para a escola. Morava em um sítio, andava quase dez quilômetros para chegar na minha escola. O ônibus ia buscar a gente, quando morávamos no sítio, ali perto de Farol, na Vila Seca. O ônibus nos buscava às 10 horas da manhã, e nós voltávamos para casa dez horas da noite, porque às vezes quebrava algo ou chovia. E eles nos deixavam tipo cinco, seis quilômetros longe de casa. Para buscar, eles buscavam na porta lá no sítio, mas pra gente voltar, deixavam a gente longe. Então a gente chegava às cinco e meia, seis horas. E andava a pé, chegava em casa à noite. Mas eu não entendia. Pra mim aquilo era normal. Mas eu queria ir pra aula. Eu dava prioridade à escola. Eu tenho essas lembranças de apanhar muito, que eu apanhava muito, tanto do meu pai, tanto da minha mãe, mas não era nada relacionado à minha questão sexual. Eu colocava roupa da minha mãe, um dia minha mãe pegou de roupa feminina, vestido dela, ela me deu

uma surra. Mas às vezes não era isso, porque eu era mesmo já afeminada. Mas eu acho que a questão, assim, da minha infância, eu posso dizer que foi uma infância até tranquila. Claro, com essas necessidades que eu estou dizendo, a questão alimentar, a questão de ir pra escola. Eu não entendia o que significava a palavra gay. Eu só fui entender, e no dia que eu entendi, eu fiquei com vergonha, porque eu ia pra aula e as pessoas chamavam de gay, de gayzinha. Eu tão burra, eu vou falar que eu era burra mesmo nesse sentido, porque eu não sabia o que significava. E eu achava que era um apelido. Olha pra você ver a minha ignorância, minha ingenuidade. Um dia, eu lembro que meu irmão estava namorando, com uma mulher que depois foi esposa dele, casou, que tem sobrinhos meus, e ela falou assim: "qual que é seu apelido?" Eu tão inocente, eu disse: "ah, meu apelido é gay, lá na escola todo mundo me chama de gayzinha, esse é meu apelido". Foi quando caiu a ficha o que era a palavra gay. Então vem aquela parte de negação, não queria ser aquilo. Mas mesmo na negação, eu não aceitava o meu corpo. Eu não me via como menino. A minha infância foi nesse modelo. A gente tinha que trabalhar na roça. Às vezes não tinha o que comer. Era uma coisa mais precária, difícil. Não tinha a roupa que eu queria, não tinha o calçado que eu queria. Eu acho que foi um pouco o que me levou um pouco pra prostituição. Eu tive meus trabalhos formais, enquanto eu estava estudando. Mas quando eu fui para a prostituição, queria andar bonita, bem-vestida. Eu andava de salto, cabelo grande. Eu sempre tive cabelo grande. Eu andava só no salto, maquiada. E eu andava sempre bem-vestida. Então, aquilo que eu não tive na infância, refletia para mim quando eu virei mulher, quando eu me tornei a Marla. A Marla mesmo, ela nasceu muitos anos atrás, mas oficialmente, eu só pude oficializar a Marla no papel, na documentação, após a morte da minha mãe. A minha mãe era a minha defensora. Ela era meu tudo. A única coisa que ela pedia é que eu não fizesse era a alteração de nome. Me dizia que eu estaria negando a identidade que ela me deu. Só que eu dizia a todo o momento: "mas mamãe, esse não é meu nome, eu não gosto, não me condiz comigo". E ela dizia: "não, mas enquanto eu estiver viva, não faça isso". Quantas vezes eu já não estava com a minha documentação pronta para entrar com o processo, porque naquela época eu tinha que entrar com o processo, quando começou a questão da adequação de nome. E ela pedia para eu não fazer isso. Mas quando ela faleceu, foi a primeira coisa que eu fiz na minha vida. Foi oficializar a Marla. Porque até então a Marla era Marla, sempre fui Marla, mesmo sem nome social. Mas com a perda da minha mãe havia chego o momento. Não quis ofendê-la, ou a memória dela, mas eu dizia que agora estava na hora da Marla aparecer. A Marla ser oficializada. A Marla nascer de novo. E foi uma sensação tão boa quando eu consegui toda a

documentação. Fui lá no cartório e no dia que eu recebi a minha certidão de nascimento, parece que realmente vinha essa sensação de nascimento mesmo. Eu renasci. Esse momento foi muito único para mim. Foi o momento de eu ter respeitado a minha mãe, como minha progenitora, mesmo eu não estando de acordo com o pensamento dela, eu respeitei. E a partir do momento que a minha mãe não estava mais comigo, presencialmente, eu disse: “mamãe, está na hora da Marla ser oficializada”. E foi quando eu tomei a decisão e oficializei em 2020. É recente? É. Mas sempre todo mundo me conhece como Marla. Eu era Marla Rocha. Era tão forte, o povo não me chamava por só Marla, igual agora, só me chamam de Marla. Mas quando se dirigiam a mim, eles só me dirigiam como Marla Rocha. Eles não sabiam só pronunciar a palavra Marla. Então aí foi assim.

Thiago: Então com isso encerramos a entrevista.

2.3 Conversa com Lucas Alexandre de Lima.

Thiago: Poderia falar sobre a sua trajetória de vida, sua infância como pessoa LGBTQIA+ e negra, e como era a relação com a sua família.

Lucas: Eu venho de uma família LGBT. O que é um privilégio. Eu fui uma criança viada, que pegava lençol e brincava de vestido, desenhava muito, brincava de peruca e todas aquelas coisas que criança viada faz. Mas eu tive muito privilégio de ter nascido numa família LGBT em que nunca houve a possibilidade de ser expulso de casa. A minha avó é uma mulher negra. Ela foi uma mulher negra, ela faleceu em 2020. Ela expulsou o meu avô de casa quando ele ameaçou bater na minha tia. Porque a minha tia acabou se machucando, queimando a perna, e ela chorava e gritava de dor. Ele falou que ia bater nela pra ela calar boca. E a minha avó disse assim: "não, você não vai bater nos meus filhos!". E botou ele pra fora. Já começa aí. Então, ela criou essas crianças. O meu tio também foi uma criança viada. Não teve como esconder quem a gente era. E a minha avó sempre aceitou muito bem, sempre com medo. A minha mãe se assumiu muito cedo. Meu tio se assumiu com 14 anos. A minha tia, Beatriz, ela vivia brigando com a minha mãe sobre esse assunto. E depois também se assumiu uma mulher sapatão. Está até hoje casada com uma mulher. Minha mãe teve seus três filhos, mas ela sempre se relacionou afetivamente com mulheres, com homens era muito ocasionalmente. E ela se considera uma mulher sapatão também. Então, quando eu me assumo com 14 anos de idade, eu me assumo muito tranquilo. Porque eu sabia que eu não ia apanhar. Sabia que eu não ia ser expulso de casa. E isso é um privilégio na comunidade LGBT, na qual vários amigos meus sofreram dentro de casa, precisaram sair de casa pra poder se assumir, precisaram esconder quem são. Até hoje eu tenho amigos que escondem quem são pra poder continuar morando com os pais e evitar o confronto. Então os pais sabem, mas ninguém não fala sobre. E comigo não, eu conversava com a minha avó sobre os boyzinhos que eu ia pegar. Então sempre muito tranquilo. Eu me lembro que quando eu me assumi para minha avó, e o maior medo dela era ficar sem netos. E eu falei assim: "mas avó, nem se eu fosse hétero, você teria netos da minha parte", porque nunca houve o planejamento na minha vida de ter filhos. Esse foi o maior problema que eu enfrentei na minha família. E eu lembro que a minha avó brigava muito comigo, porque, como eu sou muito afeminado e transito no masculino e no feminino, então, por exemplo, tem dias que eu saio de casa de vestido, tem dias que eu saio de casa parecendo um mandraka, outros dias me apresento como um professor de história. E eu

sempre brigava com a minha avó por causa das roupas que eu usava, e na minha cabeça era homofobia dela. Mas eu lembro que um dia eu fui fazer uma palestra em uma casa cultural, em um bar cultural que tinha aqui em Campo Mourão, isso já faz mais de sete anos. E eu estava com uma saia preta longa e um meio cropped. E quando eu estava saindo de casa e a minha avó falou: “você vai com essa roupa?” E nisso eu já assumi posição de ataque e fui pra cima dela e falei assim: “minha avó, e o que tem?”. Então ela me disse: “mas você vai apé?”. E respondi que iria de carro com o Andrew, um amigo trans que na época ainda não havia transicionado. Mas ele é um homem trans. E quando falei que iria de carro para a minha avó, eu vi nos olhos dela o alívio. Ela não precisou falar nada. Um alívio em saber que eu ia de carro e que eu ia voltar de carro. Então naquele dia eu compreendi que o medo da minha avó não era pelas roupas que eu usava. O medo da minha vó era com a violência que eu poderia sofrer na rua. Então acho que foi um dia que eu me conectei com a minha vó. Olha, já deu até vontade de chorar. Ainda mais que minha vó faleceu, cerca de 6 anos atrás. Então, naquele dia eu compreendi que o único problema com a minha vó sempre tinha sido a violência que nós poderíamos sofrer na rua. Eu parei pra pensar. Depois desse dia eu comecei a ficar imaginando quantas violências o meu tio não sofreu por ser uma criança viada e ela teve que ficar quieta, ela não sabia como defender o filho dela. E eu, como o neto mais velho, primogênito, que seguiu o caminho, que seguiu os sonhos dela, estudou, chegou na universidade e tudo mais, ela tinha muito medo. E eu podia ver isso nos olhos dela. E depois, esse dia, a relação com a minha avó mudou. Eu compreendi que nunca era pelas roupas que eu usava e nem pela minha sexualidade. Então, quando eu falo da minha infância, quando eu penso nessa infância, na criança viada que eu fui, na liberdade que eu tive, que eu pude ter, enquanto uma criança viada, é muito privilégio. Poder chegar onde eu cheguei hoje, com a liberdade que eu cheguei, de poder sempre bater de frente e enfrentar o mundo de cabeça erguida. A minha casa sempre foi o lugar em que eu seria acolhido. Se eu apanhasse na rua, a minha avó ia me defender, ia cuidar de mim. Os meus irmãos iam enfrentar. Apesar de que eu tenho um irmão mais velho bem homofóbico, com quem tenho uma dificuldade muito grande de lidar com essas questões. Mas o meu irmão mais novo, que mora comigo, vai atrás se alguém tocar em mim, ele é a gangue dele, os moleques que andam com ele. Há um respeito muito grande até hoje dentro de casa com os amigos dele. Eu uso o vestido dentro de casa. Eu limpo casa usando vestidos da minha avó, inclusive, que eu guardo com muito carinho. Saber que eu poderia voltar pra casa, onde eu seria acolhido, isso me dá uma força gigantesca.

Thiago: Você cresceu no Lar Paraná, certo?

Lucas: Eu cresci no Lar Paraná. É muito legal pensar que antes de mim, a minha família LGBT já comprava briga na rua. Eu ser o que eu sou está no sangue, está na genética, porque a minha mãe brinca até hoje, que as primeiras sapatonas do Lar Paraná eram a minha mãe e a mulher que hoje é atual da minha tia. Elas eram as primeiras sapatonas. Então, elas iam para as paqueras na Praça do La Paraná. Todo mundo que viveu nas décadas de 70 e 80 no Lar Paraná vão saber quais eram as paqueras, nas quais paravam o caminhão de som na rua. Minha mãe fala que elas iam com camisa xadrez, calça e All Star, que na época era o mamba. E lindas. E elas viviam arrumando briga, porque os caras ficavam indignados que as meninas queriam andar com elas, mas queriam andar com as sapatão. Nem chegavam a ficar com as meninas. Mas gostavam de andar com elas. E os caras ficavam putos. Minha mãe falou que vivia arrumando briga por causa disso. E não eram só elas que ficavam naqueles espaços. Marla, o Ale, que hoje é técnico em enfermagem. Concursado. O Wilson, o Lau, que são a primeira geração de LGBTs assumidos na região. Eu gosto de pensar que são LGBTs que estão chegando à terceira idade, e que fizeram parte da minha família, e foram parte dessa primeira onda, desse primeiro movimento que ocuparam o Lar Paraná. Lá todo mundo sabe quem é a Angela, a baixinha de boné, sapatão. A Marla é super conhecida desde essa época. O próprio Ale me contou que ele ia sair, e ele se montava na casa da minha avó, pra sair brincar na noite, montada. Ele que ia com a Marla, inclusive. Então, a minha família, a minha avó, mesmo ela sendo uma mulher negra, heterossexual, ela acolhia esses LGBTs dentro de casa. Era um lugar que sempre foi de acolhimento para ter essas pessoas no Lar Paraná. Ela trabalhava na antiga creche Santa Rita de Cássia. Então todos os marginais, toda a marginalidade que você pensa no Lar Paraná passou pelas mãos da minha avó nessa creche na antiga favela São Francisco. Então a minha avó, ela acolhia esses corpos e eu sempre fui rodeado de pessoas LGBTs na minha infância no Lar Paraná, porque os LGBTs do Lar Paraná gostavam de estar na minha casa. Eram acolhidos pela minha avó e podiam ser quem eles, então crescer desse jeito foi muito bom. A minha família tem uma marca no Lar Paraná por causa disso. Porque os LGBTs estavam ali. Minha avó viveu cerca de 40 anos da vida dela no Lar Paraná, até a morte dela. É muito doido pensar que essa história de resistência veio da minha família antes de eu estar aqui. Antes de eu nascer, minha família já era uma resistência LGBT.

Thiago: Como historiadores, nós sabemos bem a importância dos espaços de memória, pra construção de uma memória afetiva. Você tem, além da casa da sua avó, outros espaços de memória?

Lucas: A Praça do Lar Paraná fez parte da minha infância. Eu brinquei lá a minha infância inteira. E esse espaço faz parte da minha história desde antes de eu estar aqui. Por exemplo, quando minha mãe me conta dessas paqueras e desses espaços que os LGBTs mesmo na época ainda sendo GLS. O meu irmão até hoje frequenta, mesmo agora gente morando no centro, ele vai lá e fica na praça com os amigos dele. É um espaço de encontro. Para mim, mas acho que se você perguntar pra outros LGBTs, terão outros espaços de memória bem fortes aqui na cidade. Por exemplo, a antiga Casale, a própria Praça do Centro também já foi um espaço onde as travestis ocupavam com força, a Rua das Palmeiras também. Rua das Palmeiras hoje é a Nelson Bittencourt Prado. Mas a maior parte da galera não sabe que é a Rua Nelson Bittencourt Prado, porque vai ser sempre a Rua das Palmeiras.

Thiago: A gente se conheceu em 2018, que foi um ano politicamente bem agitado. E você já tinha uma trajetória política antes mesmo de entrar na universidade. Antes mesmo de entrar no primeiro ano da graduação, você tinha uma trajetória com a militância, principalmente através do movimento estudantil. Eu queria que você comentasse um pouco de como você chegou nessa militância, tanto no movimento estudantil quanto no movimento negro, e no movimento LGBTQIA+.

Lucas: Eu lembro que em 2013 nós tivemos uma movimentação política bem grande, na época eu trabalhava como jovem aprendiz, então eu não pude estar lá. Mas em 2013 a gente teve um movimento nacional, o "gigante acordou", e tudo mais, onde inclusive frentes extrema-direita surgiram e existem até hoje, mas também um movimento de esquerda. Muitos estudantes conheceram o movimento político por causa disso. E foi aí quando eu comecei a me tocar que havia coisa importante acontecendo. Eu comecei a conviver com pessoas época do coletivo do PSOL, o RUA, que era uma frente da juventude do PSOL. Comecei a conviver com o pessoal da APP Sindicato. Em 2015, a gente vai ter a maior greve de professores do estado do Paraná, é quando eu entro de cabeça no movimento sindicalista, começo a participar do movimento de esquerda, viro um nome do movimento, começo a fazer falas, começo a puxar movimento, organizar movimentos secundaristas. Os anos de 2014, 2015 e 2016 são

três anos assim que aconteceram tanta coisa. Se eu não me engano, em novembro de 2014, aconteceu a Conferência Regional LGBT. Foi a primeira vez que eu tive contato com o movimento LGBT de verdade. Eu já me entendia e tinha alguns problemas com relação à minha própria sexualidade por conta da igreja. Eu fui sete anos da Igreja Adventista, então quando eu chego na adolescência e me livro disso... Lidar internamente com isso foi um problema. Mesmo sendo acolhido na minha casa, lidar com isso internamente, foi muito difícil, porque era contra o que a religião prega. Eu me sentia sujo, eu achava que eu era errado, eu não conseguia sentir prazer com quem eu era, não conseguia me sentir livre com quem eu era. Mas eu vou nessa conferência, e eu lembro que o professor Valdair, na época, hoje diretor do Colégio Estadual, já era meu professor, e me falou que ia ter a conferência regional LGBT, e pediu para eu ir representando o colégio. Foi onde eu conheci a Aline também, a gente já se conhecia do movimento Passe Livre, que era um pouquinho anterior. Mas a gente começou a conversar ali. Foi a primeira vez que eu participo politicamente de uma ação de enquanto LGBT. Quando eu me assumo como um homem gay. As vezes eu gosto de falar em bissexualidade, porque eu acho que ser gay não me cabe. Eu, enquanto ser gay, não me cabe, porque eu sou um corpo no mundo e isso é muito importante pra mim. Mas eu acho que a gente também precisa dar nome pras coisas, então eu falo que eu sou um homem gay negro. E nessa conferência a gente discutiu o primeiro Plano Municipal de Políticas LGBTs. A gente falava da representatividade que não existia. E até hoje é uma dificuldade encontrar essa representatividade política nos espaços públicos da prefeitura, no governo municipal tem pouquíssimas pessoas LGBTs atuando hoje no município, na prefeitura. E sai dessa conferência para a Conferência Estadual. Então eu saio da região da Concam, representando todos os municípios da Concam, na Conferência Estadual. E lá foi onde minha cabeça explodiu. Lá em Curitiba, inclusive onde aconteceu agora a conferência LGBTQIA+ Estadual. Foi no mesmo hotel, foi no mesmo espaço. Infelizmente eu não consegui participar da Conferência desse ano, fico triste, mas que bom que vocês foram. Marla, você, Ali e a Jessy. E eu participo desse movimento e a minha cabeça explodiu lá. E eu falo: é isso que eu quero. E me questiono, se essas pessoas existem em Campo Mourão, porque não há espaço pra que elas possam se organizar. Por que esse espaço não existe? Eu não estou sozinho. Desde esse espaço eu comecei a conseguir pensar o meu corpo, e a ter prazer com a minha sexualidade, consegui me aceitar. Então eu saí da Conferência Estadual e fui para a Conferência Nacional LGBT representando o Estado do Paraná, na reserva de vagas para pessoas negras. E isso para mim foi um marco. É um marco na minha militância. Quando

eu chego em Brasília, me lembro que a primeira coisa que eu faço, quando eu desço do avião, acompanhado da Eliana Eleotério, uma mulher fenomenal, uma mulher lésbica, preta, fenomenal, casada com a Ângela, que eu tinha conhecido na conferência estadual em Curitiba, e eu vou com elas para o Nacional, e elas cuidam de mim, elas me acolhem, eu um jovem ali, novíssimo, e elas me acolhem. Eu chego e falo pra elas que eu nunca tinha visto tanta gente preta num lugar só. E a Angela me disse: "Lucas, nós somos a maioria da população brasileira. Você esperava o quê?" Então, eu percebi que era verdade. Participamos da conferência, que aconteceu ali no centro de conferências de Brasília. E nisso, a gente já está vivendo um momento conturbado da política brasileira. Já está acontecendo a impeachment da nossa primeira presidenta mulher, Dilma Rousseff. A família Bolsonaro, já tem um peso nesse cenário. Inclusive, o Eduardo Bolsonaro participou da Conferência da Pessoa com Deficiência nessa Conferência Nacional. Estava acontecendo ao mesmo tempo a Conferência da LGBT, a Conferência da Pessoa com Deficiência, a Conferência da Mulher, e tinha mais uma conferência ao mesmo tempo, que eu não me lembro agora. E no final, quando essas conferências encerraram, aconteceu a Conferência Nacional de Direitos Humanos. E o Eduardo Bolsonaro, ele participou, e eu lembro que foi um choque, que na época já existia um ataque real à nossa existência. Já é um medo à existência LGBT já estava sendo ameaçada por causa desse discurso. Então a gente vai ter ele, Michel Temer, dando golpe na Dilma Rousseff. Os discursos de extrema direita na Câmara. O Eduardo Bolsonaro vai para essa Conferência da Pessoa com Deficiência, convidado. Eu lembro que os LGBTs ficaram polvorosos, foi um medo real para a gente. Até foi aprovado na conferência, a nota de repúdio de rechaço aos discursos LGBTfóbicos da família Bolsonaro na Câmara. Então, pra mim, essa Conferência foi um marco. Eu nunca vi tanto LGBT reunido. Eu lembro que a gente fez festa no hotel. A gente incomodou o hotel onde estávamos. Fizemos uma festona linda. As drag queens batendo o cabelo em cima da mesa, e a gente discutindo política. Foi a primeira vez que eu realmente fiquei com uma pessoa LGBT. Eu lembro que foi libertado. Eu lá na Nacional, em Brasília, representando o estado do Paraná, pegando as primeiras pessoas LGBTs assumidas. Antes disso só ficava com enrustido. Poder ficar com alguém que tem afeto por mim, que não é só sexo, não é só prazer. Então isso pra mim também foi um marco. E para além da Conferência, sempre atuei no movimento estudantil secundarista, a gente conseguiu levar mais de seiscentos estudantes pra Praça do Paraná nessa mesma época, nesse mesmo período entre esses anos. A gente foi fazendo muita coisa, muita coisa. Ocorreram também as ocupações das escolas em 2016, onde eu pude ver os corpos LGBTs sendo

resistência dentro das ocupações. No Colégio Estadual mesmo, quem fez as principais frentes, quem fez plenária, todo esse processo desde o início foram pessoas LGBTs. Inclusive pessoas que não se reconheciam na época, muitos não sabiam o que estava acontecendo, eram muito jovens, mas eram adolescentes que não sabiam quem eram no mundo e que começaramm a se identificar a partir das ocupações. Pessoas que depois se assumiram como pessoas transou como homens gays, mulheres lésbicas, e que estão espalhadas por Campo Mourão ou acabaram indo embora. E acredito que fazer parte desses movimentos sociais foi me dando força pra eu seguir sendo quem eu era. Hoje eu tenho muita certeza de quem eu sou. Não me restam dúvidas. Mas se não fossem esses movimentos sociais pra eu me reconhecer socialmente e fazer parte desses movimentos me deu força política, enquanto corpo político, para poder encarar o mundo de cabeça e ver os novos LGBTs vindo por aí. É por eles que a gente tem que continuar. Hoje eu tenho 27 anos. E saber que até hoje chegam pessoas LGBTs, estudantes do movimento estudantil que estão começando, a UMES hoje, tem pessoas trans, pessoas bissexuais, lésbicas, estudantes lésbicas, ocupando e sendo uma resistência dentro do movimento estudantil secundarista, em que eles olham para mim e falam que eu dei esperança, que se viram em mim. Ver que esses jovens veem no meu processo de descoberta lá do movimento estudantil, dos movimentos sociais é ver que deu certo, que fiz o que pude. E eu fiz muito bem, se eles se reconhecem por isso. E é por eles que fiz. Hoje a minha luta é por eles. É para que esses jovens possam chegar na universidade. Para que esse espaço seja ocupado por corpos LGBTs. Não como simpatizantes, mas para que possam dizer: “Eu sou uma pessoa trans, eu sou lésbica, eu sou um corpo gay”. E chegar na universidade já reconhecidos consigo, mesmo que não sejam reconhecidos pela sociedade. Reconhecidos consigo mesmos. Nós não temos um espaço, como eu tive o espaço na minha casa para me construir. Se eu não tivesse a minha avó para me acolher, eu acho que eu não estaria aqui hoje. Então é muito legal que eles se veem em mim. É uma história que acolhe eles.

Thiago: E como é a sua relação com a Unespar?

Lucas: Eu ingressei na universidade em 2018, no curso de História. Na época eu trabalhava na JBS. E é sempre muito difícil estar nesse lugar do mercado de trabalho, porque a militância não alimenta. Militância é por puro compromisso político. E na JBS é muito legal porque a quantidade de mulheres lésbicas naquela JBS, rapaz. É louco. Mulher e sapatão para todo lado. Lembro que em agosto de 2018, abiu o processo de edital do PIBID e então eu saí do

mercado formal de trabalho e virei bolsista e continuo atuando como bolsista dentro da universidade até hoje. Uma das primeiras coisas que fiz quando entrei na universidade foi fazer parte da gestão fundadora do Centro Acadêmico de História. E dentro do Centro Acadêmico de História, eu vi novamente como as pessoas LGBTQIA+ estão em peso nos movimentos sociais. Você estava lá também, a Aline e outros tantos. Então, LGBTs à frente das coisas desde sempre. Assim como o movimento negro, assim como as mulheres negras estão à frente da política nacional. Logo depois, a gente cria o Coletivo LGBTQIAPN+, com as discussões da implementação das bancas de heteroidentificação, das políticas afirmativas na universidade, fazendo valer a Constituição Federal, e desde então tenho atuado como bolsista em diversos projetos e discutido essas questões, até conseguir participar da realização a primeira Conferência Popular LGBTQIA+ que aconteceu esse ano, com a parceria da PROPEDH, do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão. O Coletivo sempre teve pessoas da Unespar à frente dele, desde a sua criação. Tenho atuado com questões de gênero, sempre levando essas discussões relacionadas ao preconceito, à homofobia, ao racismo nas minhas palestras, e nas minhas atividades de formação. A minha psicóloga brinca que universidade é uma mãe abusiva. Ela é tóxica em determinados momentos. Mas ela é uma mãe que humaniza. E eu fui um corpo humanizado, porque sem a universidade eu poderia estar na prostituição, como muitos LGBTs estão, ou estar completamente atuando no mercado formal, sem poder ser cabelo grande, pintar unhas, usar um vestido, sem poder estar no mundo como eu estou hoje. Se eu não fosse a universidade, eu não estaria nesse lugar. Hoje eu estou próximo de me formar, ano que vem é meu último ano de graduação. E me pergunto sempre. Por que eu demorei tanto para me formar? Porque apesar disso tudo, universidade ainda não é um espaço para a gente. Sim, ela humaniza, ela dá pra você as condições pra você ser intelectual. E eu me sinto seguro dentro da universidade. Apesar de ter professor com discurso LGBTfóbico. Apesar de ter professor que reclamam de linguagem neutra. Eu digo: “amor, a gente tá falando de gente morrendo. É sério que você está preocupado com a linguagem neutra?” Tem estudante que desiste da graduação. Pessoas trans que desistiram, que eu vi desistirem da terminar o curso. A universidade precisa ser um espaço que acolha esses corpos. Hoje a nossa maior luta dentro da Unespar são as cotas trans, um movimento que tem crescido no Brasil e que é importantíssimo. E eu defendo principalmente por eu ter essa vivência, porque se não fosse a universidade, eu estaria na prostituição ou morto, seria apenas mais uma estatística, como um corpo LGBT e corpo negro. Quando a gente pensa na luta, hoje, dentro do Unespar, a luta pelas cotas trans, eu penso em como podemos fazer com que essas meninas

e esses meninos trans deixem de ser estatísticas. Eu não morri. Jovem negro, eu tenho 27 anos, eu vou fazer 28, eu não fui encarcerado, eu não tive o destino que é esperado para a gente. Que sejamos assassinados. Além disso, eu fiz parte da criação do Centro de Educação e Direitos Humanos, isso enquanto eu ainda era secundarista. Quando eu entro na universidade, em 2018, eu ocupo a cadeira da Ali, como representante de Centro do Centro de Educação e Direitos Humanos. Organizo o terceiro Fórum Estudantil da Unespar, que foi aqui no campus, o modelo como a gente conhece. Eu organizei também os dois, as três últimas edições do Fórum Estudantil. Em que a gente vai percebendo as pessoas LGBT chegando. E que tem espaços, a exemplo do Fórum Estudantil, para que os estudantes pudessem colocar as propostas relacionadas à diversidade sexual da universidade. A Lua Lambert fala isso, nós que somos os primeiros estamos em cima de um castelo de ossos e sangues. E é muito importante estar aqui dentro desde 2018, dentro do Centro de Educação e Direitos Humanos, no NERG, dentro do Fórum Estudantil, discutindo propostas de acesso e permanência de pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, corpos subversivos que não são incluídos na sociedade. Vendo essas LGBTs ali dentro desses espaços discutindo política, eu vejo que elas estão sendo salvas pelo mesmo movimento me salvou. Quando eu penso na minha trajetória na Unespar, é nisso que eu penso. Construindo também o Seminário de Educação e Diversidade Sexual, por exemplo, pensando nas disciplinas que nós temos hoje em Educação e Direitos Humanos, Diversidade e Sexualidade, que compõem o currículo, e que a gente vai arrombando as portas mesmo, arrombei as portas junto com outras LGBTs, para que a gente pudesse ter um currículo no qual a gente se vê, minimamente. Então, atuar politicamente, já atuei como conselheiro no Conselho Superior Universitário, saí recentemente da cadeira do Centro de Educação e Direitos Humanos, estou agora assumindo o Conselho de Campos como representante discente dos estudantes. Fiz parte de várias comissões de organização de eventos voltados para pessoas LGBTs. A gente constrói pontes para que aqueles que estão chegando agora possam avançar e que as próximas pontes sejam muito mais fáceis, para que elas construam as novas próximas pontes.

Thiago: E na graduação nós tivemos pouquíssimos professores negros.

Lucas: Nenhum, na verdade. E o único professor que a gente tem negro no próprio colegiado de História, nunca se posiciona dessa forma e não se reconhece como pessoa negra.

Professores LGBTs, o último professor LGBT assumidamente que nós tivemos foi o Jean, que é colaborador e acabou de ser mandado embora porque acabou o contrato.

Thiago: E você tem construído uma carreira acadêmica com palestras, apresentações acadêmicas. Você pensa em seguir essa carreira da intelectualidade, mesmo sem abandonar a militância, porque você está muito interligado. O que você pensa sobre isso?

Lucas: Pretendo fazer mestrado e doutorado sim. Eu brinco que no Lattes não tem nenhum Lucas Alexandre de Lima doutor. Eu falo que guardaram pra mim. Mas penso em seguir essa intelectualidade porque, que nem eu acabei de falar do Jean. Ele foi o primeiro professor gay assumido que eu tive em quase nove anos de universidade. Então, quando eu paro pra pensar, em ser mestre ou doutor, primeiro eu vou dar aula na rede básica, porque eu não vou ser uma academicista, eu venho da militância e a militância vai fazer parte de mim para todo o sempre, porque eu sou um corpo político. Aonde o meu corpo preto viado chega, todo mundo vê que o meu corpo preto viado tá chegando. Então é um corpo político, um corpo alvo. A gente precisa se proteger e a militância serve para criarmos mecanismos de defesa também. Mas eu pretendo ser mestre, doutor e voltar a dar aula na universidade um dia pra que esses alunos possam ter um professor no qual eles possam se ver. Assim como quando eu vou pra rede básica, ou quando a gente vai dar aulas na cadeia. Elas se veem na gente. É importantíssima a representatividade. E a representatividade, só por representatividade, não importa. Não basta apenas ser. Por exemplo, o último presidente da Instituição Palmares, que era um homem negro completamente vendido pra extrema-direita. Um desserviço para o movimento negro. Precisamos de corpos LGBTs representativos e combativos. Então, eu pretendo voltar como professor para isso, pra que elas possam se ver em mim e ver que é possível se tornar alguém como eu consegui. Eu posso ser um doutor LGBTQIA+. Assim como eu olho pro Jean e falo que eu posso ser um doutor LGBT. A bicha é doutora. Daqui a pouco vira pós-doc. Três livros lançados. E o Jean é militante. É uma representação de uma luta, para que outros possam se ver nele. E possam acreditar que sonhar é possível. Chegar é possível. Alcançar, conquistar, ocupar os espaços é possível. Assim como eu me via nas LGBTs lá em Curitiba, na Marcela Prado, na Eliana Eleotério, casada com a Ângela, que são pessoas que estavam ali ativamente. Não eram representação por representação. Eram corpos políticos que estavam ali porque a sua existência depende disso. E que eles querem que outros cheguem. E é isso que eu quero, eu quero seguir mestre, doutor, pos doc, a porra toda, entendeu? Fazer a porra toda

dentro da universidade, assim como o meu currículo já é um currículo vasto, extenso, apesar de não ser formado na graduação ainda, quero ser esse corpo que os outros LGBTs vão poder olhar e vão falar que é possível.

Thiago: Você comentou agora de algumas figuras que te inspiram, e nós estamos na Sala dos Estudantes da Unespar, que está cheio de imagens da Marielle Franco. A gente sabe da importância que ela é para todos nós, principalmente para pessoas que, assim como você, são LGBTQIA+, negras, e eu queria que você contasse um pouco sobre essas figuras que te inspiram.

Lucas: Eu tenho um trecho de uma música da Linn da Quebrada tatuada no meu corpo e eu tenho a Marsha P. Johnson, matriarca do movimento LGBT, estava na Rebelião de Stonewall, enfrentando a polícia, defendendo os seus. Ela foi muito importante, quando a gente pensa nas houses, nas casas do movimento Vogue, nos Balls e tudo mais, Marsha P. Johnson, foi uma pioneira nesse sentido, porque ela já criava a casa e ela falava que ela tinha essa casa pra que as meninas não morassem nas ruas. Eu lembro que eu assisti o documentário dela na Netflix anos atrás. E eu tatuei uma foto dela e está escrito Paid No Mind, que significa "não se importe". Também tem a Marielle Franco, vereadora lésbica, assassinada. Assassinada pela milícia, pela família Bolsonaro, acredito que foi a família Bolsonaro quem encomendou o assassinato dela. Eliana Eleotério, por exemplo, é um nome gigantesco pra mim, porque ela é uma mulher lésbica, casada, lá em 2016, 2015, eu já tava vendo a Eliana na minha frente, fazendo o discurso, se eu for procurar no meu Facebook. A Silvia Rivera também, que lutou junto com Marsha P. Johnson, são nomes que fazem eu pensar nesse corpo político. Elas sabiam disso. Elas sabiam que não seria fácil. A Marsha P. Johnson foi assassinada. Muitos falam que ela se suicidou, mas não, ninguém se suicida no Rio River com um buraco na cabeça. Entendeu? Então, assim, são corpos negros e latinos. A Silvia também era latina. São corpos que me inspiram a continuar resistindo. Linn da Quebrada. Eu tenho a música dela, é Deixe Que Lave, Que Leve, Que Livre, Que Love, Que Lute. Que é a Serei A da Serei A. Que é a do álbum Pajubá. Esses são alguns dos rostos que me acompanham e seguirão me acompanhando pra sempre, porque são corpos negros e latinos que sabiam que a nossa existência já é ínfima. A nossa existência já não é considerada. E elas abriram caminhos pra que eu pudesse estar aqui hoje. E é dessa proposta que eu parto. Elas foram importantes para que eu estivesse aqui hoje, e eu quero que a minha trajetória seja importante para que outros

possam estar aqui amanhã. E depois de amanhã, gerações e gerações de LGBT e cada vez mais LGBT, viada, sapatão e trans por todo lugar, dentro das universidades, dentro dos concursos públicos, dentro do mercado de trabalho formal, garçonetes, chefes de cozinha, auxiliares administrativos, e eu fui tudo isso. Eu sou formado como auxiliar administrativo, graduando em história, e eu vi pouquíssimos corpos como o meu nesses espaços também. E eu fui o primeiro, muitas vezes o único, daquele espaço, e existem aqueles que se vêm na minha trajetória, assim como eu me vejo na trajetória dessas grandes mulheres. Não dá mais para voltar atrás. A sociedade vai ter que entender. A gente chegou até aqui com muito sangue. A Manu... Eu não posso terminar de falar dessa entrevista sem falar da Manoela. Manoela, a gente homenageou ela na Conferência LGBTQIA+. Eu fiz todo o trabalho para que ela pudesse participar, você acompanhou, para que ela pudesse vir e ser homenageada nessa conferência. Pra mim seria um absurdo se a gente não homenageasse a Manoela. Ela é uma mulher que tá com 62 anos. Teve um AVC, não fala. E eu só fico imaginando a perca que é essa mulher não poder falar. Então, essas mulheres fizeram muito pra que a gente pudesse estar aqui, inclusive foram assassinadas, violadas, violentadas, silenciadas, para que você pudesse estar aqui hoje fazendo essa entrevista como mestrando, para que eu pudesse estar aqui hoje fazendo essa entrevista como corpo político, como graduando, como membro do movimento, e que não seja mais assim, que nós não sejamos assassinados como essas mulheres foram e que as pontes que elas construíram para que a gente pudesse estar aqui hoje sejam as pontes para que as novas gerações também sigam. Que o nosso trabalho seja a ponte, para que eles possam ingressar, acessar e permanecer nesses espaços.

Thiago: A gente já está calejado que dentro do movimento LGBTQIA+ existe muito racismo, já tivemos algumas conversas pessoais sobre como que isso está presente, eu gostaria que você comentasse um pouco sobre a questão racial dentro da comunidade.

Lucas: A minha psicóloga é uma mulher negra, Griziele Martins Feitosa, ela foi presidente do CRP, e a gente também conversa muito sobre esse assunto. Uma vez eu cheguei nela e comentei sobre um filme que é muito bom, Cicada, é um filme norte-americano, que conta a trajetória de um menino negro e de um menino branco, que se conhecem, e desenvolvem toda aquela história que a gente já conhece. E tem uma conversa deles em que o menino negro fala exatamente sobre isso. Ele diz que ia aos bares de LGBTs brancos e ficava horas sentado. Nenhuma pessoa ia falar com ele. Até que ele cansava ir embora. Então eu paro pra pensar na

minha outra própria vida. Eu nunca fiquei ou tive relacionamento com uma pessoa do Coletivo LGBT de Campo Mourão. Pouquíssimas pessoas negras nesses coletivos, a gente conta nos dedos quantas estão participando desses espaços. Na terapia eu cheguei a essa conclusão de que o corpo negro já não é possível de afeto, ele é usado, reutilizado e explorado, e que relacionamentos inter-raciais são muito difíceis. Dentro do Coletivo LGBT eu percebo que os corpos negros não são passíveis de afeto. Nós não somos o corpo do afeto. Quantas gays brancas chegaram em mim e pediram pra ficar comigo? Não que elas sejam obrigadas, não estou dizendo isso. Mas me faz pensar, é sério que num coletivo LGBT, nenhuma gay, em sua maioria branca, pensou em chegar em mim? Eu não sou um corpo bonito? Eu me acho gostoso pra caralho. Por quê? Por que as LGBTs não chegam em mim? Mesmo com toda essa trajetória. E eu paro pra pensar nas outras LGBTs negras que estão vindo. Nós não somos corpos passíveis de afeto? Eu nunca namorei. E quando eu converso sobre isso com outras pessoas LGBTs negras, vejo que a gente nunca namorou. É só sexo por sexo. Quando eu faço essa análise do racismo, eu penso que mulheres negras sempre estiveram à frente de todos os movimentos. No movimento negro elas estavam à frente. Antes da Rebelião de Stonewall, já existia o Partido dos Panteras Negras. Para a Rebelião de Stonewall acontecer como aconteceu, o movimento negro fez à frente. Assim como no Brasil, se não fosse o movimento negro, Frente Negra Unificada e tudo mais, talvez a gente não tivesse, por exemplo, o Lampião da Esquina, que é uma imprensa LGBT. Quando eu paro pra pensar nisso, parece que somos importantes para história, o que é importante, mas eu ainda sinto que eu não sou um corpo passivo de afeto. Será que porque eu sou a bichinha preta afeminada? A Linn da Quebrada brinca: “bicha preta, tra, tra, tra”. Parece que a gente não é esse corpo passível de afeto.

Thiago: Quando você fala do coletivo, você se refere, digamos, à versão mais ampla com a galera geral ou quem tá mais à frente da organização?

Lucas: Eu falo sobre a versão geral mesmo, eu não vou personificar. Eu acho que isso é um problema estrutural que precisa ser debatido dentro da comunidade LGBT. Por que nós temos tão poucos casais LGBTs negros ou interraciais? Ou porque nós temos pouquíssimas pessoas negras, mas sempre são essas pessoas negras que estão na frente do coletivo. A Jessy, por exemplo. A Josie. Então existem essas pessoas negras, mulheres negras, LGBTs, que estão tanto à frente de ações do coletivo, como também dos conselhos, de sindicatos e da militância.

Thiago: E conversando com a Jessy recentemente, nós conversamos sobre o fato de que às vezes parece que são sempre as mesmas pessoas que estão em todos os conselhos, em todos os espaços militâncias. Como é que você vê a militância, principalmente a militância LGBTQIA+?

Lucas: Eu sinto que a pandemia mudou totalmente a forma de militância. Quando a gente para pra pensar no antropoceno, que é esse período que a gente tá, da espécie humana enquanto atuante e modificadora do meio em que vive. Mudou completamente a forma como a gente milita, parece que não acontece mais trabalho de base. São mais essas ações políticas pontuais. Eu sinto muito isso. Não se faz mais trabalho contínuo de base. Outra coisa que eu sinto muito é que são sempre essas pessoas. Sempre. E são as pessoas que a gente conhece. Eu e a Jessy nos conhecemos há anos. Nós estamos no Conselho Municipal de Seguridade Social desde a primeira gestão. E lá dentro, não tem gente nova, não tem pessoas negras novas. Mas eu sinto que isso é um reflexo do trabalho de base. Eu sinto que isso é falta do contato com a comunidade, mas também não julgo, porque nós estamos todos sobrecarregados. Todo mundo se vê na gente, fala que acha um trabalho lindo, mas não falam que acreditam que deveriam estar fazendo a sua parte também. Eu sinto que pós-pandemia, falta muito proatividade, falta se reconhecer enquanto sujeito da luta, ir pra frente, e de ocupar esses espaços, de pegar o microfone. De estar organizando as coisas, de se oferecer pra ajudar a organizar as coisas. Eu sinto que o as pessoas do Coletivo LGBT de Campo Mourão também faltam nisso, nós temos muita festinha, e somos associados a isso, como a própria Parada em São Paulo. Nós temos que comemorar, não estou falando que isso é errado. Mas acho que precisa ser um movimento político de verdade. O coletivo LGBT não esteve à frente da organização da conferência LGBT. Quem puxou tudo foi Ali. Nós tivemos pouquíssimas participações dos sindicatos, de pessoas, inclusive da própria diração. O Sindicato não participou da organização nem financeira, nem administrativa, nem burocrática da conferência, por exemplo. Acho que essa denúncia tem que ser feita. É um corpo LGBT, é um corpo lésbico presidente de sindicato do trabalhador. Agora, enquanto isso, a gente teve apoio da APP Sindicato e dos Sindicatos Bancários, que são mulheres brancas heterossexuais na presidência desses regionais, e que ajudaram financeiramente, na organização e no transporte. Então, eu sinto que falta um compromisso político. Não dá pra ser só representação por representação, isso não me serve, e não serve ninguém. Representação por representação é

ficar à mercê do neoliberalismo. É o algoritmo da imagem, a Senhorita Bira diz isso. Hoje, na pós-pandemia, principalmente, a gente vive a sociedade da imagem. Isso não muda o mundo. Eu sinto que falta um compromisso político com a base. De usar do seu tempo para formar gente nova. Eu não culpo só o Coletivo. Eu sinto que falta um apoio do governo também. O governo municipal é uma vergonha. Tanto que a Conferência LGBT foi popular. Porque a gente não teve a participação deles e eles ainda queriam representação Gov na nossa Conferência. Ah, me respeita, por favor. Então eu sinto que falta desse compromisso político de verdade. Vamos fazer trabalho de base? Vamos ir para as escolas?. Até agora o Coletivo LGBT não fez nada com a UMES, que é a União Mourãoense de Secundaristas. Cheio de LGBT novinha, saindo do forno, pronta pra ocupar o mundo. E falamos que estamos cansados, mas a gente também não chega nessas pessoas. Nos últimos anos eu tenho me afastado um pouco das questões LGBTs. Porque eu preciso focar na minha vida pessoal e profissional. Preciso me formar. Abdiquei da minha graduação durante muitos anos para poder fazer movimento estudantil e movimento político nessa cidade. Hoje eu tenho focado muito mais no trabalho com movimento negro mesmo. De fazer formação de base com estudantes e movimento negro. E focar na minha graduação, porque isso também é importante. Mas eu acho que falta isso. Falta um trabalho de base de verdade. A representação pela a representação não me serve.

Thiago: Gostaria que você comentasse um pouco mais sobre a cidade, sabemos que é uma cidade conservadora. Por exemplo, eu fui puxar os dados das últimas eleições e foram mais de 60% de votos para o candidato Jair Bolsonaro, na eleição de 2022.

Lucas: A gente precisa lembrar do Bertoldo, que foi o último candidato a prefeito pelo PSOL. Ele foi nosso primeiro candidato prefeito LGBT de Campo Mourão. Um homem gay, casado com outro homem, professor, ocupando um espaço. E eu sinto que ele não teve apoio. Foi ínfima a quantidade de votos que ele teve. Mas falando do município de Campo Mourão, como alguém que está aqui há 27 anos. Conheci muita gente que participou desses movimentos, sempre estudantes, em sua maioria, universitários, ou do movimento secundarista. Mas é uma cidade muito conservadora, por exemplo, que não consegue eleger um candidato LGBT. Assim como são sempre as vezes pessoas nos movimentos sociais, também são sempre as vezes pessoas no poder. Em sua maioria, as mesmas pessoas brancas, heterossexuais, cisgêneras. As cadeiras ocupadas em sua maioria por gente que usa o discurso

da família tradicional, um discurso conservador horroroso. Em 2012 nós votamos o Plano Municipal de Educação e, assim como no resto do Brasil, aqui teve a discussão sobre a questão da ideologia de gênero. Eu lembro que estava na Câmara e ouvi aquele discurso da família tradicional, como se LGBT não votasse. Como se pessoas LGBTs e negras não pagassem impostos. Como se mulheres não existissem. Quando a gente está falando de gênero, a gente não está falando de viado e sapatão. A gente está falando de mulheres. Mulheres que em sua maioria são chefes de família. Violentadas. Os índices de violência contra a mulher em Campo Mourão só aumentam a cada ano que passa. Não só em Campo Mourão, na região. Então a gente vê no governo municipal sempre as mesmas caras, as mesmas pessoas, famílias de pioneiro, gente burguesa, gente rica, gente que não se importa que tem gente que não tá comendo. Eu lembro, isso é muito triste, mas me lembro que o Sasuke, que é um menino do trans que eu conheço há muitos anos, teve uma época difícil em que ele estava comendo bolacha. Era o almoço e a janta dele. E ele não chegou em mim naquela época, porque se ele tivesse chegado em mim, teria recebido comida, na minha casa sempre teve, pra qualquer pessoa que precise, um quarto pra dormir se precisar passar uns dias, assim como era com a minha avó, pra mim hoje é assim. Mas eu sinto que falta da gente ter espaço na Câmara de Vereadores. Falta ter a coragem do Bertoldo. Pra mim hoje falta essa coragem de sair candidato a vereador, falta essa coragem do Coletivo LGBT participar politicamente de uma campanha. Eu sou anarquista, e eu sou contra a política eleitoreira e burguesa, mas a gente vive no estado burguês que só funciona por meio das eleições. Então é preciso ocupar esse espaço. É preciso que a gente tenha um candidato. Os únicos candidatos negros acabaram de ser impugnados e ter a sua chapa caçada. E olha que ironia: os únicos candidatos negros eleitos em Campo Mourão foram caçados por fraude em cota de gênero do partido. Falta ao Coletivo LGBT ou coletivo negro se unificar em campanhas eleitorais pra colocar candidatos negros. Falta a gente participar em peso das audiências públicas. E propor, temos que encher o saco, temos que incomodar. Eu sinto que falta uma organização do Coletivo para que a gente ocupe esse espaço na prefeitura municipal. A gente precisa ocupar esse espaço. Campo Mourão é uma cidade conservadora. No curso de história, a gente brinca que é um feudo mourãoense, porque são as mesmas famílias que mandam na cidade, desde que a cidade é cidade. Você entra no Museu Municipal e a única pessoa LGBT que tem lá naquele museu é a Manoela, que ainda tá com o nome morto dela exposto, o nome de registro, o que é crime. Então, assim, falta esse compromisso político com esses espaços. Falta encher o saco. A gente precisa encher o saco. Temos que bater na porta da Câmara, na porta da

Prefeitura, temos que fazer protesto lá. Me desculpa, mas não dá pra fazer Parada LGBT no bar pra sempre.

Thiago: Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Lucas: Eu acredito que seja isso. Provavelmente depois que a gente acabar aqui eu vou lembrar várias coisas que eu poderia ter dito. Mas por agora é isso. Eu agradeço a oportunidade de poder estar participando dessa pesquisa.

2.4 Conversa com Evaldo Bertoldi.

Thiago: Evaldo, você poderia começar falando sobre como se inicia e se desenvolveu sua trajetória na cidade de Campo Mourão?

Evaldo: Eu venho do Rio Grande do Sul. Em 1994 que eu venho pra cá, eu cursei o ensino médio e depois fiz faculdade em Umuarama. Prestei vestibular para uma universidade pública, mas acabei ingressando em uma privada. Fiz o curso de Farmácia e me formei em 1995. Em 96 eu inicio a minha carreira como farmacêutico e professor. Nessa época você poderia ser professor pela grade curricular. Então, como no meu curso todos os anos havia química, eu podia ser professor de química. Em 1998 eu prestei o concurso para o Estado, sendo professor, e eu passei. Como eu era farmacêutico, então eu dava aula por curso técnico em Agente Comunitário de Saúde e em Enfermagem. O concurso que passei em 1998, só foi me convocar em 2011. E nesse período, eu assumo o concurso do Estado, como professor de Química, 20 horas, e também estava dando aula na Faculdade Unicampo e na Faculdade Integrado, para os cursos na área da saúde. Eu havia me casado em 1992. Nos conhecemos na faculdade em Umuarama. E deste relacionamento, com um mulher, em 94 e 97, nascem minhas duas filhas. A primeira, a Larissa, quando ainda estávamos terminando a faculdade. E em 97 nasce a Luana, que é a minha filha mais nova. Esse relacionamento durou 19 anos, se manteve por 19 anos. Mas em 2011, quando eu fui convocado no concurso do Estado, nos separamos.

Thiago: E nessa sua trajetória, onde que se encaixa a sua autodescoberta?

Evaldo: Eu venho de uma família do Rio Grande do Sul, uma família tradicional, com uma cultura muito tradicionalista, com conceitos, preceitos e preconceitos. Só que como toda criança LGBT, desde a minha infância eu era diferente, mesmo sem saber. Para os tios, os parentes, o pessoal da escola também, eu era diferente aos olhos deles. As pessoas falavam: “por que você anda desse jeito? Por que você fala assim?”. E eu era uma criança que aos sete anos se perguntava: “eu falo diferente? Eu ando diferente? O que significa falar e andar assim?”. Então, são muitas questões que fazem com que você se questione, que você comece a tentar descobrir o que está acontecendo. E isso tudo em um momento de no qual sexualidade está aflorando. Isso é fisiológico, porque você começa a se desenvolver, você começa a

crescer, vem a sua fase de pré-adolescência, adolescência, puberdade, e você vive nesse conflito, em que você quer ser mais do que aquilo que te apresentam. Mais do que ter uma família com um pai, uma mãe, filhinhos, cachorro, uma família de comercial de margarina. Mesmo sem ainda entender o que é isso. E havia uma cobrança da família para eu me relacionar com as meninas que convivam com a gente. Eu era criança com uma família grande, com vários primos e primas, e era tão grande essa cobrança em cima daquilo que dizem que você precisa ser homem, você precisa ser macho, e essa cobrança é tanta, que a minha cabeça ficava confusa com a questão da sexualidade, mas que você começa a descobrir, às vezes, que você tem uma atração por um primo e não pela prima. Mas então eu saio do Rio Grande do Sul e venho para o Paraná, me perguntando: "o que eu vou conhecer? O que eu vou ver? O que eu vou nesse outro estado? E aí eu venho para Campo Mourão". Continuei os estudos aqui, conforme eu já disse, e ao mesmo tempo eu fiz parte de uma sociedade chamada CTG, Centro de Tradições Gaúchas, onde eu era dançarino, lá eu conseguia me realizar, porque eu dançava modéstia à parte, muito bem. E eu começo a participar de bailes e neles as meninas faziam fila para dançar comigo, porque eu dançava muito bem. Para essa sociedade, eu era um exímio dançarino, um bom partido, e todas queriam dançar comigo. Mas era onde eu me liberava, me libertava, de certa forma, na dança. Só que continuava dentro de uma sociedade machista, preconceituosa e tudo mais. Se hoje ainda é, imagina 40 anos atrás. Na época o meu irmão se casou, minhas irmãs namoravam. E eu nada. Então comecei a namorar mulheres. Ao mesmo tempo em que fiquei a primeira vez com um rapaz, com um primo. E gostei. Só que ninguém podia saber disso. Eu dançava, ia para o carnaval, onde tivesse música, dança, lá estava eu. E as mulheres se apaixonavam, elas queriam dançar, queriam me namorar, queriam me beijar. E era uma luta sempre. Mas também, eu sempre gostei muito de crianças. Sempre fui encantado por crianças, e eu queria ser pai. Era o meu sonho. Mas qual era o método ou a forma de ser pai naquela época? Se casando e tendo filhos. Então eu vivi dentro do armário. Apesar disso, eu tenho muito orgulho da minha vida, eu sempre fui um bom pai. Um excelente pai. Mesmo trabalhando até tarde da noite todos os dias. O que eu descobri depois, na terapia, que era uma forma de fugir de casa. Mas ainda assim, eu aproveitava e dava atenção às minhas filhas, que são uma bênção na minha vida até hoje. E agora eu sou avô. Consegui realizar o meu sonho de ser pai e hoje eu realizo o meu sonho de ser avô. Mas chegou um tempo que essa pessoa que vivia dentro do armário, saiu. Eu pensava que isso era um pecado terrível. Que eu seria julgado, condenado. Eu sou católico, e eu vivia dentro da igreja. Eu era considerado um pecador, e isso me

machucava muito, porque eu não queria, eu não aceitava. Eu acho que é o maior problema de todos nós, homens gays, pessoas trans e etc. A coisa mais importante é você se aceitar, e eu não me aceitava. Eu ia para a igreja, ficava de joelho, fazia promessa. Nesse momento eu vou pra viajava muito, e então comecei a descobrir os prazeres da minha sexualidade, mesmo ainda casado. Eu sei que isso era uma coisa errada, não estou falando da minha sexualidade, eu estou falando do meu casamento. Mas não me culpo por isso, porque eu era um ignorante sobre isso. Eu não conseguia entender as coisas. Então, com o passar do tempo, eu comecei a pensar diferente e começar a entender o que eu era para além disso, de um casamento, de uma sociedade, das pré-determinações e convicções. Eu sofri muito. Porque eu acho que hoje os jovens, eles conseguem se libertar antes, ele consegue dizer o que gostam, o que ele querem ser. Me arrependo dessa trajetória? Não. Porque o resultado disso, para mim hoje é gratificante, que são as minhas filhas, mas me arrependo da forma que aconteceu. Talvez poderia ter feito diferente. Mas não adianta a gente tentar mudar o passado, porque ele já foi, ele já aconteceu. Temos que viver o presente, e quando você vive esse presente, precisa tomar como concepções aquilo que te faz feliz. Então, quando eu me separei da minha esposa, foi principalmente porque houve uma traição minha para com ela, e eu entendo que ela quisesse se separar, que ela fosse tentar viver outra vida com outra pessoa, descobrisse outra pessoa, e ela fosse feliz. Eu demorei um tempo para assimilar tudo isso, porque foram 19 anos de casamento, de convivência, que eu não consegui simplesmente esquecer tudo de um dia para o outro, não é porque eu me assumi como homem gay que iria deixar tudo para trás. Existia uma questão de amor, um afeto, uma questão de responsabilidade que eu não iria jogar pela janela. E eu tive uma grata surpresa ao me assumir, porque minha família próxima, meu pai, minha mãe, minhas filhas, meus irmãos, me acolheram. Então, eu descobri que eu passei um período longo da minha vida com uma culpa, um sofrimento, que poderia ter simplesmente não sido dessa forma. Poderia ter sido diferente. Eu fui acolhido. Muito embora as pessoas apontem o dedo, nunca eu fui ofendido diretamente por essa questão. Eu sempre fui uma pessoa que tentei fazer o bem, tentei ajudar, trabalhava um monte, fazia várias coisas que me eram agradáveis.

Thiago: E como a política entrou na sua vida?

Evaldo: Uma das coisas que eu sempre gostei, mesmo enquanto eu estava casado, era a política. Achava muito interessante a política, mas eu não entendia coisa nenhuma. E eu era

casado com uma pessoa que falava que se eu virasse político, a gente se separaria. Mas eu gostava dessa questão de liderança e tudo mais. E no final de 2013, começo de 2014, eu fui convidado a participar de um encontro político do PSOL de Campo Morão. Eu participei de algumas reuniões e me apaixonei por política também. Isso fez parte do meu crescimento como ser humano, homem gay, uma pessoa que vive em sociedade, uma pessoa que defende a democracia. Eu me realizei quando eu aceitei ser quem eu sou, mesmo com as minhas dificuldades, com aquilo que eu passei, com o que eu estou passando e com o que eu vou passar. Apesar de tudo eu me sinto uma pessoa muito realizada, muito feliz, porque eu tive pessoas que me apoiaram como família, como gay e como político. Eu costumo falar para o meu psicólogo, eu me acho muito. E eu penso que eu posso me achar porque, era uma pessoa que aos 15 anos estudava no Colégio Estadual, sentava na última carteira, não levantava nem para sair para o intervalo, e de repente, aos meus 36 anos, mais ou menos, 38, eu fui parar num programa de televisão, num debate político com Tauído Tezelli, Nelson Turek e Regina Dubai. Minha perna tremia que parecia que ia fazer um barulho no tablado. Mas eu tava lá, e defendendo as minhas ideias, meus projetos. E a partir disso eu comecei a deixar de me achar o coitadinho, a pessoa que não consegue. Mas então eu descubro uma doença, uma distrofia, herdada de minha mãe, que me limita, que hoje me faz ter dificuldades. Mas a minha bandeira continua firme, no propósito de um país mais socialista, um país mais justo, lutando por uma educação que está muito distante daquilo que tem que realmente ser. E eu gosto de pessoas que vão para o embate, que não têm medo de enfrentar e também de acolher. Aquilo que todo mundo hoje dizem que existe, que é a direita e a esquerda, esse e aquele lado. As ideias são diferentes, mas vamos discutir, tem que ter hora de comungar, de compartilhar, de conviver, esquece-se a questão do teu pensamento, mas lembrar de que ali são dois, quatro ou quantos forem os seres humanos que participam dessa sociedade. Existe essa possibilidade? Existe. Mas até isso nós temos uma caminhada muito grande política, social, educacional, de segurança pública, de tudo isso que é a nossa vida.

Thiago: Evaldo, você comentou um pouco sobre como o CTG foi um espaço importante, no qual você se sentia bem. E depois que você sai do armário, tiveram outros espaços, outros lugares, onde você ia fazer novas amizades, que você frequentava?

Evaldo: Quando eu saí do CTG, o meu pai tinha 71 anos, foi quando eu me separei, e o meu pai tentou de todas as formas me fazer mudar de ideia sobre a separação. Até que um dia, a

minha mãe já havia falecido, ela havia tido Alzheimer, eu chamei o meu pai e disse: “desde quando eu me casei, há 19 anos, você teve que ir no centro da cidade, num baile, numa boate me buscar por eu dar trabalho? Porque eu estava bêbado, drogado, causando problemas?”. Em Campo Mourão existia o 10 de Outubro, era uma boate aonde a gente ia pra dançar. E também tinha carnaval, onde eu soltava o galinheiro inteiro, porque aquele era o momento, né? Todo mundo dançava largado, e então eu aproveitava, e era o ápice da nossa noite. Quando eu falei disso meu pai me olhou e disse que nunca havia precisado fazer isso. E eu expliquei que iria continuar sendo a mesma pessoa. Eu só separei da minha esposa já estava namorando, mas eu continuava a mesma pessoa. Eu falei que ia continuar trabalhando, cuidando das minhas filhas e cuidando dele. Porque eu amava ele, do mesmo jeito que cuidei da minha mãe porque amava ela. E eu acho que foi a coisa mais assertiva que eu fiz, porque um dia meu pai me chamou e ao meu namorado pra visitar ele, e agora já faz 14 anos que eu meu companheiro vivemos juntos aqui no mesmo terreno. Então, assim, ele era um gaúcho de 71 anos e nos recebeu muito bem. E as minhas filhas também, quando eu separei, ela disseram você eu não era o culpado, você é uma vítima das circunstâncias. Mas eu já fui em boate, em Maringá, em Londrina, em festa, carnaval de rua. Mas hoje não tem quase nada em Campo Mourão. Não existe quase nada aqui para quem quer se divertir. Aqui ainda tem o povo que confunde e fala que a gente é gay por opção. Bom, se fosse assim, a gente escolher não ser para não ser apontado na rua, não ser ameaçado, não morrer, porque ainda vivemos no país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Eu sou um homem gay, que tem um companheiro, que eu vou num restaurante, que eu vou numa festa quando tem algo. Inclusive, toda vez que tinha baile no CTG, ou jantares no CTG, me pai fazia questão de pegar o convite para nós irmos com ele. Eu acho que além da questão política e tudo mais, eu quebrei muitas barreiras em Campo Mourão. Porque imagina, uma pessoa que se separa e se assume gay e vai com um namorado, com um companheiro, com um noivo, para um baile de CTG. As pessoas me cumprimentam, conversam comigo e me tratam bem. Então, como eu disse, não foi uma opção minha de assumir a minha sexualidade, assumir-me um homem gay, mas vivemos muito bem assim. Tenho uma filha que é lésbica também. E um sobrinho. E somos pessoas maravilhosas. Nós somos pessoas sensíveis, pessoas educadas, que deixam marcas. E eu acho que a diversão hoje, você tem que buscar ou tem que inventar, porque não existe por aqui. Principalmente por ainda existirem muitos rótulos. Hoje você não vai numa festa mais que você vê as pessoas dançando. E é tão bom dançar. Mas nas festas de hoje, as pessoas dançam ali um pouquinho e bebem e só usam droga. Eu sou muito careta nesse sentido. Eu morria de

medo de usar lança-perfume no carnaval. Então eu acho que eu mudei muita coisa, mas como eu disse, são escolhas minhas. Eu não vou julgar quem escolheu ser diferente. Ser diferente na forma de se mostrar nessa sociedade. Acho que tem inúmeras pessoas que são exemplos disso, na política temos a Érika Hilton, na música, tem vários, como Lulu Santos e a Daniela Mercury. Hoje existe uma liberdade. E eu acredito que a tua liberdade vai até onde começa a do próximo. É um chavão, mas é uma verdade. Acho que a gente veio nesse mundo para tentar ser feliz. Alguns conseguem outros não. Mas se a gente puder dar uma mãozinha pra ajudar alguém a ser feliz, estamos aí.

CAPÍTULO 3: PUBLICIZANDO TRAJETÓRIAS DE VIDAS LGBTQIA+

As histórias de vida das pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão revelam percursos marcados por resistências, afetos e enfrentamentos cotidianos diante de contextos sociais e políticos muitas vezes hostis. Narrar essas trajetórias é reconhecer a pluralidade de experiências que escapam às versões hegemônicas da história local, dando visibilidade a memórias que foram silenciadas ou marginalizadas. Por meio das narrativas orais, é possível compreender como identidades são construídas e ressignificadas ao longo do tempo, entrelaçando dimensões pessoais, coletivas e políticas.

Este capítulo busca, portanto, valorizar essas vozes, destacando tanto as dores impostas pela LGBTQIAfobia quanto as estratégias de sobrevivência, solidariedade que marcam as trajetórias LGBTQIA+, passando por temas e elementos que constituem essas identidades.

3.1 Memória e identidade LGBTQIA+

Os objetos de estudo dessa pesquisa são tanto a identidade como a memória de pessoas LGBTQIA+, além da relação entre esses distintos elementos e como esses sujeitos os constroem. De acordo com Joel Candau:

> A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (Candau, 2023, p.16).

As memórias são constituídas através da rememoração e do esquecimento, mesmo que esses dispositivos não sejam totalmente fiéis aos acontecimentos em questão, como continua Candau (2023):

> Percebemos então que, no processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si, a lembrança não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida (Candau, 2023, p. 65).

Logo, ao participarem das entrevistas, as pessoas participantes da pesquisa não realizam uma rememoração minuciosa e detalhada do passado, tendo em vista até mesmo a impossibilidade de fazê-lo, mas lembram de determinados acontecimentos que são relevantes para o seu atual momento. E esse é o que me interessa: o tempo presente. Pois, é nessa

temporalidade na qual se encontram os desafios que podem ser alvo de reflexão, e através dela, há possibilidades de atuações e de intervenções. É no presente que podemos desenvolver políticas públicas para melhorar e dignificar a vida de grupos minoritários e de pessoas marginalizadas.

Trabalhar com memórias individuais não é equivalente a ouvir as narrativas de toda a comunidade LGBTQIA+. Cada experiência é única e pode refletir ou não uma realidade maior. Como afirma Candau (2023):

> Ora, a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado (Candau, 2023, p.35).

Entretanto, a especificidade de cada narrativa individual rememorada, não significa que não existam pontos de convergência e de semelhança entre as trajetórias, e esses elementos mantêm o sentimento de comunidade, além de serem constitutivos das identidades LGBTQIA+.

Em consonância com essa discussão, ao abordar identidades lésbicas, Michele Pires Lima (2025) afirma que:

> A memória oral individual constitui como um "instrumento precioso", capaz de fazer emergir, na relação passado, presente e possibilidades de futuro, perspectivas contraditórias e multilaterais. Nesta pesquisa, a substância social da memória das ativistas lésbicas parte da tomada de palavra na reelaboração das suas vivências individuais para descortinar o cotidiano social, ou seja, das coletividades que estavam/estão inseridas. As memórias pessoais narradas, então, me guiam para conhecer os núcleos que compõe a substância das memórias das colaboradoras desta tese: as memórias das sexualidades, dos significados do gênero e da raça; as memórias dos afetos; as memórias da maternidade; as memórias do ativismo e do movimento social. Assim sendo, o ato de lembrar as memórias provocadas pela relação de colaboração e cooperação, faz com que narradoras retomem o "vínculo com passado" para abduzir a "força para formação de identidade" (Lima, 2025, p. 31).

Ao longo desta pesquisa, as trajetórias das pessoas participantes aparecem não apenas como relatos individuais, mas como narrativas atravessadas por múltiplas formas de violência, resistência, afetividade e construção de pertencimento no espaço público de Campo Mourão. Ao rememorarem suas experiências, esses sujeitos evidenciam como questões de gênero, sexualidade, raça, classe e território se entrecruzam em suas vivências cotidianas, produzindo formas distintas de existir e de disputar reconhecimento social. Mais do que apresentar

histórias de sofrimento ou superação individual, as entrevistas possibilitam compreender como essas pessoas elaboram sentidos sobre si mesmas, sobre suas relações com a cidade e sobre suas atuações políticas, revelando tensões, contradições, medos, afetos e estratégias de resistência diante de uma sociedade ainda marcada pela LGBTQIAfobia. Observar as trajetórias das pessoas participantes dessa pesquisa significa também refletir sobre as maneiras pelas quais sujeitos historicamente marginalizados constroem memórias,



reivindicam direitos e produzem formas próprias de ocupar e ressignificar o espaço público. Vamos conhecê-las?

Figura 8 – Cerimônia de abertura da I Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão. Fonte: acervo do autor.

Jessy Nicole é uma mulher negra lésbica de 28 anos de idade, psicóloga, está sempre envolvida em ações dos movimentos sociais na cidade, principalmente através do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão e dos conselhos municipais. Nos conhecemos através do Coletivo, no ano de 2023, quando decidi me aproximar e participar das ações que estavam sendo desenvolvidas. No período, o pequeno grupo tentava iniciar um movimento LGBTQIA+ organizado na cidade, com a proposta de realizar uma Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Campo Mourão, que infelizmente, não foi realizada até o atual momento em que escrevo. Assim como com as demais pessoas participantes da pesquisa, desenvolvi um carinho por Jessy, após longas reuniões de organizações de eventos, dividimos momentos de frustrações, mas também de alegrias e festividades. Antes mesmo disso, Jessy já havia se disponibilizado para colaborar com a minha pesquisa, tanto através das entrevistas, como em conversas informais sobre a comunidade que fazemos parte. O local escolhido em acordo com

Jessy foi a sala do CEDH da Unespar campus de Campo Mourão, por ter sido um local no qual ela realizou diversos atendimentos através do projeto que fez parte, chamado CEDH Acolhe, e onde dividimos reuniões e ações de militância.

Especificamente sobre as lesbianidades, Lima (2025) afirma que:

> O grau destrutivo desses discursos e práticas contra grupos que não se encaixam em normatizações produzidas pelo projeto social hegemônico implica em graves violações de direitos humanos. A subjugação e a violência contra os corpos das mulheres são mais contundentes entre aquelas localizadas no "lado oculto/obscuro" das sociedades que permanecem sob o sistema da colonialidade do gênero, do poder e da sexualidade, entre elas, as lésbicas atravessadas por diferentes marcadores sociais (Lima, 2025, p. 18-19).

Já Marla é uma mulher trans/travesti bissexual de 50 anos por quem também desenvolvi muito afeto, respeito e admiração. A primeira travesti formada na Unespar, campus de Campo Mourão, é turismóloga e atualmente minha colega no Programa de Pós-graduação em História pesquisando sobre o prato típico de sua atual cidade Janiópolis, também na região de Campo Mourão. Em um de nossos primeiros contatos, quando jamais imaginávamos que Marla iria concorrer ao PPGHP, ela já deixou claro que não aceitaria que eu "sumisse" depois da entrevista, como já tinha ocorrido com ela. Também desenvolvemos algumas ações de militância juntos, tanto dentro como fora da Unespar. Destaco aqui que Marla foi a cerimonialista da *1ª Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão,* tendo um papel de muita importância para o desenrolar do evento. O local para a entrevista foi a sala do projeto Universidade Sem Fronteiras da Unespar campus de Campo Mourão, pois, por estar desenvolvendo um projeto no período, tinha fácil acesso a sala, proporcionando a privacidade necessária para a entrevista, além da Unespar ser um espaço no qual Marla e eu realizamos nossas trocas e convivemos enquanto dois mestrandos em História Pública.

Lucas Alexandre é a pessoa participante da pesquisa que conheço há mais tempo, pois fomos colegas ingressantes na graduação em História da Unespar no ano de 2018. Lucas é um homem gay negro, ou como às vezes prefere ser chamado, uma bicha preta, reivindicando o lugar de um indivíduo atravessado por questões de gênero, sexualidade e raça. Sobre essa questão, Megg Rayara de Oliveira (2017) afirma:

> A adjetivação atribuída ao termo "preto" acena para um lugar que questiona as normas, as regras, a higienização cis heteronormatizante. Por isso, surge

> como uma possibilidade concreta para se referir aos corpos dos gays afeminados, dos viados e das bichas. Assim, adoto os termos "preta" e "preto" por identificar neles a possibilidade de discutir existências que questionam de maneira recorrente tanto a branquidade quanto a cis heteronormatividade hegemônicas. Afirmo, assim, que a bicha preta não dialoga com a biche de origem francesa e burguesa. Seus sinais estão assinalados no regime escravista. É ali que ela brota. Ao contrário da bicha branca burguesa, a bicha preta sai às ruas e desafia não apenas as normas de gênero, mas a própria polícia (Oliveira, 2017, p. 108**).**

Lucas mora em Campo Mourão desde o nascimento, e agora com 27 anos, vive em na região central, principalmente pela proximidade com a Unespar, onde ainda cursa História, porém, cresceu em uma região periférica da cidade, o Lar Paraná. Marcada historicamente pela vulnerabilidade social e pela condição periférica, a região conhecida como Larpão tornou-se alvo constante de estigmas e preconceitos por parte de parcela significativa da sociedade mourãoense, que passou a associá-la à violência e ao perigo, sobretudo nas décadas anteriores. Lucas viveu com sua avó, Dona Auria Teodoro, tios e irmãos em uma casa diversa, com muito acolhimento também para outros moradores do bairro, principalmente pessoas LGBTQIA+. Apesar de ter certa convivência com sua mãe, a grande figura materna para Lucas foi sua avó, já falecida, mas que deixou um legado de carinho, respeito, garra e luta. Ele iniciou sua carreira de militante no movimento secundarista, participando, por exemplo, das ocupações das escolas, e como estudante universitário, ajudou na formação do Centro Acadêmico de História, no qual fizemos parte de algumas gestões juntos. Desde que o conheço, o admiro por sua vontade de lutar pelos direitos humanos, principalmente dos grupos raciais e da comunidade LGBTQIA+. Fizemos a entrevista na Sala de Convivência Estudantil da Unespar.

O quarto e último participante da pesquisa foi Evaldo Bertoldi, homem gay, branco, PCD e que faz parte de uma geração diferente da minha, pois tem 57 anos, ou seja, viveu em momentos distintos, e teve que construir sua identidade em um contexto ainda mais conservador. Hoje divorciado, aposentado, pai de duas mulheres e avô, Evaldo me permitiu ouvir partes de sua história de vida, principalmente as suas atividades políticas.

Ao me inserir na vida cotidiana e de militância das pessoas participantes da pesquisa tornei possível que elas mesmas trouxessem e dividissem comigo suas demandas e necessidades. Nas entrevistas tocamos em pontos tão sensíveis, que talvez tivesse sido inviável se eu não fosse naquele momento alguém que se "provou merecer" ouvir suas narrativas. Falamos muito da importância de historiadores em "dar voz" para sujeitos

subalternizados, ao ponto de apagar o fato de que esses sujeitos já falam por si mesmos, o que precisam é que outros utilizem de seus espaços e somem na luta.

3.2 (Sobre)vivências LGBTQIA+

Mas, por onde começar a narrar trajetórias de vidas LGBTQIA+? Essa é uma questão que me apareceu desde antes mesmo das realizações das entrevistas. Muitas vezes ao trabalharmos com história oral de vida começamos pela infância, pois buscamos tanto nas narrativas alheias como nas nossas próprias, construir um sentido lógico e cronológico de começo, meio e fim, como se nossa atual condição fossem um resultado inevitável acontecimentos do passado. Entretanto, ao realizar as entrevistas, fui percebendo que as narrativas não se iniciavam temporalmente distantes e não seguiam uma linha do tempo, pois nossa memória não é constituída apenas de passado, mas sim da nossa atual realidade. Quem somos hoje, define muito o modo como vamos narrar quem fomos anteriormente. Levando isso em conta, ao realizar a textualização das narrativas das pessoas participantes da pesquisa, decidi por colocar o tema das infâncias LGBTQIA+ no início do texto, com o objetivo de melhor contextualizar quem lê a pesquisa. Acredito que ao iniciar desse modo, facilito a compreensão dos próximos eventos e temas que vão aparecer, seja de modo cronológico ou não.

A grande questão das infâncias LGBTQIA+ talvez seja a reflexão de em que momento da infância nos tornamos LGBTQIA+. Ao crescermos e observarmos nossa vida de criança, percebemos diversos momentos nos quais executamos ações diferentes daquelas esperadas. Não é raro um adulto gay lembrar de quando vestia as roupas das mulheres da casa, ou calçava o salto alto. Também não faltam histórias de lésbicas que se viam mais “brutas” do que as outras meninas, e que preferiam jogar futebol a brincar de bonecas.

Enquanto Jessy comentou em sua entrevista que se descobriu como uma mulher lésbica já na passagem da adolescência para a vida adulta, Marla rememora alguns elementos de sua infância. Ao ser perguntada sobre os desafios desse momento da vida, ela me diz:

> Eu me olhava no espelho e eu sempre me via uma menina. Minha mãe, meu pai não gostavam. Mas eu tenho fotos de quando eu tinha 10 anos que é só olhar e ver uma menina. Totalmente uma menininha. Eu não era menino. Então, assim, a minha infância foi muito sofrida, que eu digo assim, porque eu não tinha o que eu queria, eu era muito pobre.

Marla revela que desde muito nova já se via com o gênero feminino, pois performava a feminilidade, mesmo indo contrário ao que lhe era ensinado. Pela falta de acesso a um conhecimento sobre identidade de gênero e sexualidade, principalmente quando relembramos que a infância de Marla foi entre os anos 70 e 80 e percebemos que o seu maior desafio era a pobreza. Realidade essa que nos faz pensar as diferentes formas em que uma pessoa LGBTQIA+ desenvolve sua identidade. Ela continua:

> Um dia, eu lembro que meu irmão estava namorando, com uma mulher que depois foi esposa dele, casou, que tem sobrinhos meus, e ela falou assim: "qual que é seu apelido?" e eu tão inocente, disse: "ah, meu apelido é gay, lá na escola todo mundo me chama de gayzinha, esse é meu apelido". Foi quando caiu a ficha do que era a palavra gay. Então vem aquela parte de negação, não queria ser aquilo.

Sobre infância enquanto pessoa trans, a transfeminista Letícia Nascimento (2021) afirma que:

> Por um lado, como mulheres transexuais e travestis, podemos ter tido a infância roubada — ao menos muitas de nós, já que nossas realidades são diversas. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans* femininas tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino — ou feminino, no caso das infâncias trans masculinas (Nascimento, 2021. p. 14).

Megg Rayara de Oliveira (2017) complexifica ainda mais essa questão de travestis e mulheres trans na infância ao acrescentar o componente racial ao debate, trazendo sua própria experiência, a autora afirma:

> Ao ser nomeada como bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que supostamente eu viria a desempenhar. Ser bicha era um problema para quem estava próximo. Ser bicha e preta era um problema ainda maior (Oliveira, 2017, p. 107).

Podemos notar algo recorrente nas infâncias de pessoas LGBTQIA+: a falta de compreensão acerca da própria identidade. Antes mesmos de nos entendermos enquanto "diferentes", já somos taxados e ofendidos. Quando vemos homossexuais e pessoas trans sendo retratados enquanto piada, pecado ou crime, entramos em negação por não querermos ser associados a essas foras estereotipadas de representação. Essa forma de violência gera inúmeros problemas na fase tão delicada que é a infância, gerando problemas na autoestima, que não raramente resultam em evasão escolar. O que hoje chamamos de *bullying* era visto

como algo ainda mais corriqueiro, o que gerava culpabilização interna do próprio sujeito LGBTQIA+. Marla é um exemplo disso, quando me relatou que:

> A minha infância foi nesse modelo. A gente tinha que trabalhar na roça. Às vezes não tinha o que comer. Era uma coisa mais precária, difícil. Não tinha a roupa que eu queria, não tinha o calçado que eu queria. Eu acho que foi um pouco o que me levou um pouco pra prostituição. Então, aquilo que eu não tive na infância, refletia para mim quando eu virei mulher, quando eu me tornei a Marla.

As dificuldades financeiras jogam tanto pessoas LGBTQIA+ quanto àqueles que estão dentro da norma para espaços de trabalho precário, ou até mesmo à criminalidade. Mas, no caso das travestis o espaço designado é o da prostituição, deixando-as vulneráveis a todo tipo de violência. Como no caso de Marla, que saiu de casa aos 13 anos de idade. Trarei a questão da prostituição de modo mais aprofundado em um dos próximos tópicos.

Lucas traz em sua narrativa que teve o privilégio de ser uma criança viada, ou seja, um jovem que pode expressar seu gênero mais afeminado, sem sofrer retaliação dentro de casa, ele afirma:

> Eu venho de uma família LGBT. O que é um privilégio. Eu fui uma criança viada, que pegava lençol e brincava de vestido, desenhava muito, brincava de peruca e todas aquelas coisas que criança viada faz. Mas eu tive muito privilégio de ter nascido numa família LGBT em que nunca houve a possibilidade de ser expulso de casa.

Ter tido esse espaço de acolhimento proporcionou ao Lucas a possibilidade de se reconhecer enquanto homem gay logo cedo, ele continua:

> Então, quando eu me assumo com 14 anos de idade, eu me assumo muito tranquilo. Porque eu sabia que eu não ia apanhar. Sabia que eu não ia ser expulso de casa. E isso é um privilégio na comunidade LGBT, na qual vários amigos meus sofreram dentro de casa, precisaram sair de casa pra poder se assumir, precisaram esconder quem são. Até hoje eu tenho amigos que escondem quem são pra poder continuar morando com os pais e evitar o confronto. Então os pais sabem, mas ninguém não fala sobre. E comigo não, eu conversava com a minha avó sobre os boyzinhos que eu ia pegar.

Sobre a sua infância em uma família gaúcha tradicionalista, Evaldo afirma:

> As pessoas falavam: “por que você anda desse jeito? Por que você fala assim?”. E eu era uma criança que aos sete anos se perguntava: “eu falo diferente? Eu ando diferente? O que significa falar e andar assim?”. Então, são muitas questões que fazem com que você se questione, que você comece a tentar descobrir o que está acontecendo.

Jessy relata que sua autodescoberta enquanto mulher lésbica estava ligada ao descobrimento da própria identidade, dos objetivos e anseios que se relacionam com todo o seu ser. Ela traz:

> Quando eu me reconheci enquanto uma mulher lésbica, foi um processo em que eu me tornei mais consciente das minhas escolhas, do que eu queria viver e de que eu poderia escolher o que eu quisesse escolher na minha vida, profissionalmente e pessoalmente falando. Então, eu tinha liberdade, uma liberdade que para mim foi adquirida. Então, eu nunca quis abrir mão dela.

Essa liberdade tão estimada por Jessy é o alívio que pessoas LGBTQIA+ têm ao se entenderem, se aceitarem e se libertarem das amarras que um dia as prenderam.

Depois de enfrentarmos uma longa jornada (com algumas exceções) de autodescobrimento, renúncia de si mesmo, e desenvolvimento da própria identidade, nós, pessoas LGBTQIA+ enfrentamos mais um desafio: a "saída do armário". Esse é um dos momentos mais marcantes na trajetória de uma pessoa LGBTQIA+. O ato de sentar-se frente a frente com familiares e amigos e declarar quem somos exige muita coragem.

Para pessoas cis heterossexuais, a sua orientação sexual e identidade de gênero é só mais um aspecto da identidade, diferente de pessoas dissidentes dessa normalidade. Muitas vezes a construção da identidade LGBTQIA+ na passagem da infância para a juventude acontece de forma violência e opressiva, principalmente com pessoas negras e afeminadas, como afirma Megg Rayara de Oliveira (2017):

> Parte do problema estava associada à falta de referências positivas a respeito de existências negras e LGBTs e de existências negras LGBTs. Naquela época, eu ainda não sabia como me definir socialmente, embora tivesse certeza de que eu não era uma pessoa cisgênera heterossexual. A referência mais próxima e mais recorrente que chegava até meus ouvidos me informava que eu era viado, bicha, mariquinha, mulherzinha, sempre de maneira depreciativa (Oliveira, 2017, p. 24).

Atualmente, pessoas LGBTQIA+ reivindicam o direito de não precisarem "sair do armário", em uma tentativa de evitar esse momento tenso, que pode resultar em traumas e violências, principalmente no âmbito familiar. Por crescermos em uma sociedade cristã ocidental e patriarcal, é esperado de nós que reproduzamos o modelo tradicional de família.

A família é uma instituição histórica que serve para a manutenção de uma determinada ideia de normalidade, como afirma João Paulo Gomes Junior (2021):

> A configuração familiar elaborada no início do período republicano - uma instituição de controle baseada na preservação da honra, da moral, da sexualidade "normal" e dos comportamentos "saudáveis" capazes de colaborar com a construção da nação - foi um empreendimento levado a cabo por médicos, juristas e pedagogos dedicados a regularizar os afetos, o cotidiano, as condutas e a vida privada das pessoas (Junior, 2021, p.74).

Portanto, ao reproduzir os discursos de outras instituições como a medicina e o direito, a família almeja se limitar a um modelo visto como tradicional, questionando e recusando as outras formas de família, ou, expulsando os membros desta que não se encaixam nos moldes historicamente construídos.

Ao realizar as entrevistas, eu já esperava que as pessoas participantes da pesquisa trouxessem o tema da família, tão relevante para pessoas LGBTQIA+. Jessy, ao falar da sua "saída do armário" já no início da vida adulta, traz que:

> Eu tinha essa liberdade para eu falar com os amigos, uma amiga em específico foi a minha rede de apoio. Então, os meus amigos foram as pessoas, pontuais, dessa fase que eu tive. E com a minha família foi um caminho mais difícil a percorrer, de ter essa abertura. Até hoje é uma questão difícil. Tanto que o meu pai só ficou sabendo, por que a sua enteada falou para ele, não foi o momento em que eu saí do armário, me tiraram do armário para ele. Hoje ele é uma pessoa que se tornou mais aberta. É um cara super cabeça aberta, mesmo sendo de uma geração diferente. Mas foi um processo difícil, apesar de não tão difícil como foi o de outras pessoas.

Jessy continua:

> Quando eu me reconheci enquanto uma mulher lésbica, foi um processo em que eu tive as minhas primeiras experiências e na sequência eu já comecei a namorar. Eu nunca quis fazer nada escondido, então eu comecei a falar para algumas pessoas. E essas pessoas, com quem eu tinha um contato maior e uma abertura maior para poder falar sobre minha vida, eram os meus amigos.

Percebemos que para Jessy, os seus amigos foram sua rede de apoio, tão necessária para pessoas LGBTQIA+ nesse momento de delicadeza. Ao se assumir como alguém fora da normalidade tradicional, nos tornamos vulneráveis a julgamentos, o que gera um grande medo, tanto da rejeição, como da violência. A rede de apoio a qual Jessy faz referência, são aquelas pessoas com quem se pode contar em momento de necessidade, principalmente psicológicas. Em uma sociedade que valoriza o individualismo e nos afasta cada vez mais, a saúde mental é tratada simplesmente como uma doença que deve ser tratada através de uso de medicamentos, ignorando os elementos sociais que geram a crise de saúde mental que nos encontramos. No caso de pessoas LGBTQIA+, o bullying na escola, o abandono familiar,

questões de autoestima, entre outros fatores, nos tornam ainda mais vulneráveis ao adoecimento mental.

Sobre a passagem pela escola, Megg Rayara de Oliveira (2017) traz sua própria experiência enquanto criança LGBTQIA+ afeminada, e afirma:

> Meu jeito abichalhado exigia uma vigilância constante, contribuindo para que eu controlasse meu jeito de andar e de correr, a maneira de gesticular mãos e braços e o modo como balançava a cabeça e mexia nos cabelos. Eu também tentava controlar meu jeito de falar e o tom da minha voz na expectativa de ser o menos visível. Do fundo da sala de aula, da última carteira, eu observava atentamente tudo o que acontecia na sala e adotava posturas que pareciam atender às expectativas dos/as professores/as. Nos momentos em que o riso era autorizado, eu ria. Nos momentos em que o silêncio era exigido, eu me calava. Assim meu boletim, a materialização de uma encenação constante, era a prova de que o ajustamento proposto pela escola estava funcionando. A escola, aparentemente, podia controlar meu corpo, mas não podia controlar meus segredos e aquele anjo higienizado por obra de um processo disciplinar não era real. Era uma personagem que eu interpretava cotidianamente e que me garantia certo sossego e invisibilidade, já que eu conseguia convencer a todos que estava internalizando suas imposições (Oliveira, 2017, p. 22).

Assim, podemos compreender que os espaços nos quais frequentamos influenciam na construção de nossas identidades, pois, nos limitam, controlam, e dizem o que é permitido e o que não é. Essa relação de gestão dos corpos e das sexualidades na infância vão além do espaço público da escola, e também está presente no ambiente familiar, como Evaldo afirma:

> Eu venho de uma família do Rio Grande do Sul, uma família tradicional, com uma cultura muito tradicionalista, com conceitos, preceitos e preconceitos. Só que como toda criança LGBT, desde a minha infância eu era diferente, mesmo sem saber. Para os tios, os parentes, o pessoal da escola também, eu era diferente aos olhos deles.

Já Lucas fala bastante sobre a diversidade presente em sua família, dando foco no acolhimento feito por sua avó, Dona Auria. Ele afirma:

> O meu tio também foi uma criança viada. Não teve como esconder quem a gente era. E a minha avó sempre aceitou muito bem, sempre com medo. A minha mãe se assumiu muito cedo. Meu tio se assumiu com 14 anos. A minha tia, Beatriz, ela vivia brigando com a minha mãe sobre esse assunto. E depois também se assumiu uma mulher sapatão. Está até hoje casada com uma mulher. Minha mãe teve seus três filhos, mas ela sempre se relacionou afetivamente com mulheres, com homens era muito ocasionalmente. E ela se considera uma mulher sapatão também.

Uma família da periferia comandada por uma mulher negra é reflexo de grande parte das famílias brasileiras. Diferentemente do que um discurso conservador diz sobre as famílias tradicionais, com pai, mãe e filhos. Percebemos que na realidade isso é diferente, que assim como Lucas, inúmeros jovens brasileiros não tiveram a presença paterna na sua vida, e vêm de famílias comandadas por mulheres e que cerca de 11,053 milhões de famílias de chefia feminina com filhos e sem cônjuge, 62% são chefiadas por negras, cerca de 6,8 milhões de domicílios[11].

Ao falar que seu processo de saída do armário para a família "não foi tão difícil como foi o de outras pessoas", Jessy nos remete aos inúmeros casos de pessoas LGBTQIA+ que são humilhadas, expulsas, agredidas e até assassinadas por seus pais, por não aceitarem a sua identidade. Marla também reconhece esse "privilégio" ao relatar que não foi expulsa e nunca foi agredida fisicamente em casa, e que apesar de ter saído da moradia dos seus pais aos 13 anos, conseguiu construir um laço com acolhimento e afeto, ela diz:

> Eu sou uma pessoa muito privilegiada por ter uma família que me entende, que me acolhe, mesmo com alguns altos e baixos, mas a minha família nunca virou as costas para mim. A minha mãe foi a maior incentivadora da minha vida. Ela era o meu ponto forte, ela era o meu ponto seguro. Porque a mãe nunca largou da minha mão.

Apesar de falar que seus pais não gostavam quando se vestia em roupas femininas na infância, ela me trouxe toda uma carga emocional ao falar sobre seus pais. Marla morou na Europa por alguns anos e ao falar sobre seu retorno ao Brasil, relata:

> O período mais triste foi depois que eu voltei da Europa, porque passados alguns meses eu perdi a minha mãe. Uma das coisas que me lembro foi quando eu cheguei no Brasil, tive um reencontro com a minha mãe. E foi muito bom estar de volta para casa, saber que ela estava ali me esperando, ela nunca tinha perdido a esperança. Mas logo depois eu perdi ela e hoje eu estou com meu pai.

Assim, muito do que na juventude pode ter afastado Marla de seus pais, o passar do tempo e o acolhimento da família fez com que no momento da entrevista ela se emocionasse ao falar da perda de sua mãe e das saudades que sente. Mas, como toda família, também houve conflitos, Marla traz:

[11] A cada 10 mulheres chefes de família no Brasil, 6 são negras. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-6-sao-negras/#:~:text=Dos%2011%2C053%20milhões%20de,na%20seção%20=igualdades%20desta%20semana.

> A *Marla* mesmo, nasceu muitos anos atrás. Mas oficialmente, eu só pude oficializar a *Marla* no papel, na documentação, após a morte da minha mãe. A minha mãe era a minha defensora. Ela era meu tudo. A única coisa que ela pedia é que eu não fizesse alteração de nome. No dizer dela, eu estaria negando a identidade que ela me deu. Ela dizia que o meu nome era o presente dela para mim. Só que eu dizia a todo o momento: "mas mamãe, esse não é meu nome, eu não gosto, não me condiz comigo". Ela dizia: "não, mas enquanto eu estiver viva, não faça isso".

Alguns podem simplificar a relação de Marla com sua mãe, ignorando a trajetória de sua mãe, que teve determinada formação cultural e moral, ao ponto de, mesmo sem intenção de machucar a filha, realizar uma violência (não respeitar a escolha de seu nome). Entretanto, Marla ressaltou a importância que o apoio de sua mãe foi para a sua vida. Os laços afetivos vão muito além de conflitos, e não podemos por a expectativa de que apenas uma relação familiar sem problemas seja válida.

A experiência de Evaldo traz outra complexidade ao tema da família, que é a religião. A religião muitas vezes não é escolhida por nós, mas herdada, não posso deixar de comentar que quando esse assunto aparecia nas entrevistas, me afetava demais, por ter sido um jovem LGBTQIA+ criado em lar evangélico e vivenciado os desafios e problemas que isso pode gerar.

Sobre a sua sexualidade e sua fé, Evaldo afirma:

> Eu pensava que isso era um pecado terrível. Que eu seria julgado, condenado. Eu sou católico, e eu vivia dentro da igreja. Eu era considerado um pecador, e isso me machucava muito, porque eu não queria, eu não aceitava. Eu acho que é o maior problema de todos nós, homens gays, pessoas trans e etc. A coisa mais importante é você se aceitar, e eu não me aceitava. Eu ia para a igreja, ficava de joelho, fazia promessa.

Apesar desse posicionamento mais conservador durante sua infância e adolescência, a família de Evaldo o acolheu, quando, após 19 anos de casamento e duas filhas, ele decide finalmente se assumir enquanto homem gay. Ele afirma:

> E eu tive uma grata surpresa ao me assumir, porque minha família próxima, meu pai, minha mãe, minhas filhas, meus irmãos, me acolheram. Então, eu descobri que eu passei um período longo da minha vida com uma culpa, um sofrimento, que poderia ter simplesmente não sido dessa forma. Poderia ter sido diferente. Eu fui acolhido.

Jessy também vem de família católica, e ao falar sobre a religiosidade na relação familiar, principalmente com sua mãe, narra:

> A minha mãe é uma pessoa que é uma mulher nova, mas sempre foi muito católica, muito conservadora em vários sentidos, pelo ambiente em que ela estava inserida. Então, ela foi uma pessoa muito difícil, por um bom tempo. E aí vários questionamentos, várias coisas que eram ditas e que acabavam virando um racha nas relações, por ela não compreender o que de fato era diferente aos olhos dela. Então foi a pessoa da minha família, que, mesmo sendo uma pessoa mais aberta em relação a outras religiões, a que mais fechou a cabeça pra essa parte. Ela demorou muito para entender que tudo bem as pessoas serem diferentes, tudo bem o homem ser gay, e a mulher ser lésbica, tudo bem as pessoas gostarem de quem elas quiserem gostar.

A angústia em ter a relação familiar afetada pela religião afeta grande parte das pessoas LGBTQIA+ em um país majoritariamente cristão e conservador como o Brasil, apesar dos casos mais graves virem de sujeitos fundamentalistas, que muitas vezes se quer compreendem como o seu discurso conservador e suas atitudes podem afetar a vida de seus filhos, irmãos e parentes próximos.

Sobre a própria religiosidade, Jessy comenta:

> De alguma forma, ainda me considero uma pessoa católica, mas não praticante. E estou em um processo de migrar para uma outra religião. Que no caso é a Umbanda. Mas nunca gostei de vir ficar presa a uma religião. Gosto, conheço algumas de maneira mais intensa por pesquisar, por me interessar. Mas, em questão, eu ser uma mulher lésbica, nunca foi um dilema no sentido assim, de eu achar que, o que eu e o que eu estava vivendo, era um pecado, um erro. Nunca, porque eu comecei já desde pequena questionar muitas coisas também.

Como várias pessoas LGBTQIA+, Jessy se sente acolhida em religiões de matriz afro-brasileira, que diferem de algumas denominações cristãs, que são muito vinculadas à normatividade colonial que nos foi imposta historicamente.

Lucas passou por alguns desafios relacionados à religião e sexualidade, como afirma:

> Eu já me entendia e tinha alguns problemas com relação à minha própria sexualidade por conta da igreja. Eu fui sete anos da Igreja Adventista, então quando eu chego na adolescência e me livro disso... Lidar internamente com isso foi um problema. Mesmo sendo acolhido na minha casa, lidar com isso internamente, foi muito difícil, porque era contra o que a religião prega. Eu me sentia sujo, eu achava que eu era errado, eu não conseguia sentir prazer com quem eu era, não conseguia me sentir livre com quem eu era.

Podemos perceber que para Lucas, assim como para grande parte dos jovens LGBTQIA+, se descobrir enquanto sujeito dissidente da norma pregada pela igreja pode ser muito violento. Não há como calcular os impactos que se tornar aquilo que aprendemos (me

incluo por ter passado por situação semelhante na igreja) que era pecado, mas isso afeta diretamente nossa autoestima, nosso relacionamento consigo mesmo, além das violências que podemos sofrer de outros membros das igrejas.

Sobre o tema da religião e sexualidade no Brasil, Lima (2025) afirma:

> Multifacetado, as sexualidades não-heterossexuais, em especial as lésbicas, também estiveram sob a mira do pecado que deveria ser condenado. As religiões judaico-cristãs de posicionamento conservador criaram mecanismos de controle de sujeitos que fugiam à ordem natural da sexualidade, se ancorando em um livro sagrado e em passagens especificas para criar medo, receio e humilhação às mulheres que amavam outras mulheres, e aos homens de mesma orientação afetivo-sexual. Os Regimentos Internos do Santo Ofício, no período colonial, foram produzidos pelo clero católico baseado em preconceitos formados por passagens inerentes à "sagrada escritura", que confirmavam a abominação dos homens que se deitam com outro homem como se fosse mulher, dimensão interpretativa estendida também para as mulheres (Lima, 2025, p. 81).

O discurso de abdicar da sexualidade em prol de uma vida sem pecados, não é exclusivo para com as pessoas LGBTQIA+, mas faz com que muitas reprimam as próprias vontades, gerando um receio em se envolver na própria sexualidade e entender o corpo e seus prazeres.

Outra questão trazida pelas pessoas entrevistadas foi o tema do mercado de trabalho. Quando pensamos em trabalho para as pessoas LGBTQIA+ temos que fazer uma série de recortes de modo interseccional, um gay branco de classe média tem as mesmas dificuldades que uma travesti negra para conseguir emprego? Quais parcelas da população estão sendo designadas para exercer os trabalhos mais precarizados? Quem são as pessoas que estão conseguindo acesso a uma educação formal de qualidade? E ao ensino superior?

Pensando nisso, não é possível dissociar essa discussão da questão da prostituição, que, para muitas pessoas trans e travestis, constitui uma das poucas alternativas de sobrevivência. Essa realidade atinge, sobretudo, aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, que enfrentam barreiras estruturais de acesso ao mercado formal de trabalho em razão da transfobia. Diante da exclusão social, da falta de oportunidades e da necessidade de garantir a própria subsistência, muitas acabam recorrendo ao trabalho sexual como estratégia de sobrevivência, e não como uma escolha realizada em condições de igualdade de oportunidades. Não pretendo ser moralista ou puritano ao falar da prostituição, pois é uma forma de vender a mão de obra como qualquer outra. Entretanto, é uma forma precarizada e

marginalizada, tanto para mulheres cis como trans e travestis. Tomo como base a reflexão de Nascimento (2021):

> A questão da prostituição não é analisada sob um prisma moral, pois é entendida como um emprego legítimo que deveria ser salvaguardado pelas leis trabalhistas. A grande questão é que, para muitas, essa é a única opção de trabalho, já que os empregos formais excluem travestis e transexuais não apenas por conta da transfobia estrutural, mas também pelo fato de elas não terem componentes mínimos exigidos em muitos empregos, tais como o ensino médio completo. Ou seja, a vulnerabilização de classe é um componente importante que empurra travestis e transexuais para um aniquilamento social anterior ao extermínio físico (Nascimento, 2021, p.111-112).

Como brevemente relatado anteriormente, Marla entrou para a vida de prostituição muito jovem, e com um anseio por conseguir conquistar sua estabilidade financeira, comprar suas roupas. Ela afirma:

> Eu tive meus trabalhos formais, enquanto eu estava estudando. Mas quando eu fui para a prostituição, queria andar bonita, bem-vestida. Eu andava de salto, cabelo grande. Eu sempre tive cabelo grande. Eu andava só no salto, maquiada. E eu andava sempre bem-vestida.

Marla também aborda um momento de virada em sua trajetória que foi graças a um curso de capacitação realizado em Curitiba pelo Estado do Paraná no período. Ela afirma:

> E em uma viagem que fiz a Maringá, eu conheci um pessoal de uma ONG. Nessa época, estava acontecendo uma capacitação. Hoje se usa outras palavras, mas na época era capacitação. E as pessoas dessa ONG, que realizavam uma capacitação só para mulheres travestis do estado do Paraná, na época eram conhecidas como um grupo focal, a gente iria atuar na região. Como se fosse uma referência. E eu fui pra esse evento. Fiquei durante uma semana em Curitiba, especificamente em São José, hospedada em um resort. Então para quem sai de um cenário da prostituição, da rua, e de repente você se encontra num cenário de um resort, fazendo uma capacitação financiada pelo estado do Paraná.

Graças a essa formação, Marla começou a atuar com ONGs que realizavam atendimentos a pessoas com HIV/Aids. Anos depois, conseguiu um emprego com a secretária de Saúde de Campo Mourão, Ana Lúcia, atuando em projetos de acolhimento e apoio a pessoas com ISTs. Ela então comenta sobre a passagem das ruas para um trabalho com melhores condições:

> Nesse período eu já estava saindo de dia, era atrevida, não queria saber, já não fazia mais prostituição, que era um dos pontos que a Ana Lúcia falava pra mim, ela falava: “não, hoje você não precisa mais estar numa esquina,

> hoje você agora é uma trabalhadora, você hoje tem uma carteira assinada, você não precisa mais estar exposta, você agora é uma figura conhecida".

O trabalho realizado por Marla é recordado por ela com grande carinho, pois se via como uma mulher respeitada pelos colegas, conhecidos e pacientes, depois de tantos anos sendo desrespeitada por uma sociedade que queria que ela permanecesse na prostituição. Ela afirma que:

> Então, chegou um momento que as pessoas me viam como referência. As pessoas que eram nossos pacientes chegavam no 24 Horas e não sabiam falar "Ana Lúcia", eles falavam, "chama a Marla". E como eu morava perto do 24 Horas, o pessoal me chamava, final de semana, sábado, domingo, feriado. Quando era paciente novo também, quando chegava alguém que fazia os testes rápidos e dava positivo. E elas não sabiam como proceder, então elas falavam para me buscar. Então, eu ia receber esse paciente, seja lá na UPA, ou seja na Santa Casa, ou seja no Pronto-Socorro. Acolhi vários em sua primeira sorologia. Eu falava que não era um bicho de sete cabeças, que nós tínhamos o tratamento. Então, eu tinha isso, eu conseguia fazer essa conversa com esse paciente e dizer para eles que não estavam sozinhos. Nós estávamos ali também. Mesmo que a gente fosse funcionário, mas estávamos lá para ajudar.

Entretanto, após uma série de acontecimentos em seu trabalho na secretaria da saúde que geraram desavenças entre Marla e Ana Lúcia, Marla se viu novamente frente à prostituição:

> Eu saí dali arrasada, chorando, eu fiquei super arrasada, gritei para todos os ventos que a mesma pessoa que tinha me tirado da prostituição, ela tinha me devolvido para as ruas. E foi o que aconteceu. Passado dois meses, ou nem isso, porque perdi o meu chão. Até aquele momento eu sabia me prostituir, claro que não é uma coisa que eu tinha esquecido, mas não era uma coisa que eu queria revisitar de novo. E para trabalho, eu também fiquei preguiçosa, não sei o que aconteceu, na verdade eu fiquei desiludida, porque o lugar onde eu queria estar, era lá dentro da saúde.

Marla então retornou para a prostituição, indo para a Europa a convite de uma amiga, onde passou por momentos ruins, chegando a ficar à beira da morte. Ela narra:

> E chegou um momento em que eu, com uma conversa com outra amiga de Londrina, outra travesti, que me disse: "Marla, larga de ser besta, eu estou indo para a Europa, vamos comigo". Foi uma coisa tão de repente, mas decidi ir. Fui para a Europa, abandonei tudo, estive na Europa, passei um tempo por lá, tive um acidente, fiquei mal, e quase morri, fui à beira da morte. Minha família sofreu muito, porque eu estava do outro lado do oceano, com as minhas 3% de chance de vida. Mas estou aqui, vivi, sobrevivi, até os médicos tinham se desenganado, achando que eu não iria sobreviver. Pediram para que a minha família fosse até a Espanha, para desligarem os aparelhos. Enfim, passei por tudo isso na minha vida, e essas marcas que eu tenho hoje, elas mostram isso, por isso que eu falo que às vezes as minhas marcas são marcas de resistência.

Após retornar ao Brasil e passar pelo luto pela perda e sua mãe, como narrado anteriormente nesse capítulo, Marla decidiu mudar de vida: “Decidi prestar um vestibular. Prestei o vestibular, passei, e entrei na faculdade, a partir disso são as histórias que todo mundo já conhece. Mas foi triste, eu falo que foi uma trajetória que teve seus altos e baixos”. A oportunidade de cursar o ensino superior não está disponível para todas as pessoas LGBTQIA+, principalmente pessoas trans, travestis e pessoas negras. Felizmente, as cotas possibilitam a ampliação do acesso de populações vulneráveis às universidades. As cotas raciais já estão estabelecidas faz há anos, e já é comprovada sua eficácia para a redução de desigualdade, mas, apenas poucas instituições possuem cotas para pessoas trans e travestis.

Jessy é psicóloga, e grande parte das experiências profissionais são relacionadas a área. Hoje trabalha com atendimentos voltados às questões sociais, e seu interesse surgiu ainda na graduação, como afirma:

> O momento do estágio é um momento de muita prática. Então é aquele momento que assim, ou é “é isso que eu quero fazer” ou tipo “ah realmente não dá”. E para mim foi um momento decisivo e de permanência, de ver que era aquilo que eu queria. É e aí foi um momento que eu comecei a gostar mais da clínica, que é a minha área de atuação hoje, gostar da área social, que também é uma área que eu atuo e eu comecei a entender que é tudo aquilo fazia sentido e era um curso que eu realmente me via atuando profissionalmente.

Esse interesse em trabalhar na área social só aumentou com o passar do tempo, e está relacionado aos movimentos políticos que Jessy faz, sendo uma mulher negra que acredita no trabalho enquanto psicóloga para com os movimentos sociais. Ela afirma:

> Eu já eu saí da graduação com a possibilidade de ter minha carteira profissional, então eu já poderia atuar na área que eu quisesse, tendo a oportunidade de emprego que eu poderia atuar. E eu comecei a atuar na clínica, a realizar um atendimento ou outro, que era uma área que eu gostava, e tive uma boa experiência durante a graduação, só que eu queria outras coisas, porque para mim a Psicologia sempre foi muito além do espaço físico, da clínica, uma coisa muito quadrada, sempre foi muito além, por isso que eu gosto bastante da área social.

Já Lucas ainda não concluiu a formação em História, entretanto já passou algumas vezes pelo mercado formal de trabalho, o que mudou com a sua entrada na universidade, onde viu a possibilidade de acesso às bolsas que são disponibilizadas no mais variados programas e projetos da instituição, o que é claro, também é uma forma de trabalho, como ele traz:

> Eu ingressei na universidade em 2018, no curso de História. Na época eu trabalhava na JBS. E é sempre muito difícil estar nesse lugar do mercado de trabalho, porque a militância não alimenta. Militância é por puro compromisso político. E na JBS é muito legal porque a quantidade de mulheres lésbicas naquela JBS, rapaz. É louco. Mulher e sapatão para todo lado. Lembro que em agosto de 2018, abiu o processo de edital do PIBID e então eu saí do mercado formal de trabalho e virei bolsista e continuo atuando como bolsista dentro da universidade até hoje.

Um dos desafios para Lucas sempre foi conseguir se manter e ajudar em casa, ao mesmo tempo em que se dedica tanto aos movimentos sociais, o que se tornou viável quando começou a exercer sua militância em confluência com as atividades universitárias. Além dos desafios citados acima, as violências estão presentes em suas diversas formas durante grande parte da vida de uma pessoa LGBTQIA+. Seja através da autoculpabilização resultante de uma sociedade moralista na qual desde crianças somos ensinados que alguns modos de existir são errados, até as formas mais brutais de LGBTQIAfobia. O foco das entrevistas não foi à violência, principalmente por acreditar que não podemos resumir nossas existências a uma característica que nos coloca em uma posição de fragilidade. Marla trouxe essa mesma perspectiva em sua narrativa, quando afirmou que:

> Eu acredito que às vezes você não pode dar essa brecha. Por isso que temos que ter certa postura, demonstrar força, por mais que quando eu chegue à minha casa, coloque minha cabeça no travesseiro, eu pense que não sou forte e chore. Mas pra eles eu nunca mais vou mostrar essa minha fragilidade. Jamais, em toda a minha vida, você nunca vai me ver chorar. Talvez, como agora, relembrando algumas umas coisas. Mas jamais você vai me ver chorando porque alguém gritou comigo, alguém me chamou de travesti, de viadinho, jamais. Eu posso chorar, mas lá na minha casa. Porque eu não posso mostrar fragilidade pra eles. Eu não posso mostrar que eu sou uma pessoa frágil. A vida me ensinou isso. São 50 anos. Nesse decorrer de 50 anos, a gente aprende que água mole, pedra dura, pode bater o quanto for, mas aqui não vai furar, querido, aqui não. Eu estou calejada.

Assim, vemos que ela, sendo uma mulher travesti que cresceu em um momento ainda mais conservador do que os dias atuais, não vê possibilidade de demonstrar fraqueza frente aos agressores (que existem em suas mais diversas formas). A LGBTQIAfobia nos retira o direito de desabar, pois nos obriga a demonstrar força o tempo todo para sobreviver em meio a sujeitos que nos querem retirar direitos, como o de ocupar espaços. Isso é agravado na situação de pessoas trans, que estão com a vida em risco a todo o momento e precisam provar seu valor, ou seja, não possuem o privilégio cis de terem seus corpos e suas existências legitimados, com todas suas forças e suas fraquezas. Marla ainda diz:

> Vamos esperar outro LGBT morrer? Ser espancado? Será que é isso que a gente precisa esperar? Uma Marla sendo espancada na rua? Um Thiago sendo violentado também? A gente precisa disso para depois a gente se mover, sair da nossa cadeira? Não! Mesmo que seja aqui dentro da universidade, o meu corpo já tá fazendo política, nós já estamos fazendo essa mudança, você com a sua pesquisa já vai fazer essa mudança.

Ao reconhecer o seu corpo como política, Marla nos faz refletir sobre a importância de ocuparmos espaços, para lutarmos não só por políticas públicas, mas por mudanças reais na sociedade. Lembrando que mesmo sendo crime, a transfobia ainda é uma realidade cotidiana.

As narrativas de Jessy e de Lucas sobre as violências sofridas estão diretamente relacionadas às questões raciais, por isso serão abordadas no próximo tópico, como Lucas afirma: “aonde o meu corpo preto viado chega, todo mundo vê que o meu corpo preto viado tá chegando. Então é um corpo político, um corpo alvo”.

Uma das maneiras na quais pessoas LGBTQIA+ são alvos de violência, é através do racismo. Sendo um sujeito branco que se propõe a ser antirracista em uma sociedade racista, me vi refletindo sobre as possibilidades de discutir as relações étnico-raciais no meio LGBTQIA+ e nas trajetórias de vidas das pessoas participantes da pesquisa, que desde a concepção do projeto, já eram pensados com uma variedade étnico-racial, visto que sempre me propus a trabalhar com sujeitos além da homossexualidade branca. Grada Kilomba (2019), ao falar dos momentos em que a questão do racismo é trazida a pública, afirma:

> Tais fatores só se tornam visíveis nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional branca é subitamente perturbada, quando nossas experiências com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca. Nesse momento, nós e nossa realidade com o racismo nos tornamos visíveis, faladas/os e até mesmo escritas/os, não porque talvez possamos estar em perigo ou em risco, ou precisar de proteção legal, mas sim porque tal realidade desconfortável perturba a estável imunidade branca (Kilomba, 2019, p.72).

Logo, optei por ouvir as pessoas participantes da pesquisa com atenção e respeito, não só sobre o tema do racismo, mas com um cuidado a mais nesse tópico, pois existe, como podemos entender a partir de Kilomba (2019), um certo fetiche branco em usar das pautas étnico-raciais para se mostrarem como grandes e bondosos sujeitos, a famosa figura do salvador branco, o que não poderia estar mais distante do meu objetivo. Mas também não almejava fazer uma discussão mórbida e reducionista, tratando as pessoas participantes da pesquisa como se não fossem sujeitos multifacetados e diversos em suas próprias histórias,

seria violento reduzi-los à suas experiências de violência racial, tanto como seria ignorar essa dimensão. Entendo a importância de abordar a questão da opressão racial no Brasil (principalmente da mulher negra) em uma pesquisa acadêmica comprometida com a defesa dos direitos humanos, como foi apresentado por Lélia Gonzales (2020):

> Em consequência, a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (Gonzales, 2020, p. 249).

Jessy relata que "a questão do racismo é uma coisa que a gente consegue sentir o tempo todo, em vários espaços, mas não de uma maneira muito escancarada", assim, podemos entender que ela nunca foi uma vítima de um ataque racista, mas, enquanto mulher negra reconhece que essa estrutura está presente o tempo todo e a afeta de diversos modos, dos mais sutis aos mais impactantes. Retomo aqui a importância da interseccionalidade para me instrumentalizar para pensar essas realidades que diferem da minha em tantos sentidos. Trago um trecho de um dos mais famosos contos de Conceição Evaristo (2018):

> Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela? (Evaristo, 2018, p. 17-18).

Olhos d'água é o conto que leva o nome da coletânea de textos de Evaristo (2018) e, assim como grande parte da sua produção, tem como tema central a vivência de mulheres negras. Não como vítimas passivas do racismo, ou como qualquer um dos estereótipos a que são subjugadas desde os tempos de colonização e escravidão no Brasil, mas como protagonistas, como produtoras de suas narrativas, mesmo que em alguns casos não tenham finais felizes (o que por inúmeras vezes é reflexo da realidade racista e violenta do país). Esse conto foi escolhido pelo Lucas Alexandre, quando conversamos (já passado vários dias da sua

entrevista) sobre a obra de Evaristo (2018) e como ela havia feito eu me lembrar do carinho com que Lucas rememorava de sua avó. Me disse que já não lembrava mais da cor de seus olhos. Em nossa entrevista, Lucas narrou:

> Eu sempre brigava com a minha avó por causa das roupas que eu usava, na minha cabeça era homofobia dela. Mas eu lembro que um dia eu fui fazer uma palestra em uma casa cultural, em um bar cultural que tinha aqui em Campo Mourão, isso já faz mais de sete anos. E eu estava com uma saia preta longa e um meio cropped. E quando eu estava saindo de casa e a minha avó falou: "você vai com essa roupa?" E nisso eu já assumi posição de ataque e fui pra cima dela e falei assim: "minha avó, e o que tem?". Então ela me disse: "mas você vai a pé?". E respondi que iria de carro com o Andrew, um amigo trans que na época ainda não havia transicionado. Mas ele é um homem trans. E quando falei que iria de carro para a minha avó, eu vi nos olhos dela o alívio. Ela não precisou falar nada. Um alívio em saber que eu ia de carro e que eu ia voltar de carro. Então naquele dia eu compreendi que o medo da minha avó não era pelas roupas que eu usava. O medo da minha vó era com a violência que eu poderia sofrer na rua. Então acho que foi um dia que eu me conectei com a minha vó. Olha, já deu até vontade de chorar. Ainda mais que minha vó faleceu, cerca de seis anos atrás. Então, naquele dia eu compreendi que o único problema para a minha vó sempre tinha sido a violência que nós poderíamos sofrer na rua.

Além da violência que sempre está presente na vida de pessoas negras no Brasil, Lucas também traz outro elemento que aflige grande parte desse grupo social: a solidão e falta de afeto. Ele afirma:

> Eu nunca fiquei ou tive relacionamento com uma pessoa do Coletivo LGBT de Campo Mourão. Pouquíssimas pessoas negras nesses coletivos, a gente conta nos dedos quantas estão participando desses espaços. Na terapia eu cheguei a essa conclusão de que o corpo negro já não é possível de afeto, ele é usado, reutilizado e explorado, e que relacionamentos inter-raciais são muito difíceis. Dentro do Coletivo LGBT eu percebo que os corpos negros não são passíveis de afeto. Nós não somos o corpo do afeto. Quantas gays brancas chegaram em mim e pediram pra ficar comigo? Não que elas sejam obrigadas, não estou dizendo isso. Mas me faz pensar, é sério que num coletivo LGBT, nenhuma gay, em sua maioria branca, pensou em chegar em mim? Eu não sou um corpo bonito?

O relato de Lucas não só nos mostra a solidão de um homem gay negro afeminado como também é pode ser usado para exemplificar um problema estrutural da nossa sociedade racista que historicamente define a beleza padrão como sendo a branca, com determinados traços, o que é agravado pelo neoliberalismo que elege os tipos de roupa ideal, o corpo ideal (aquele que mais gasta com academia ou procedimentos estéticos), que quando não são exclusivamente brancos, são estereotipados e sexualizados. Como afirma Gonzales (2024):

> Mas o aspecto que nos interessa aqui é o do modelo estético ocidental (branco) que nos foi imposto como superior ideal a ser atingido. Por isso mesmo nós, negras e negros, éramos sempre vistos como o oposto daquele modelo através do reforço pejorativo das nossas características físicas: cabelo ruim, nariz chato ou fornalha, beiços ao invés de lábios, tudo isso resumido na expressão "feições grossas ou grosseiras". E quantos de nós se deixaram enganar por tudo isso, acreditando realmente que ser negro é ser feio, inferior, mais próximo do macaco do que do homem (branco, naturalmente). E a ideologia do branqueamento estético destilou o seu veneno mortal não apenas no interior da comunidade negra, mas no falseamento da nossa própria história. De repente, a rainha Cleópatra (que era negra) aparece nos filmes de Hollywood sob a imagem de Elizabeth Taylor; e, bem nos dias de hoje, a televisão brasileira imprime em nossas mentes a imagem de uma Dona Beja (cujo pai foi um escravo forro e, portanto, negro) quase loira e de olhos claros… (Gonzales, 2020, p. 224).

Assim, entendemos que mesmo na comunidade LGBTQIA+ as pessoas negras estão suscetíveis a sofrerem racismo, seja de modo intencional ou como um reflexo da sociedade racista que os designa a um espaço de marginalidade.

As trajetórias de vida aqui publicizadas demonstram que a memória não é um repositório estático do passado, mas um instrumento dinâmico de disputa no presente. As vivências de Jessy, Marla, Lucas e Evaldo revelam que, para a população LGBTQIA+ de Campo Mourão, o ato de lembrar é indissociável da resistência contra o silenciamento e a marginalização. Para além dos relatos de dor, as conquistas profissionais, o envelhecimento digno e a ocupação de espaços acadêmicos representam vitórias que contrariam as estatísticas de violência e exclusão.

Contudo, essas narrativas também explicitam lacunas estruturais e apontam para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à permanência de pessoas LGBTQIA+ no ensino superior, à inserção qualificada no mercado formal de trabalho, rompendo com o histórico de precarização e prostituição compulsória, e ao fortalecimento de redes de sociabilidade capazes de mitigar a solidão e a invisibilidade. Ao transformar o "armário" em palavra pública, esses sujeitos deixam de ser objetos de estudo para se tornarem autoridades compartilhadas de sua própria história. No próximo capítulo, avançaremos da análise das subjetividades para a investigação de como esses indivíduos projetam seu orgulho no espaço público da cidade, transformando memórias pessoais em ferramentas coletivas de ativismo e disputa política.

CAPÍTULO 4: ATIVISMOS LGBTQIA+ NO ESPAÇO PÚBLICO DE CAMPO MOURÃO

Neste capítulo, discuto as formas de ativismo político, revisitando brevemente a história do movimento LGBTQIA+ com o objetivo de estabelecer um paralelo com o contexto mourãoense. O espaço público da cidade de Campo Mourão assume centralidade nesta análise, pois é nele que se criam, modificam e materializam tanto o ativismo quanto as histórias de vida das pessoas participantes desta pesquisa. Contudo, é preciso refinar o entendimento de espaço público, compreendendo-o para além da geografia física das ruas, abrangendo também a universidade, as redes sociais e os fóruns institucionais, como conselhos e conferências. Mais do que uma simples localização, ocupar o espaço público para a população LGBTQIA+ em Campo Mourão é um ato que exige problematização, deve-se considerar que nem toda presença significa reconhecimento, nem toda visibilidade resulta em cidadania e nem toda ocupação produz, de fato, pertencimento. Sob essa ótica, o espaço não é um cenário inerte, mas um produto da ação e do discurso de poderes políticos que estabelecem normas sociais, tornando-se um território de disputas onde a presença de corpos dissidentes tensiona a ordem estabelecida em busca de uma identidade pessoal e coletiva legitimada.

Para as pessoas participantes desta pesquisa, agir politicamente assume contornos específicos: para Marla, ativismo é o ato político de existir publicamente como mulher travesti em uma sociedade que tenta invisibilizá-la; para Lucas, é a disputa permanente pelos espaços universitários como locais de produção intelectual e humanização; para Jessy, manifesta-se na construção estratégica de redes de afeto e suporte mútuo; e para Evaldo, o ativismo reside no exercício de permanecer vivo e visível em contextos hostis, manejando o duplo preconceito que atravessa sua sexualidade e sua condição de pessoa com deficiência. Portanto, ocupar o espaço público em Campo Mourão significa transformar a visibilidade em uma ferramenta de busca por cidadania e pertencimento.

Conforme argumenta Júlio Miguel dos Santos Dinis (2020), em sua investigação sobre a interseção entre o planejamento urbano, as sexualidades e as identidades:

> A cidade proporciona a ordem e a organização da convivência, por intermédio de um desenho espacial que produz um determinado discurso social e cultural, de extremo impacto na nossa expressão sexual. Limita, hierarquiza, valoriza, modifica e transforma, através das formas, a maneira

> pela qual se experimenta o contexto urbano e o modo como o sujeito vê e interage com os outros. Como já se expôs anteriormente, o espaço não é um mero cenário no qual a performance do quotidiano se desenvolve, mas um produto da ação e do discurso de diferentes poderes políticos que produzem normas sociais. Logo, não é um espaço inerte, mas significativo na produção da construção da identidade pessoal (Dinis, 2020, p. 72).

Desse modo, é de grande importância discutir sobre como as trajetórias de vidas de pessoas LGBTQIA+ se relacionam com as movimentações políticas de determinado local, assim, podemos refletir como ocorrem às disputas em torno do discurso acerca da sexualidade. Os espaços formais de poder são espaços nos quais podemos e devemos nos posicionar, nos organizar, tendo em vista que isso não é um assunto privado, mas sim, pautas públicas. O filósofo Michel Foucault (2024) nos traz que:

> Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (Foucault, 2024, p. 30).

Assim, me proponho a refletir sobre quais são as estratégias e maneiras de existir que as pessoas LGBTQIA+ desenvolveram para disputar com outros discursos sobre o sexo e a sexualidade fazendo uma breve contextualização da história do movimento LGBTQIA+ organizado com o objetivo de possibilitar uma análise mais aprofundada das discussões trazidas pelas pessoas participantes da pesquisa. Apesar da trajetória política das entrevistadas não se diferenciar das suas histórias de vida, optei pela divisão em capítulos separados para realizar uma abordagem temática partindo de suas narrativas.

4.1 Do Movimento Homossexual ao LGBTQIA+

Não há um consenso sobre o início da história do movimento LGBTQIA+ organizado. Os mais diversos grupos possuírem um grande interesse no chamado “mito da origem”, com o objetivo de buscar no passado, raízes para fortificar uma identidade coletiva e justificar suas demandas e lutar históricas. Alguns autores como o jornalista João Silvério Trevisan (2018), em sua famosa obra *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade,* que possui suas primeiras publicações no ano de 1986, tem como um dos principais argumentos a defesa da ideia de que pessoas LGBTQIA+ sempre existiram, pois nos períodos mais variados, nas mais diversas sociedades, houve pessoas que se relacionavam

sexual e afetivamente com pessoas do mesmo gênero. Essa perspectiva é conhecida como *essencialismo*, e significa afirmar que há algo na *essência* do ser humano que o torna LGBTQIA+. Entretanto, essa forma de enxergar a história foi duramente criticada por uma linha chamada de *construcionismo*, que com base nas teorias feministas de que "não se nasce mulher, se torna", as pessoas LGBTQIA+ também não teriam no fundo de seu ser, ou em seu código genético, algo que as caracterizassem desse modo, e que a identidade resultante de determinada orientação sexual é histórica e socialmente construída.

Apesar de me alinhar mais a segunda perspectiva, não posso deixar de ressaltar a importância e as contribuições que o *essencialismo* trouxe para o avanço dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Até os dias de hoje existe um discurso de que pessoas dissidentes da norma não seriam naturais, e de que isso seria uma invenção moderna. Logo, o discurso de que pessoas LGBTQIA+ sempre existiram, ajudou para incluir esses sujeitos em um plano da normalidade. Em contribuição ao debate, o pesquisador Renan Quinalha (2023) afirma que:

> Essencialismo e construcionismo são duas formas de entendimento e de leitura dos debates teóricos e políticos que organizam os campos do gênero e da sexualidade. Mas não só. São dois vetores que, tanto em tensão quanto em complementaridade, também pautaram as formulações e estratégias do próprio movimento LGBTQIA+ em seus diversos momentos (Quinalha, 2023, p. 31).

Sendo mais próximo às discussões do construcionismo, tomo como momento de origem do movimento LGBTQIA+ organizado no protoativismo alemão do final do século XIX, durante a consolidação do capitalismo. A historiadora Sherry Wolf ao tratar da origem da identidade homossexual, afirma que: "[...]foi o capitalismo que deu origem à individualidade moderna e às condições para que as pessoas tenham vidas íntimas com base no desejo pessoal, uma ruptura histórica em relação ao poder da igreja, e da comunidade feudal [...]" (Wolf, 2021, p. 61). Somente a partir das mudanças na instituição familiar, na passagem do campo para os grandes centros urbanos, e na possibilidade de viver de forma não coletiva é que a identidade homossexual se aflorou.

O protoativismo homossexual (usado aqui como termo guarda-chuva, em vista que a sigla LGBTQIA+ não existia) na Alemanha foi baseado em combater os discursos médicos e jurídicos da época, como afirma Foucault (2024):

> Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e "hermafroditismo

> psíquico" permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de "perversidade"; mas também possibilitou a constituição de um discurso "de reação": a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua "naturalidade", e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (Foucault, 2024, p. 111).

Ou seja, a criação de dispositivos de gestão da sexualidade foi também o que possibilitou a autoidentificação de sujeitos homossexuais, que conseguiram construir discursos em reação àqueles das instituições burguesas. Com a chegada do nazistas ao poder na Alemanha, o incipiente ativismo homossexual foi devastado, levados aos campos de concentração juntos de outros grupos sociais, étnicos e políticos. Apenas no decorrer dos anos de 1950 que o Movimento Homossexual retorna a dar sinais de organização, principalmente nos Estados Unidos (apesar da forte LGBTQIAfobia tanto na sociedade estadunidense quanto nas instituições, vide o Lavander Scare), como por exemplo, da Mattachine Society (1950), seguidos pelas lésbicas do The Daughters of Bilitis (1955) e dos conhecidos eventos da Revolta de Stonewall já no final dos anos 60. Os anos 70 foram marcados por organizações de cunho revolucionário, que já não buscavam somente a aceitação e os direitos civis, mas se propunham a modificar a sociedade, como o Gay Liberation Front (1969) a STAR (Associação de Travestis de Rua) e o Coletivo Combahee River (1974), organizado por mulheres negras bissexuais e lésbicas.

Esses exemplos de ativismo LGBTQIA+ organizado no século passado nos mostra como a história do movimento sempre foi de luta e combate ao sistema que nos oprime, não reduzindo as pessoas de gênero e sexualidades dissidentes a meras vítimas passivas, em uma tentativa de apagar suas reinvindicações e defesas dos direitos. Essas narrativas por muitas vezes não chegam a conhecimento de grande parte da sociedade, incluindo de pessoas LGBI+, o que reflete na despolitização e na falta de interesse de atuação política de vários sujeitos.

No Brasil, o pioneirismo do Movimento Homossexual é comumente associado ao Grupo Somos – Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual, em 1978, composto majoritariamente por homens gays "[...] desencadeou um processo de organização política da comunidade LGBTQIA+ em diversas parte do Brasil, já no contexto da liberalização da ditadura e com a intensificação das campanhas pela redemocratização" (Quinalha, 2023, p. 106-7). Assim, podemos afirmar que uma das principais bandeiras do ativismo homossexual no Brasil foi a luta contra a violência policial e a censura dos militares.

Durante os anos 1980 o movimento homossexual brasileiro sofreu um grande golpe: a epidemia do HIV/Aids, o que gerou além das mortes de inúmeros militantes, um grande

preconceito por parte da sociedade, que produzia e reproduzia o discurso de associar a doença principalmente aos homens gays, como se fosse uma punição divina aos pecadores. Entretanto, o movimento LGBTQIA+ começa a passar por um processo de onguinização, como afirma Quinalha (2023):

> Desse modo, ainda que a epidemia tenha provocado um reforço no estigma social que recai sobre a comunidade LGBTQIA+, isso também teve um efeito de deslocar a ação para o campo da saúde, uma gramática entendida e valorizada na sociedade brasileira, ainda mais em um momento de luta pela estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os convênios e parcerias com ONGs e governos dentro e fora do Brasil permitiu que as organizações do movimento recebessem aportes financeiros, o que serviu tanto para implementar uma infraestrutura e uma profissionalização do ativismo (Quinalha, 2023, p. 115).

Esse processo construiu as bases do que hoje entendemos enquanto movimento LGBTQIA+ organizado, pois nos vinculou aos órgãos e instituições governamentais, principalmente devido ao financiamento e as capacitações. Hoje, grupos em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, em sua grande maioria tocados por membros da comunidade, buscam se formalizar através da criação de estatutos, criação de CNPJ, a fim de conquistarem incentivos públicos que possibilitam suas atuações. A exemplo, temos o Grupo Dignidade de Curitiba, que desenvolve uma série de projetos de capacitação, incentivo, cuidado com a saúde mental, além do CEDOC LGBTI+ Prof. Luiz Mott, que conta com um vasto acervo de memória e história LGBTQIA+.

4.2 Conservadorismo na região de Campo Mourão

As produções de história LGBTQIA+ focam em grandes cidades como o Eixo Rio-São Paulo, e no caso do Paraná, na capital Curitiba. Inicialmente, os motivos se tratavam principalmente por essas localidades serem locais de maiores movimentações culturais, econômicas, o que refletiu em uma presença de espaços de socialização de pessoas LGBTQIA+. Mas, mesmo com pouco registro, sempre houve movimentos em cidades menores, distantes das grandes capitais, o que ainda não se reflete nas produções acadêmicas, mas já existe uma movimentação em prol da valorização desses conhecimentos, como a já citada tese de doutorado de Michele Pires Lima, que aborda narrativas de mulheres lésbicas, negras e indígenas na região norte do país.

É de suma importante discutir o espaço das cidades ao trazer narrativas LGBTQIA+, pois assim, podemos refletir sobre suas resistências, suas formas de organização, além dos espaços afetivos, como afirma Igor Vinicius Mendes de Araújo Neves (2024):

> [...] embora a cidade seja majoritariamente formada por espaços cis-heteronormativos, os corpos dissidentes encontram formas de construir outros espaços que são marcados pela memória afetiva, segurança, identificação, intimidade e, por consequência, o sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo em que corpos não se sentem pertencentes a determinados espaços na cidade por desviarem da norma a ser seguida/imposta, esses sujeitos criam alternativas de experimentar o espaço urbano, seja pela criação e apropriação de espaços que são seguros, seja pelas estratégias de deslocamento na cidade ou até mesmo ao habitar espaços onde há uma identificação/coligação (Neves, 2024, p. 99).

Assim, para entendermos melhor as narrativas dos sujeitos LGBTQIA+ de Campo Mourão, precisamos discutir um pouco sobre a realidade local da cidade e da região. De acordo com o IPARDES (2025), Campo Mourão possui uma população estimada de pouco mais de 103.000 habitantes. Entretanto, está na categoria que chamamos de cidade-polo, ou seja, não é uma metrópole, porém aglutina trabalhadores, estudantes, turistas e consumidores de toda a região Centro Ocidental Paranaense. Sou um exemplo vivo disso, pois, nasci e cresci em Farol, há 25 km de distância, e sempre fui à Campo Mourão para resolver questões burocráticas, para lazer, fazer compras, e posteriormente, estudar, já que é a única cidade da região que possui universidades. Esses espaços universitários são inclusive locais de autodescoberta e convívio entre pessoas LGBTQIA+. Em Campo Mourão se encontram quatro instituições de Ensino Superior presencial, as públicas: Universidade Estadual do Paraná (Unespar), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e as privadas: Centro Universitário Integrado e a Faculdade Unicampo. Além das inúmeras instituições remotas ou semipresenciais.

Campo Mourão, oficialmente fundada em 1947, emerge no imaginário local não apenas como fruto da ocupação territorial e expansão agrícola, mas também como um espetáculo narrativo daquilo que o historiador Astor Weber (2023) chama de “narrativas mitológicas” da historiografia local. Ao longo de obras produzidas entre 1975 e 2018 por pesquisadores comunitários, muitos sem formação acadêmica formal, a história da cidade é frequentemente contada em termos heroicos, com ênfase nos “desbravadores” e migrantes pioneiros, ampliando a noção de que o lugar e seus habitantes teriam sido dotados de virtudes

quase fundadoras. Essas narrativas positivas moldam uma identidade regional desejada, estabelecendo laços simbólicos entre passado e presente, e entre o morador e a própria cidade.

Entretanto, essas versões idealizadas nem sempre capturam as tensões reais, as opacidades e os silenciamentos que atravessam a vida cotidiana e comunitária de Campo Mourão. A historiografia local, ao esforçar-se por legitimar uma "idade de ouro" municipal, pode obscurecer divergências, disputas de memória e experiências marginalizadas — entre elas aquelas de populações LGBTQIA+. Inserir o olhar das histórias de vida LGBTQIA+ nesse cenário significa problematizar o projeto simbólico dominante, evidenciando que a memória local não é homogênea — ela é plural, conflituosa e em constante disputa. Essa abordagem abre caminho para que possamos enfatizar como as memórias e identidades LGBTQIA+ atravessam um espaço já carregado de narrativas hegemônicas, resistindo e reformulando sentidos em diálogo com o passado municipal.

Campo Mourão não tem um movimento LGBTQIA+ organizado em instituições oficiais (o Coletivo LGBTQIAPN+ ainda não possui estatuto ou algum tipo de organização formal), entretanto, existem na cidade diversas pessoas que se posicionam, militam e pautam a defesa dos direitos dessa população, um exemplo foi a 1ª Conferência Popular dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Campo Mourão, feita por membros da comunidade. O que entendemos enquanto *campo progressista*, ou *esquerda*, é limitado a ativistas, sindicalistas e interessados, com raros indivíduos filiados a partidos políticos.

Um dos desafios significativos para a população LGBTQIA+ de Campo Mourão e região reside na predominância de um perfil sociocultural pautado por valores tradicionais e convencionais, característica que encontra ressonância nos resultados eleitorais locais. Essa dinâmica reflete um alinhamento majoritário a pautas conservadoras, conforme evidenciado pela expressiva votação em candidatos de direita e na composição do legislativo municipal, que frequentemente prioriza a defesa do modelo de família tradicional e da religiosidade no debate público.

Vamos observar os números das duas últimas eleições (uma nacional e outra municipal) para refletirmos melhor. Jair Bolsonaro do Partido Liberal foi o candidato mais votado para a Presidência da República nas eleições de 2022. No segundo turno ele recebeu 33.849 votos, o equivalente a 61,67% do total da cidade. Já Lula do Partido dos Trabalhadores foi a escolha de 38,33% dos eleitores e recebeu 21.035 votos[12]. Além do atual prefeito

[12] Eleições em Campo Mourão (PR): Veja como foi a votação no 1º turno. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/10/02/eleicoes-em-campo-mourao-pr-veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml

(CIDADANIA) e dos 13 vereadores eleitos serem de partidos do chamado “Centrão”, da direita, centro direita e de extrema direita (CIDADANIA; Partido Social Democrata; Progressistas; Movimento Democrático Brasileiro; Partido Liberal; Partido Renovação Democrática e Republicanos). Como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 01 – Apuração das Eleições Municipais de Campo Mourão/2024

Candidato	Sigla do Partido	Número de votos	Porcentagem de votos
Douglas Fabrício	CID	27.781	54,07%
Rodrigo Salvadori	PP	22.258	43,32%
Edoel Rocha	PV	1.345	2,62%

Fonte: G1[13]

Os números das últimas eleições não são suficientes para definir como funciona o modo de pensar de toda uma cidade, que possui suas contradições e ambiguidades, porém, serve para o propósito de exemplificar o quão presente o conservadorismo é nessa região. Desde 2018 as eleições são marcadas por discursos morais pautados em religiosidade e em uma defesa dos valores da família tradicional brasileira, da moral e dos bons costumes, mesmo que isso signifique ataque aos direitos das pessoas LGBTQIA+, mulheres e grupos étnico-raciais. Vários dos atuais vereadores são reeleitos, ou seja, são os mesmos que votaram a favor da aprovação das leis que restringem o acesso de pessoas trans aos banheiros e proíbe o uso de pronomes neutros nas escolas. Isso é comentado pelas pessoas participantes da pesqusa, como por exemplo quando Jessy afirma que: “vivemos em uma cidade extremamente bolsonarista, preconceituosa em vários sentidos” e por Lucas, que afirmou que:

> Conheci muita gente que participou desses movimentos, sempre estudantes, em sua maioria, universitários, ou do movimento secundarista. Mas é uma cidade muito conservadora, por exemplo, que não consegue eleger um candidato LGBT. Assim como são sempre as vezes pessoas nos movimentos sociais, também são sempre as vezes pessoas no poder. Em sua maioria, as mesmas pessoas brancas, heterossexuais, cisgêneras. As cadeiras ocupadas em sua maioria por gente que usa o discurso da família tradicional, um discurso conservador horroroso.

[13] Apuração das eleições municipais de Campo Mourão. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/eleicoes/2024/resultado-das-apuracoes/campo-mourao.ghtml

Ao analisar as narrativas das pessoas entrevistadas, é necessário evitar interpretações que atribuam exclusivamente ao bolsonarismo a origem das experiências de preconceito e violência relatadas. Embora a ascensão dessa corrente política tenha sido percebida por muitos participantes como um marco de agravamento das hostilidades contra pessoas LGBTQIA+, os relatos demonstram que a discriminação já estava presente em décadas anteriores, manifestando-se em ambientes familiares, religiosos, escolares e institucionais. Dessa forma, compreende-se o bolsonarismo não como o criador da LGBTQIAfobia local, mas como um fenômeno político que potencializou discursos e práticas já existentes, conferindo-lhes maior legitimidade e projeção no debate público. Tal compreensão permite historicizar essas violências, evitando explicações simplificadoras e reconhecendo a longa duração das estruturas de exclusão enfrentadas pelas populações LGBTQIA+ na região.

A partir dos relatos coletados, observa-se que é consenso entre os entrevistados que o perfil conservador de Campo Mourão, manifestado tanto nas instâncias institucionais quanto nas práticas cotidianas, constitui um dos maiores desafios para a efetivação de ações políticas e a garantia de direitos da população LGBTQIA+. Essa percepção não se baseia em um juízo de valor abstrato, mas na análise da realidade local, que se materializa na composição majoritariamente conservadora do legislativo municipal, na aprovação de leis que restringem pautas de diversidade e nos resultados eleitorais que demonstram um alinhamento da maior parte da população a pautas de direita. Para os sujeitos desta pesquisa, a cidade atua como um agente que tensiona suas existências, transformando a ocupação do espaço público em uma disputa constante por reconhecimento.

4.3 Ativismo político e espaços públicos

As formas de ativismo político desenvolvidas pelas pessoas participantes desta pesquisa não podem ser compreendidas de maneira dissociada dos espaços públicos que ocupam e das relações que estabelecem com a sociedade mourãoense. Antes mesmo de se organizarem em coletivos, participarem de conferências ou reivindicarem políticas públicas, esses sujeitos já são constantemente percebidos, classificados e julgados a partir de suas expressões de gênero, sexualidades, pertencimentos raciais e posições sociais. Em uma sociedade marcada pela heterocisnormatividade, a simples presença de pessoas LGBTQIA+ em determinados espaços pode ser interpretada como um ato político, sobretudo quando esses corpos historicamente foram relegados à invisibilidade ou ao silêncio.

Nesse sentido, o espaço público não se apresenta apenas como cenário das ações militantes, mas como um campo permanente de disputas por reconhecimento, pertencimento e cidadania. É a partir das experiências cotidianas de circulação pela cidade, das interações com instituições, da participação em movimentos sociais e das estratégias construídas para enfrentar preconceitos e exclusões que esses sujeitos produzem formas próprias de ativismo, transformando suas trajetórias individuais em ações coletivas capazes de tensionar normas sociais e ampliar os limites da participação democrática.

As violências contra pessoas LGBTQIA+ e a outros sujeitos podem ser observadas na própria configuração espacial da cidade como afirma Dinis:

> Como sempre, são os grupos socialmente minoritários da nossa sociedade que sofrem nesta cultura de medo, visto que estes não possuem os meios para se defenderem dentro da cidade opressora. Uma possibilidade é o retirar para o interior doméstico, se este existir, ou para determinados espaços/bairros seguros comunitários que por vezes se constroem em reposta a esta segregação, como se verifica com os bairros queer (Dinis, 2020, p. 74).

Mesmo com a existência do Coletivo LGBTQIAPN+ de Campo Mourão, o movimento não está organizado de forma institucional na cidade, o que não é demérito das pessoas de sexualidade dissidente, pois há pouca organização efetiva de movimentos sociais, mas acaba dificultando a existência de espaços seguros para essas populações. Quando perguntada sobre o movimento LGBTQIA+ em Campo Mourão, Jessy afirmou que:

> Tem algumas pessoas bem engajadas, tem outras que não têm interesse, às vezes, por não terem se aprofundado dentro das discussões, ou por às vezes ter sido hostilizado dentro de algum momento dentro do movimento, e isso a gente sabe que acontece muito. Às vezes uma pessoa tenta se aproximar e então ela é podada de alguma forma, porque, acontece de ter alguma diferença de opinião ou porque alguém não gosta dela e acaba ofendendo de alguma maneira. Então essa pessoa não volta mais.

Disputas internas são recorrentes em movimentos sociais, como foi o caso do Grupo Somos e seus rachas. Pessoas LGBTQIA+ também são suscetíveis a terem ego ferido, inveja, ou qualquer tipo de questão que pode gerar conflito. Muitas vezes a união tão necessária para levar as nossas pautas adiante é deixada de lado em prol de estrelismos ou disputas que podem vir a ocorrer.

Outra hipótese levantada por Jessy é sobre os horários das consultas públicas feitas pela Câmara Municipal:

> Eu vejo um pessoal muito interessado, mas, como a maioria dessas atividades que envolvem políticas públicas e outras coisas dentro do município acontecem em horários comerciais eles não conseguem participar. Geralmente acontecem em horário comercial, é sempre um horário que dificulta a participação da maioria dessas pessoas.

O problema de não conseguir participar da vida política devido à carga horária de trabalho, cansaço ou desmotivação não é uma simples coincidência. Nosso modo institucional de se fazer política é construído propositalmente para ser excludente, principalmente com a classe trabalhadora. Logo, as pessoas LGBTQIA+ não são as únicas afetadas por esse desafio. Enquanto grupos políticos que muitas vezes legislam contra nossos interesses utilizam dessa dificuldade do público em participar desses momentos, para aprovarem leis que nos prejudicam.

A trajetória de Marla no ativismo LGBTQIA+ se inicia após uma capacitação realizada em Curitiba, pelo Estado do Paraná. Ela afirma:

> Nós tivemos vários assuntos relevantes que foram abordados durante esses 15 dias de capacitação. Aquele momento foi o onde nasceu a ativista em mim, me despertou essa questão de ser ativista, lutar pelos meus direitos, porque eu vi que ali era o momento de eu colocar... Olha, eu até fico emocionada. Mas era um momento no qual podia fazer alguma coisa não só por mim, mas pra outras pessoas, outras pessoas da minha comunidade.

Como dito anteriormente neste capítulo, parte importante da história do movimento LGBTQIA+ organizado foi o processo de onguização ocorrido nos anos 80 e 90, no qual o foco dos ativistas se tornou a prevenção e o tratamento das pessoas portadoras do vírus HIV, no período chamado de Aids. Esse período nos legou diversas organizações, como afirma Marla:

> No Estado nós temos ainda, tínhamos, na década de 2000, um movimento de gays, lésbicas, travestis que era unido. Era uma maravilha. Nós tínhamos fórum. Nós tínhamos ONGs que naquele momento eram muito essenciais, foi fundamental nessa questão, porque a gente se reunia, e a gente tratava. E tínhamos muito apoio do Estado, do município também. Acredito que a gente, a nível estadual e nacional, nós temos algumas organizações, sim. Temos pessoas, temos organizações como a ANTRA, que eu posso citar, que são organizadas. Tem a Fonatrans que são organizados. No Paraná, apesar que ali eles se trabalham com todas as populações, que é o grupo de Dignidade, mas são organizados.

Marla, assim como Jessy, reconhece que há pessoas em Campo Mourão que se empenham e buscam lutar por seus direitos, mas é mais dura na crítica à falta de organização coletiva, ela diz:

> A nível local, eu sinto que o Coletivo daqui é um Coletivo que aparece na hora que quer. Agora vou falar a verdade. Nosso Coletivo é um Coletivo que a gente não pode nem chamar assim. Eu vejo naquele grupo muita gente, mas quando a gente precisa ou quando foi um evento igual esse, a gente tinha poucos representantes. A gente teve a sorte de fazer esse evento dentro da universidade, que chamou a atenção do nosso público daqui de dentro. Porque se a gente fosse fazer fora da universidade, talvez estaríamos eu, você, o Lucas e algumas pessoas. Daria para contar. Como foi aqui, teve um público bonito, grande, foi muito emocionante. Mas assim, eu vejo que aqui tem sim pessoas que podem trabalhar sim na questão LGBTQIA+, aqui em Campo Mourão. Nós podemos pensar em nos unir mais. Essa é a palavra certa. É união, porque se a gente não se une, não adianta a gente se unir pelo WhatsApp. A gente não faz revolução assim. Precisamos ir para rua. Eu penso assim, quando teve essa questão do banheiro, que até é uma lei que é aprovada, o que a gente deveria ter feito? Ir pra rua, bater panela. Mas nós temos medo. Eu vou colocar nós, porque ninguém se manifestou. A gente poderia ir lá fazer um panelaço. Que dia que a gente vai? A gente já viu o nosso Coletivo entrando em alguma questão naquela câmera? Fazem sim barulho nas redes sociais. Isso é fácil. Mas e ali, frente a frente, numa audiência pública? Não, mas marca uma reunião lá no Gás. Vão todos. Às vezes eu penso que a nossa população tem um ideal, ela tem tudo isso. Mas a gente tem que pôr em prática. Pra mim, o Coletivo vive dentro daquele Gás. E eu acho que a gente tem que pensar um pouco mais sobre o que é esse nosso Coletivo e por que ele veio. Eu respeito as histórias, eu respeito cada uma das pessoas que estão ali, cada um é importante. Mas a gente tem que mostrar porque esse Coletivo nasceu. O que esse Coletivo está fazendo para Campo Mourão? O que esse Coletivo está fazendo para outras coisas?

Marla ressalta que quando os eventos são festivos, encontros em bares e quando são formações políticas, oficinas ou rodas de conversas mais sérias (como aquelas que o Coletivo organizou na APP Sindicato e a oficina que ministrei sobre a história do movimento) poucos aparecem. Lucas também teceu críticas no mesmo sentido:

> Mas eu sinto que isso é um reflexo do trabalho de base. Eu sinto que isso é falta do contato com a comunidade, mas também não julgo, porque nós estamos todos sobrecarregados. Todo mundo se vê na gente, fala que acha um trabalho lindo, mas não falam que acreditam que deveriam estar fazendo a sua parte também. Eu sinto que pós-pandemia, falta muito proatividade, falta se reconhecer enquanto sujeito da luta, ir pra frente, e de ocupar esses espaços, de pegar o microfone. De estar organizando as coisas, de se oferecer pra ajudar a organizar as coisas. Eu sinto que o as pessoas do Coletivo LGBT de Campo Mourão também faltam nisso, nós temos muita festinha, e somos associados a isso, como a própria Parada em São Paulo. Nós temos que comemorar, não estou falando que isso é errado. Mas acho que precisa ser um movimento político de verdade.

Lucas tem uma longa trajetória na militância, que começa quando ainda era um secundarista, durante as emblemáticas jornadas de junho de 2013, ele diz:

> Eu lembro que em 2013 nós tivemos uma movimentação política bem grande, na época eu trabalhava como jovem aprendiz, então eu não pude estar lá. Mas em 2013 a gente teve um movimento nacional, o "gigante acordou", e tudo mais, onde inclusive frentes extrema-direita surgiram e existem até hoje, mas também um movimento de esquerda. Muitos estudantes conheceram o movimento político por causa disso. E foi aí quando eu comecei a me tocar que havia coisa importante acontecendo. Eu comecei a conviver com pessoas época do coletivo do PSOL, o RUA, que era uma frente da juventude do PSOL. Comecei a conviver com o pessoal da APP Sindicato. Em 2015, a gente vai ter a maior greve de professores do estado do Paraná, é quando eu entro de cabeça no movimento sindicalista, começo a participar do movimento de esquerda, viro um nome do movimento, começo a fazer falas, começo a puxar movimento, organizar movimentos secundaristas.

A partir de então Lucas sempre esteve atuando nos movimentos LGBTQIA+, negro e estudantil, além de sempre lutar em defesa da educação pública e da universidade. Um dos grandes marcos na sua trajetória política foram as Conferências LGBT ocorridas em 2015, ele afirma:

> E eu participo desse movimento e a minha cabeça explodiu lá. E eu falo: é isso que eu quero. E me questiono, se essas pessoas existem em Campo Mourão, porque não há espaço pra que elas possam se organizar. Por que esse espaço não existe? Eu não estou sozinho. Desde esse espaço eu comecei a conseguir pensar o meu corpo, e a ter prazer com a minha sexualidade, consegui me aceitar. Então eu saí da Conferência Estadual e fui para a Conferência Nacional LGBT representando o Estado do Paraná, na reserva de vagas para pessoas negras. E isso para mim foi um marco. É um marco na minha militância.

Já Evaldo, sempre teve vontade de participar da vida política, mas, diferente das outras pessoas entrevistadas, ele já inicia sua carreira de modo institucional, ele afirma:

> No final de 2013, começo de 2014, eu fui convidado a participar de um encontro político do PSOL de Campo Morão. Eu participei de algumas reuniões e me apaixonei por política também. Isso fez parte do meu crescimento como ser humano, homem gay, uma pessoa que vive em sociedade, uma pessoa que defende a democracia. Eu me realizei quando eu aceitei ser quem eu sou, mesmo com as minhas dificuldades, com aquilo que eu passei, com o que eu estou passando e com o que eu vou passar.

Por conta do tempo necessário para se assumir enquanto homem gay, e resistência da esposa, Evaldo não teve uma trajetória relacionada à movimentos sociais, entretanto, isso não foi um impedimento para defesa dos valores democráticos, como ele afirma:

> Mas eu tava lá, e defendendo as minhas ideias, meus projetos. E a partir disso eu comecei a deixar de me achar o coitadinho, a pessoa que não consegue. Mas então eu descubro uma doença, uma distrofia, herdada de minha mãe, que me limita, que hoje me faz ter dificuldades. Mas a minha bandeira continua firme, no propósito de um país mais socialista, um país mais justo, lutando por uma educação que está muito distante daquilo que tem que realmente ser. E eu gosto de pessoas que vão para o embate, que não têm medo de enfrentar e também de acolher.

Nas conversas com as pessoas participantes da pesquisa, trocamos experiências e ideias sobre a despolitização da comunidade LGBTQIA+ em Campo Mourão, e vemos como esse problema não é apenas conosco, e sim de vários grupos, organizações ou movimentos que exigem tempo, força de vontade e união para avançarem. Isso é explicitado por Jessy:

> Quando a gente para pensar em movimentos sociais, sempre tem aquelas pessoas que puxam as discussões, que puxam as ações e aí algumas pessoas esperam essas pessoas tomarem a frente para daí elas aparecerem. Você pode observar que todas as vezes que nós do Coletivo LGBTQIA+ fizemos alguma coisa, isso aconteceu. A gente sempre puxando e aí as outras pessoas foram aparecendo. Nunca alguém: "deixa eu puxar também essa ação? Vamos fazer outra coisa?" Não, porque é muito difícil você colocar cara para bater. Especialmente quando a gente fala de uma temática muito específica, muito delicada e que tem uma resistência dentro dos municípios. Então, por exemplo, é, se a gente falar, tanto o Coletivo Feminista, o movimento negro, LGBTQIA+, quando organizam uma ação voltada a uma dessas populações, tem uma resistência muito grande. Então as pessoas esperam outras tomarem a frente para daí elas irem ali num evento ou outro, para pensar em somar. Tem um racha muito grande nesse sentido. Infelizmente é uma coisa que acontece aqui no município, com certeza acontece em outros espaços. É uma discussão e se a gente fala de um movimento social. Um movimento que impulsiona coisas que acontecem no município. Mas acontece dentro de uma gestão pública também, acontece em outros espaços.

Para Lucas há uma falta de envolvimento e comprometimento político:

> Então eu sinto que falta desse compromisso político de verdade. Vamos fazer trabalho de base? Vamos ir para as escolas? Até agora o Coletivo LGBT não fez nada com a UMES, que é a União Mourãoense de Secundaristas. Cheio de LGBT novinha, saindo do forno, pronta pra ocupar o mundo. E falamos que estamos cansados, mas a gente também não chega nessas pessoas.

Ele traz algumas possibilidades de atuação:

> Falta ao Coletivo LGBT ou coletivo negro se unificar em campanhas eleitorais pra colocar candidatos negros. Falta a gente participar em peso das audiências públicas. E propor, temos que encher o saco, temos que incomodar. Eu sinto que falta uma organização do Coletivo para que a gente

> ocupe esse espaço na prefeitura municipal. A gente precisa ocupar esse espaço. Campo Mourão é uma cidade conservadora. No curso de história, a gente brinca que é um feudo mourãoense, porque são as mesmas famílias que mandam na cidade, desde que a cidade é cidade. Você entra no Museu Municipal e a única pessoa LGBT que tem lá naquele museu é a Manoela, que ainda tá com o nome morto dela exposto, o nome de registro, o que é crime. Então, assim, falta esse compromisso político com esses espaços. Falta encher o saco. A gente precisa encher o saco. Temos que bater na porta da Câmara, na porta da Prefeitura, temos que fazer protesto lá. Me desculpa, mas não dá pra fazer Parada LGBT no bar pra sempre.

Apesar de algumas divergências, há uma série de concordâncias entre os meus entrevistados sobre os desafios e problemas do movimento LGBTQIA+ em Campo Mourão, e esses ativismos ocorrem no espaço público da cidade. E esses territórios se tornam importantes para pensar essas narrativas, as disputas e os conflitos. Como afirma Neves (2024):

> As ações dos indivíduos e das instituições no território influencia uma dinâmica variada, que é moldada pela origem, pela força, pela intenção e pelos conflitos que lhe são inerentes. O território usado, então, emerge como um campo onde uma diversidade de circunstâncias e origens contribui para enriquecer a vida e as relações humanas, promovendo a formação de um espaço coletivo dinâmico e significativo. A partir disso, entendemos que o conceito de território ainda pode ser abordado por diversas perspectivas e ganhar significados diferentes. Dessa forma, ele não fica restrito apenas as perspectivas geopolíticas, podendo ser também utilizado para representar relações sociais, que se expressam nas diferentes formas de apropriação do espaço geográfico por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos através das relações de poder – contexto que é abordado aqui nesta pesquisa (Neves, 2024, p. 118).

Os espaços públicos não existem apenas enquanto lugares físicos, mas são locais de disputas de ideias, e as pessoas LGBTQIA+ se propõem, enquanto comunidade, a ocupar esses espaços. No caso dos historiadores LGBTQIA+, a esfera pública é uma possibilidade de ação e de engajamento político, como afirma Stein (2022):

> Just as queer historians have been distinctly active in the public sphere, queer publics have been distinctly powerful in shaping the production of historical knowledge. They have engaged in extensive discussions about the past, making meaning in the movements they remember, the moments they commemorate, the sites they recognize, and the legacies they claim. Paradoxically, this may be due in part to the fact that most LGBT people do not learn about queer history in their families and schools (Stein, 2022, p. 2).[14]

[14] Assim como historiadores queer têm atuado de maneira particularmente ativa na esfera pública, os públicos queer também desempenharam um papel fundamental na construção do conhecimento histórico. Eles se

Essas disputas não ocorrem sem resistência, são embates sobre o direito ao espaço público da cidade. Lucas, que cresceu no Lar Paraná, região considerada periférica, afirma:

> Eu cresci no Lar Paraná. É muito legal pensar que antes de mim, a minha família LGBT já comprava briga na rua. Eu ser o que eu sou está no sangue, está na genética, porque a minha mãe brinca até hoje, que as primeiras sapatonas do Lar Paraná eram a minha mãe e a mulher que hoje é atual da minha tia. Elas eram as primeiras sapatonas. Então, elas iam para as paqueras na Praça do Lar Paraná. Todo mundo que viveu nas décadas de 70 e 80 no Lar Paraná vão saber quais eram as paqueras, nas quais paravam o caminhão de som na rua.

A maneira como os espaços são separados a depender de seus corpos, suas identidades e sua classe afeta diretamente a configuração da geografia das cidades. Como afirma Dinis (2020):

> Como sempre, são os grupos socialmente minoritários da nossa sociedade que sofrem nesta cultura de medo, visto que estes não possuem os meios para se defenderem dentro da cidade opressora. Uma possibilidade é o retirar para o interior doméstico, se este existir, ou para determinados espaços/bairros seguros comunitários que por vezes se constroem em reposta a esta segregação, como se verifica com os bairros queer (Dinis, 2020, p. 74).

Quando perguntada sobre os seus espaços seguros enquanto pessoa LGBTQIA+ em Campo Mourão, Jessy trouxe alguns locais específicos, falando de bares e dos espaços universitários. Ela diz:

> Tem três bares específicos que sempre foram uma porta aberta, um mais antigo, que é o Italiano, pelo menos nele eu e os meus amigos, nunca sofremos homofobia, ou uma lesbofobia, alguma coisa, e é até irônico, porque é um bar raiz, em que os donos eram idosos, e ia uma galera muito fechada, só que como era um espaço muito universitário, então a gente conseguia ter uma dinâmica muito legal entre as pessoas. Durante a minha graduação mesmo, foi um espaço em que eu frequentei muito. Lá e o Bar da Marta, o Gás, onde sempre fomos recebidos de braços abertos. Nunca presenciei uma situação na qual não me sentisse segura. E eu não ia sempre com as mesmas pessoas nos lugares, mas eu ia sempre aos mesmos lugares ali com grupos diferentes. E a gente conseguia ter uma dinâmica muito legal ali naquele espaço. Um espaço em que, eu sei que eu vou ir, vai ser bom, vai ser legal. Corro o risco de sofrer alguma situação? Sim, porque a partir do momento que a gente sai de casa, a gente tá sujeita a qualquer coisa. E o outro é o Carpe Diem, que é um bar mais específico e mais tranquilo. Mas

---

envolveram em amplas discussões sobre o passado, atribuindo significado aos movimentos de que se lembram, aos acontecimentos que comemoram, aos lugares que reconhecem e aos legados que reivindicam. Paradoxalmente, isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a maioria das pessoas LGBT não aprende sobre a história queer em suas famílias nem nas escolas (Stein, 2022, p. 2. Tradução nossa).

> assim, de com uma frequência maior eram os dois espaços assim nesse sentido. Além disso, espaços como a casa dos amigos, eram um espaço mais seguro também de estar, da gente conseguir ter uma dinâmica muito legal, com as famílias ali sempre muito abertas.

Esses espaços de socialização refletem a constante necessidade de criação de laços e afetos entre as pessoas LGBTQIA+, que, vão além de ocupar apenas os guetos e os bairros periféricos, como ocorreu por muito tempo em grandes centros urbanos, mas se dispõem a disputar a região central da cidade de Campo Mourão.

Evaldo se lembra de um lugar onde se sentia seguro para se expressar:

> Eu fiz parte de uma sociedade chamada CTG, Centro de Tradições Gaúchas, onde eu era dançarino, lá eu conseguia me realizar, porque eu dançava modéstia à parte, muito bem. E eu começo a participar de bailes e neles as meninas faziam fila para dançar comigo, porque eu dançava muito bem. Para essa sociedade, eu era um exímio dançarino, um bom partido, e todas queriam dançar comigo. Mas era onde eu me liberava, me libertava, de certa forma, na dança.

Ele continua:

> Em Campo Mourão existia o 10 de Outubro, era uma boate aonde a gente ia pra dançar. E também tinha carnaval, onde eu soltava o galinheiro inteiro, porque aquele era o momento, né? Todo mundo dançava largado, e então eu aproveitava, e era o ápice da nossa noite.

Mas, quando perguntado sobre a existência de espaços semelhantes ao CTG nos dias de hoje, ele afirma que “eu acho que a diversão hoje, você tem que buscar ou tem que inventar, porque não existe por aqui. Principalmente por ainda existirem muitos rótulos”.

Podemos pensar esses espaços como lugares de memória, como afirma Pierre Nora (1993):

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar á incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los (Nora, 1993, p. 13).

Esses espaços são frequentados por grande parte da comunidade LGBTQIA+ na cidade, principalmente pelos estudantes de graduação, logo, se tornaram espaços seguros, no

qual podem demonstrar afetos, se divertirem, e mostrarem seus verdadeiros eus que tantas vezes e em inúmeros locais são guardados e escondidos, não por vergonha da própria identidade, mas por medo do tipo de reação que isso pode causar.

As universidades são um espaço institucional, que ainda mantem as estruturas coloniais de poder sobre os corpos, como afirma o texto *O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero*, de Henrique Caetano Nardi, Paula Sandrine Machado, Frederico Viana Machado e Letícia Zenevich (2013):

> As universidades, assim como outros estabelecimentos de ensino brasileiros, estão atravessadas por marcadores sociais de diferenciação, tais como classe, raça, gênero, território, sexualidade e outros. Na condição de instituição voltada para a formação técnica e intelectual das elites, a universidade pode ser compreendida como um espaço que não apenas reproduz, mas também atualiza as desigualdades e hierarquias frente às transformações sociais que buscam questionar e/ou mitigar essas mesmas estratificações (Nardi et al., 2013, p. 180).

Porém, a universidade também pode (e deve) ser um espaço de acolhimento. Sobre a Unespar campus de Campo Mourão, Marla afirma que:

> Aqui dentro da universidade, não é querendo bajular a universidade, mas eu ainda não sofri, pelo menos aqui, na Unespar, campus de Campo Mourão, eu não sofri nenhum tipo de preconceito e nem discriminação. Eu acho que já sou uma figura carimbada, e às vezes esse meu modo explosivo, que as pessoas me olham que eu falo demais e falo alto, que às vezes as pessoas criam uma certa barreira, então tem medo de mexer comigo. Por exemplo, na questão do banheiro, eu aqui não tenho problema. Nós temos mulheres travestis em Paranavaí que são proibidas de usar o banheiro feminino, mas não pela instituição, mas devido a uma discriminação das mulheres. Então, tiveram que criar um banheiro neutro pra elas. Se fosse aqui no meu campus, já disse isso na reunião do assunto estudantil, jamais eu iria aceitar que me colocassem pra fazer xixi no banheiro lá no fundo. Elas querendo ou não, eu ia querer usar o meu banheiro.

A fala de Marla nos mostra que a universidade é um espaço de disputa, que, apesar de nunca ter sido vítima de alguma violência, isso se deve, principalmente, a sua postura combativa, e ela reconhece que deve estar sempre preparada, pois há possibilidade de ser alvo de algum ataque a qualquer momento, como a proibição do uso do banheiro feminino.

Sobre o assunto, Jessy afirma:

> É, e a universidade também foi um espaço muito legal. No caso, assim, de universidade aqui na Unespar, era um espaço no qual mesmo eu não estudando aqui, eu frequentava muito por conta dos amigos em comum, por conta de atividades que, eram realizadas aqui. Então, eu consegui ter um contato muito legal com esse espaço. A Unicamp que foi a faculdade que eu me formei, lá era um espaço seguro também.

Assim como eu, foi durante a época em que fazia graduação que Jessy se assumiu publicamente. Sobre a complexidade da universidade enquanto reprodutora e produtora de normas de gênero, ao mesmo tempo em que é uma possibilidade de espaço seguro, Lucas afirma:

> A minha psicóloga brinca que universidade é uma mãe abusiva. Ela é tóxica em determinados momentos. Mas ela é uma mãe que humaniza. E eu fui um corpo humanizado, porque sem a universidade eu poderia estar na prostituição, como muitos LGBTs estão, ou estar completamente atuando no mercado formal, sem poder ser cabelo grande, pintar unhas, usar um vestido, sem poder estar no mundo como eu estou hoje. Se eu não fosse a universidade, eu não estaria nesse lugar. Hoje eu estou próximo de me formar, ano que vem é meu último ano de graduação. E me pergunto sempre. Por que eu demorei tanto para me formar? Porque apesar disso tudo, universidade ainda não é um espaço para a gente. Sim, ela humaniza, ela dá pra você as condições pra você ser intelectual. E eu me sinto seguro dentro da universidade.

Nesse sentido, Nardi *et al.* (2013) afirmam:

> Entretanto, para que a lógica institucional mude, tornando mais flexível os vetores de força que compõem as relações de poder, é necessário desconstruir os mecanismos que cristalizam as desigualdades, evidenciando a forma como os enunciados com efeito de verdade legitimam o funcionamento da Universidade como reprodutora das elites (Nardi et al., 2013, p. 181).

Assim, é necessário se construir políticas públicas e formas institucionais de proteção aos direitos das pessoas LGBTQIA+ nos espaços universitários, e não esperar que se defendam sozinhos. Concluem as pessoas autoras do texto:

> Entre o preconceito e a discriminação, entre a legitimidade e a ilegitimidade destas situações, como a universidade negocia com a violência? Na condição de um espaço que confronta diferentes perspectivas sobre a hierarquização social, sobretudo no contexto atual de esforços pela democratização — com a entrada de alunos cotistas e bolsistas — argumentamos que a universidade não apenas reproduz as desigualdades sociais, mas produz novas formas de desigualdade, além de atualizar discursos discriminatórios, simultaneamente ao tratamento e vivência dos conflitos no espaço acadêmico. É importante

> ressaltar, como já dito, que a universidade não é monolítica, ela é um campo de disputas e, lentamente, temos percebido modificações (Nardi et al., 2013, p. 196).

Nesse mesmo sentido, Stein (2022) afirma que:

> Queer publics have influenced scholarship on the past by supporting projects that others might ignore or reject, including na extensive network of LGBT archives, libraries, and museums. LGBT communities also have inspired historically informed creative works that have moved, motivated, and mobilized. Most importantly, queer people have made LGBT history in the stories they have shared, the interviews they have recorded, the artifacts they have saved, and the memories they have passed down. It is difficult to imagine what queer history as a field of inquiry would look like without the formative contributions of diverse LGBT communities (Stein, 2022, p. 2-3).

Por fim, entendemos que o espaço público, como a universidade, não é um local neutro, mas sim, um campo de disputas de ideias, ideologias, corpos, e memórias, e que no caso das populações LGBTQIA+, não há uma submissão aos projetos antidemocráticos e excludentes que se propõem a vigorar nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tive como proposta realizar uma investigação a partir das memórias de pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão, buscando através de narrativas orais, refletir sobre as formas em que essas histórias têm sido produzidas no espaço público da cidade. Parti de uma defesa da história pública enquanto possibilidade de trabalho com movimentos sociais, através e com a história oral, pois, acredito que essas perspectivas podem funcionar enquanto ferramentas teórico-metodológicas para construir não só uma universidade mais inclusiva como são essenciais para uma sociedade democrática.

Busquei abordar outros trabalhos realizados por/para/com/sobre pessoas LGBTQIA+, almejando discutir suas limitações e exaltar a importância, nos mais variados contextos, pois, assim como essa dissertação, muitas pessoas pesquisadoras têm feito há muito tempo as seguintes provocações: que histórias merecem ser narradas? Quais histórias estão sendo contadas, mas que a Academia se recusa a ouvir?

Dentro dessas reflexões, surge o questionamento sobre quais os limites da produção historiográfica e do ativismo político, em quais pontos existe possibilidade de convergência, e onde se perde o método científico (que também é constantemente questionado).

As narrativas aqui apresentadas destacaram uma dificuldade em realizar esse ativismo no espaço público, principalmente no contexto de Campo Mourão. Ressaltaram a falta de lugares de socialização para as pessoas LGBTQIA+ mourãoenses, e que isso gera uma dificuldade na criação de um senso de comunidade e de movimento social organizado.

Entretanto, dentre tantos sinais de uma região conservadora, as pessoas entrevistadas também trouxeram suas experiências em lugares de segurança e acolhimento, como o caso das universidades, espaços ainda tão excludentes. Além da dificuldade em acessar o ensino superior, as narrativas explicitaram a dificuldade de pessoas trans, travestis e outras pessoas LGBTQIA+, principalmente as racializadas, em conseguir ingresso no mercado formal de trabalho, o que as leva, muitas vezes, ao subemprego e a insegurança, como a prostituição. Assim, faço a reflexão: quais políticas públicas podemos pensar a partir dessas narrativas?

Dentre os diversos sinais de uma região marcadamente conservadora, as narrativas colhidas revelam que as universidades atuam como uma "mãe que humaniza", oferecendo segurança e acolhimento em um ambiente que, contraditoriamente, ainda preserva estruturas excludentes. Contudo, as trajetórias de vida de Marla, Lucas, Jessy e Evaldo evidenciam que

o acesso ao ensino superior é apenas uma etapa de uma luta muito mais ampla. As narrativas explicitaram as severas barreiras enfrentadas por pessoas trans, travestis e sujeitos LGBTQIA+ racializados para ingressar no mercado formal de trabalho, o que frequentemente os empurra para a insegurança do subemprego ou para a prostituição como única estratégia de sobrevivência frente ao aniquilamento social.

Diante dessa realidade, esta pesquisa demonstra que as narrativas analisadas apontam caminhos objetivos e urgentes para a elaboração de políticas públicas que respondam às demandas reais dessa população em Campo Mourão, na qual destaco: a importância da criação e da manutenção de políticas de permanência no ensino superior, indo além do acesso, garantindo políticas afirmativas, como cotas trans e bolsas de estudo específicas, que permitam a esses estudantes concluir sua formação sem o risco da evasão por vulnerabilidade econômica ou violência institucional; inserção no mercado formal, na qual o poder público e as instituições devem fomentar programas de empregabilidade e qualificação profissional que combatam a transfobia estrutural e o racismo; por fim, a relevância de construção de espaços de sociabilidade LGBTQIA+, pensando em lugares de cultura seguros, que permitam o fortalecimento dos vínculos comunitários e combatam a solidão imposta pela heterocisnormatividade.

Ao sistematizar essas demandas, este trabalho deixa de apenas lançar perguntas para se posicionar como um instrumento de reparação histórica. As respostas obtidas nas entrevistas afirmam que o direito à memória deve estar indissociavelmente ligado ao direito à dignidade no presente, exigindo que o Estado e a sociedade civil assumam o compromisso de transformar essas trajetórias de resistência em conquistas plenas de cidadania.

Ao encerrar esta dissertação, compreendo que este texto é o resultado de um percurso no qual atuei simultaneamente como pesquisador e sujeito histórico integrante do recorte social aqui investigado. Iniciei este trabalho abordando as violências cometidas contra as populações LGBTQIA+, um tema presente em todas as narrativas, mas que não monopolizou as páginas deste texto. As trajetórias aqui compartilhadas demonstram que, para além da sobrevivência, há o florescimento de existências potentes: a chegada de Marla ao Programa de Pós-graduação em História, o acesso de Lucas ao ensino superior, as conquistas profissionais de Jessy enquanto psicóloga e o envelhecimento de Evaldo amparado por uma família que o apoia são vitórias que marcam estas histórias. Tais alegrias, que muitas vezes contrariam estatísticas e expectativas sociais, merecem ser tão comemoradas quanto às violências sofridas precisam ser denunciadas.

A retomada do processo executado evidencia um amadurecimento analítico distribuído em três etapas fundamentais. No primeiro capítulo, discutimos as bases teóricas da História Oral e da história pública, refletindo sobre como a colaboração permitem que a história LGBTQIA+ já nasça pública, tencionando o papel das instituições de memória, como o Museu Municipal. No segundo capítulo apresento as narrativas das pessoas participantes da pesquisa, através da textualização dos diálogos realizados. No terceiro capítulo, mergulhamos nas trajetórias individuais, publicizando memórias que humanizam os sujeitos e revelam as complexas interseccionalidades de raça, classe e gênero que moldam suas identidades. Por fim, o quarto capítulo analisou o ativismo no cenário mourãoense, demonstrando como a cidade atua como um sujeito histórico que, embora marcado por um conservadorismo institucional, é permanentemente disputado por corpos dissidentes no espaço público.

Esta pesquisa responde diretamente ao seu objetivo central: investigar como as experiências e memórias da população LGBTQIA+ mourãoense são produzidas e ressignificadas. A investigação demonstrou que as memórias e formas de organização das pessoas LGBTQIA+ em Campo Mourão são forjadas por meio de trajetórias marcadas simultaneamente por processos de exclusão e resistência. Minha contribuição historiográfica reside na articulação entre a história pública e a História Oral em diálogo permanente com a militância local. Este trabalho demonstra que a produção compartilhada do conhecimento histórico não apenas documenta o passado, mas contribui ativamente para a construção de memórias coletivas e para o fortalecimento de grupos historicamente marginalizados. O historiador público, sob esta ótica, deixa de ser um observador neutro para se tornar um agente político capaz de mediar diálogos entre a academia e as demandas sociais por justiça e reparação.

Ao publicizar essas trajetórias, este trabalho não pretende construir uma memória única da população LGBTQIA+ de Campo Mourão, mas contribuir para que essas experiências integrem o patrimônio histórico da cidade e passem a ocupar um lugar legítimo nas narrativas sobre seu passado e seu presente. Afinal, reconhecer essas histórias não é apenas um exercício acadêmico, é uma condição fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, plural e profundamente comprometida com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais (org. Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. **Museologia Comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais** [Livro eletrônico]. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1 ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 17ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1ª ed. Cobogó, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas**: História Oral Aplicada. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017. 190 f.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTQIA+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Sob nossa pele e com nossas vozes**: feminilidades transbordantes no sul mineiro. Teresina: Cancioneiro, 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo**: história, política e teoria da libertação LGBT. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

EHRLICH, Michel. Museu e História Pública: Possibilidades, dilemas e desafios. In: PEREIRA, Márcio José (org.). **História Pública**: Entre conceitos, lugares e experiências. 2023, p. 126-146.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 430-450.

FRANÇA, Cyntia Simioni. Um convite ao diálogo. In: GRANADO, Helena Ragusa (org.). **Novos atores, outros espaços e saberes**: possibilidades de uma História Pública cambiante. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 7-19.

JUNIOR, João Gomes. "Ser puto não tem idade": controle e repressão da homossexualidade entre meninos e rapazes no contexto de estabelecimento da ordem burguesa no Rio de Janeiro (1890-1930). In: RODRIGUES, Rita de Cassio Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Clio saiu do armário**: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

LAZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MOGROVEJO, Norma. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORANDO, Luiz. Memória-lego: uma experiência de resgate da memória do segmento LGBTQIA+ em Belo Horizonte. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **História pública e queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024, p. 27-43.

PEREIRA, Márcio José. História Pública, Direitos Humanos e Reparação Histórica: caminhos em construção. In: RAGUSA, Helena; FRANÇA, Cyntia S. (Orgs). **Quando o passado grita e a História chama**: a História Pública em foco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. Blog, redes e ruas: catorze anos exercendo a história pública e promovendo a cidadania cultural do povo Bajubá. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **História pública e queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024, p. 45-67.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SCHMIDT, Benito Bisso. Introdução: História queer e história pública. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **História pública e queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024, p. 7-23.

STEIN, Marc. Introduction. In: STEIN, Marc. **Queer public history**: essays on scholarly activism. Oakland, California: University of California Press, 2022. p. 1-24.

ARTIGOS DE REVISTA

CAUVIN, Thomas. A ascensão da história pública: uma perspectiva internacional. Revista **NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso em: 5 mar. 2026.

NARDI, Henrique Caetano et al. O "armário" da universidade. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 21.2, jul./dez. 2013, p. 179-200. Disponível em: https://wwww.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/viewFile/87/71. Acesso em: 29 mar. 2026.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203–222, 2019.

PRIMO, Judite. Sociomuseologia e questões contemporâneas. **Revista Memórias LGBT**, 2021, p. 4-5.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Um livro, muitas vozes. **História Oral**, v. 26, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2023.

WEBER, Astor. Fundação da cidade de Campo Mourão. **Temas & Matizes**, v. 17, n. 29, p. 23-46.

TESES E DISSERTAÇÕES

DINIS, Júlio Miguel dos Santos. **Espacialidade da sexualidade**: lugares de desejo dissidente — apontamentos sobre a cidade do Porto. 2020. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2020.

LIMA, Michele Pires. **Senhoras do tempo**: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019). 2021. Dissertação – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

LIMA, Michele Pires. **Sob o espelho de Oxum**: afetos, maternagem e ações sociopolíticas de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus/AM (1992–2020). 2025. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

NEVES, Igor Vinicius Mendes de Araújo. **Territorialidades queer**. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SILVA, Lauri Miranda. **Vozes subversivas e corpos transgressores**: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022). 2023. Tese (Doutorado) – Porto Alegre, 2023.

SITES

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Museus**. Começa a 17ª Primavera dos Museus. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/comeca-a-17o-primavera-dos-museus. Acesso em: 27 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Primavera dos Museus**. Disponível em: https://visite.museus.gov.br/primavera-dos-museus/. Acesso em: 27 mar. 2026.

D'EMILIO, John. O capitalismo e a identidade gay. **LavraPalavr**a, 19 mar. 2021. Disponível em: https://lavrapalavra.com/2021/03/19/o-capitalismo-e-a-identidade-gay.

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL. 2025, p. 02. **Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/. Acesso em: 29 jan. 2026.

DOCUMENTO LEGAL

BRASIL. Município de Campo Mourão (PR). **Lei nº 4.591**, de 15 de dezembro de 2023. Garante aos estudantes do Município o direito ao aprendizado da Língua Portuguesa e proíbe a utilização e o ensino da linguagem neutra ou não binária na educação básica pública e privada do Município. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2023/460/4591/lei-ordinaria-n-4591-2023-garante-aos-estudantes-do-municipio-o-direito-ao-aprendizado-da-lingua-portuguesa-e-proibe-a-utilizacao-e-o-ensino-da-linguagem-neutra-ou-nao-binaria-na-educacao-basica-publica-e-privada-do-municipio. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Município de Campo Mourão (PR). **Lei nº 4.651**, de 16 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a proibição da instalação, adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos do município e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2024/466/4651/lei-ordinaria-n-4651-2024-dispoe-sobre-a-proibicao-da-instalacao-adequacao-e-o-uso-comum-de-banheiros-por-pessoas-de-sexo-biologico-diferentes-em-todos-os-estabelecimentos-

comerciais-estudantis-e-orgaos-publicos-da-administracao-direta-ou-indireta-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92498/estatuto-de-museus-lei-11904-09. Acesso em: 27 mar. 2026.